

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Daniela Aparecida Pacífico

**IMPASSES NA TRANSIÇÃO PARA UMA AGRICULTURA DE BASE
ECOLÓGICA: O PROJETO CAFÉ DE LERROVILLE-PR**

**Porto Alegre
2008**

Daniela Aparecida Pacífico

**Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica:
o Projeto Café de Lerroville-PR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Fábio K. Dal Sóglio
Co-orientador: Prof. Dr. Luiz A. C. Norder

Série do PGDR – Dissertação nº 80
Porto Alegre
2008

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP).
Responsável: Biblioteca Gládis W. Amaral. Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS.

P117i

Pacífico, Daniela Aparecida

Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica: o Projeto
Café de Lerroville PR / Daniela Aparecida Pacífico. – Porto Alegre, 2008.
156f.: il.

Orientador: Fábio K. dal Sóglio; co-orientador: Luiz A C. Norder.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Agricultores: Agricultura ecológica: Lerroville (Londrina, PR). 2. Café:
Produção agrícola. 3. Café: Agricultura orgânica. 4. Agricultura ecológica:
Aspectos sociais. 5. Agricultura ecológica: Aspectos econômicos. 6.
Agricultura ecológica: Aspectos políticos. 7. Agricultura ecológica: Aspectos
culturais. 8. Desenvolvimento rural: Lerroville (Londrina, PR). 9. Projeto Café
de Lerroville. I. Sóglio, Fábio K. dal. II. Norder, Luiz A. C. III. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. IV. Título.

CDU 631.147

Daniela Aparecida Pacífico

**Impasses na transição para uma agricultura de base ecológica:
o Projeto Café de Lerroville-PR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de março de 2008.

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen
Departamento de Sociologia/UFRGS
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR

Prof. Dr. Jalcione Almeida
Departamento de horticultura e silvicultura/UFRGS
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural/PGDR

Prof. Dr. José Antônio Costabeber
EMATER/RS-ASCAR

DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, pela vida de trabalho e
dedicação à terra. E à minha mãe,
pela coragem de se tornar “do
campo”.*

AGRADECIMENTOS

Foram dois anos de mestrado que nem vi passar. Mas lá em casa foi diferente, Dona Sonia e Seu Luiz contaram cada minuto, na espera do Rio Grande me devolver para eles. Paulista de João Ramalho, crescer na roça me fez livre de espírito e logo bati asas, para estudar no Paraná. A mãe e o pai apoiaram com amor minha decisão, mas nunca se acostumaram com minha ausência. Porto Alegre foi mais um desafio, jamais contestado por eles. Pela imensa força que sempre recebi dos dois e pelo orgulho de ser filha de agricultor, inicio agradecendo meus pais pelo carinho, confiança, apoio e respeito por minha jornada. Nossa jornada!

Ser bolsista CAPES logo no primeiro mês do curso viabilizou completamente minha estada em Porto Alegre e a realização das atividades do mestrado. O apoio das amigas de Londrina, Ariana e Priscila, foi baluarte sólido para os momentos de fraquezas longe de casa. O Sandro, desde a seleção em 2006, nunca duvidou que este momento chegasse, e com respeito tolerou a distância e a escassez de tempo e atenção, sendo companheiro assíduo de muitas horas, inclusive nos finais de semana ensolarados e/ou chuvosos na pesquisa de campo. À elas obrigada pela força, e a ele obrigada pelo carinho incondicional.

Meu orientador, professor Fábio Dal Sóglio, agradeço pela disposição em orientar este trabalho e pela confiança depositada em minhas escolhas durante a elaboração da dissertação. Agradeço ao meu ex-professor, amigo e co-orientador professor Luiz Norder, por conduzir meus passos no caminho da sociologia rural, orientar minha escolha de pós-graduação e co-orientar esta pesquisa. Agradeço ao pesquisador Moacyr Doretto da ASE - área técnica de socioeconomia do IAPAR, por conceder um estágio sob sua supervisão facilitando contatos e materiais utilizados. Agradeço à professora Magda Zanoni pela oportunidade de estagiar sob sua supervisão no NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, também durante a pós-graduação.

Agradeço ao Fábio do Anjos por ceder sua casa do sítio para minha hospedagem, deixar a disposição seu caseiro, dar caronas e ter paciência com as entrevistas. Sem seu auxílio a pesquisa de campo teria sido muito mais difícil. Agradeço

também com muita estima os agricultores e agricultoras de Lerroville, que me acolheram em suas casas e relataram parte de suas vidas e trajetórias.

Um agradecimento especial ao MIRF, turma de mestrado 2006, composto de pessoas divertidas e dispostas a dar o melhor de si na Academia, na amizade e no trabalho. Com vocês vivenciei ótimos momentos. Talvez únicos! Lorena, Álvaro, Christiane e Julia, vocês fizeram a diferença. Invernos calorosos, primaveras frutíferas, outonos iluminados e verões floridos. Ficam aqui, desde já, as minhas saudades.

Flor do Cafezal

*Meu cafezal em flor
Quanta flor meu cafezal
Meu cafezal em flor
Quanta flor meu cafezal
Aí menina meu amor
Minha flor do cafezal
Aí menina meu amor
Branca flor do cafezal*

*Bela florada, lindo véu de branca renda
Se estendeu sobre a fazenda qual um manto nupcial
E de mãos dadas fomos juntos pela estrada toda branca e perfumada
Pela flor do cafezal*

*Meu cafezal em flor
Quanta flor meu cafezal
Meu cafezal em flor
Quanta flor meu cafezal
Aí menina meu amor
Minha flor do cafezal
Aí menina meu amor
Branca flor do cafezal*

*Passa a noite e vem o sol ardente e bruto
Morre a flor e nasce o fruto no lugar de cada flor
Passa o tempo em que a vida é só encanto
Morre o amor e nasce o pranto fruto amargo da dor*

*Compositor: Luiz Carlos Paraná
Gravação: Cascatinha e Inhana*

RESUMO

Este trabalho busca compreender como o modelo de substituição de insumos para uma agricultura de base ecológica se tornou falácia do modelo de desenvolvimento rural. Optou-se por estudar o Projeto Café de Lerroville (PCL) e a transição para uma agricultura de base ecológica para analisar como o processo de transição foi definido por aspectos socioculturais, econômicos e políticos. Agentes de desenvolvimento rural propuseram para os cafeicultores de duas comunidades no município de Londrina – PR a inserção das associações à rede de comércio justo solidário. A base teórica deste trabalho busca na perspectiva orientada ao ator e na abordagem agroecológica elementos para entender a constituição e o processo de transição pautado na substituição de insumos. Os objetivos específicos da pesquisa são: (i) apresentar o Norte do Paraná e algumas práticas cotidianas e culturais dos agricultores; (ii) analisar o PCL, as técnicas inseridas pela transição e ressaltar ações diretivas ou participativas dos agricultores na mudança de sistema de cultivo; (iii) examinar as relações entre os atores envolvidos, as etapas e a trajetória de transição para uma cafeicultura orgânica. A observação de campo, a vivência no local, as entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, a construção de mapas genealógicos e mapas das propriedades fazem parte do conjunto metodológico, na intenção de testar a seguinte hipótese: a substituição de insumos do modelo atual de agricultura orgânica incorpora os padrões convencionais de transferência tecnológica, prescreve a transição sem estar atrelada a metodologias participativas e deixa de permitir uma relativa autonomia do agricultor. O nicho de mercado para produtos orgânicos, as representações sociais sobre os sistemas de cultivo, a transferência vertical de conhecimento e o descomprometimento com as normas sociais e os costumes da comunidade (por parte das instituições) definiram a trajetória do Projeto Café de Lerroville. A análise das entrevistas mostrou que os aspectos econômicos e políticos da experiência de transição são o aparente da transição e também explicam a desmotivação dos agricultores com a transição como, por exemplo: o interesse destes pelo nicho do mercado orgânico; a relação conflituosa entre as instituições, agentes de desenvolvimento e agricultores. Os aspectos sociais e culturais estão nos bastidores das explicações sobre o “insucesso” da experiência e foram descobertos durante a pesquisa etnográfica, como por exemplo: a importância das atividades religiosas de lazer para a manutenção social do grupo; as sutis divergências entre as associações que se tornaram uma cooperativa durante a transição e a cultura do café como agente que move e faz a história de vida e da região.

Palavras-chave: Cafeicultura orgânica, Agroecologia, perspectiva orientada ao ator, Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

This project sought to understand how the model of replacing supplies towards an ecology-based agriculture became a fallacy of rural development. We focused on the Lerroville Coffee Project (Projeto Café de Lerroville - PCL) and the shift in its work model in order to analyze how the transition to an ecology-based agriculture is defined by socio-cultural, economic, and political aspects. Development agents linked do the state administration proposed to coffee farmers from two communities in Londrina, Brazil that they join the fair trade network. The theory in this project turns to the actor-oriented perspective and the agro-ecological approach in order to find elements to understand the transition constitution and process based on supply replacement. The specific goals of the research are: introduce the North region of Paraná State as well as some of the farmers' daily and cultural practices; analyze PCL, the techniques brought about by the transition at hand and highlight directive or participative actions by the farmers on the change in cultivation system; and examine the relation among the actors involved, the steps and the transition pathway toward an organic agriculture. Field observation, on-site experience, structured and semi structured interviews, and building of both genealogical and land maps make up the methodology set, aimed at testing the following hypothesis: The replacement of supplies in the current organic agriculture model incorporates the conventional standards of technology transference, prescribes the transition without linking it to participative methodologies and fails at allowing farmers' relative autonomy. The market niche for organic products, the social representations about cultivation systems, the vertical transference of knowledge and the lack of commitment with social norms and community habits by the institutions defined the pathway of Lerroville Coffee Project. The analysis of the interviews showed that the economic and political aspects of the transition experience are what shows from the transition and also explain the farmers' lack of motivation regarding the transition such as: their interest to the organic market niche; the conflicting relation among institutions, development agents and farmers. The social and cultural aspects are the backstage of the "failure" of the experience and were brought about during the ethnographic research such as: the importance of religious leisure activities to the group's social sustenance; the subtle disagreements between the associations which became a cooperative during the transition and the coffee production culture as an agent which drives and makes up a history of life and of the region.

Keywords: Organic coffee farming, Agroecology, Actor-oriented perspective, Rural development

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1 – PIONEIROS DA LARANJA AZEDA E DA LIMEIRA..... | 50 |
| FIGURA 2 – COTIDIANO DOS BAIRROS. | 55 |
| FIGURA 3 – NÚCLEOS FAMILIARES LARANJA AZEDA..... | 59 |
| FIGURA 4 – NÚCLEOS FAMILIARES LIMEIRA. | 59 |
| FIGURA 5 – PREPARATIVOS PARA FESTA DE SÃO PEDRO. | 63 |
| FIGURA 6 – PRESERVANDO A TRADIÇÃO. | 65 |
| FIGURA 7 – COASOL. | 82 |
| FIGURA 8 – ENTRELINHAS DO CAFÉ..... | 91 |
| FIGURA 9 – DIVERSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO..... | 91 |
| FIGURA 10 – MANEJO ECOLÓGICO, LARANJA AZEDA..... | 96 |
| FIGURA 11 – APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS..... | 97 |
| FIGURA 12 – CONTROLE BIOLÓGICO..... | 100 |
| FIGURA 13 – COLHEITA DE CAFÉ, ÁGUA DA SEDE..... | 101 |
| FIGURA 14 – COLHEITA DE CAFÉ ORGÂNICO, LARANJA AZEDA..... | 102 |
| FIGURA 15 – TÉCNICAS QUE PERMANECERAM. | 104 |
| FIGURA 16 – BENEFICIAMENTO DO CAFÉ, LARANJA AZEDA. | 105 |
| FIGURA 17 – ADUBO ORGÂNICO, LARANJA AZEDA..... | 106 |
| FIGURA 18 – DIAGRAMA DO MÉTODO MANDALA. | 112 |
| FIGURA 19 – PERCEPÇÃO DAS TÉCNICAS ECOLÓGICAS..... | 131 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 – ETNOGRAFIA | 18 |
| QUADRO 2 – A FOTOGRAFIA NA HISTÓRIA DA PESQUISA | 20 |
| QUADRO 3 – ESCOLAS DA AGRICULTURA ALTERNATIVA..... | 30 |
| QUADRO 4 – NOTAS HISTÓRICAS | 48 |
| QUADRO 5 – OS BASTIDORES DA HISTÓRIA DO CAFÉ..... | 71 |
| QUADRO 6 – FÁBIO DOS ANJOS E AS ASSOCIAÇÕES..... | 76 |
| QUADRO 7 – DOENÇA E PRAGAS DO CAFEZAL | 98 |
| QUADRO 8 – SUBSTÂNCIA MENSAGEIRA..... | 100 |
| QUADRO 9 – CURIOSIDADES DO CAFÉ..... | 102 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAL - Associação de Cafeicultores da Água da Limeira
ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
APRALA - Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda
ASE - Área de Sócio-economia
CCJ - Câmara de Comércio Justo
CIP - Catalogação Internacional de Publicação
CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COASOL - Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville
CTNP - Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETA - Escritório Técnico da Agricultura
FIG - Figura
FLO-I - *Fairtrade Labelling Organization International*
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBD - Instituto Biodinâmico
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIP - Manejo Integrado de Pragas
MP3 - Formato compactado de gravação de áudio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG - Organização Não Governamental
PCL - Projeto Café de Lerroville
PGDR - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CONVENÇÕES

Os trechos em *itálico* no texto representam falas, palavras e expressões dos informantes da pesquisa, ou algum termo em língua estrangeira. As aspas foram usadas para apresentar citações do material bibliográfico consultado e destacar termos.

Palavras destacadas em **negrito** e *itálico* são referentes a nomes de livros. Na introdução frases em **negrito** são referentes aos títulos dos capítulos.

Palavras em *itálico* e sublinhadas se referem às ações do método de transição e estão no capítulo 5.

A lista de figuras é composta por fotografias do trabalho de campo e por um diagrama metodológico.

Todas as fotografias foram autorizadas pelos agricultores e agricultoras. As citações dos trechos das entrevistas foram consentidas desde que não citados os nomes.

A lista dos Quadros possui a chamada das caixas ilustrativas que completam as discussões correntes.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS | 25 |
| 2.1 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR | 25 |
| 2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA | 30 |
| 2.3 CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS DE DESENVOLVIMENTO | 32 |
| 2.4 AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA: DUELO “ECO” | 35 |
| 2.4.1 A agricultura orgânica e sua abordagem “eco” modelo..... | 36 |
| 2.4.2 Escolas da Agroecologia e sua abordagem “eco” social | 37 |
| 2.5 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE, CONCEITOS E CATEGORIAS..... | 39 |
| 2.5.1 Cotidiano e discurso..... | 39 |
| 2.5.2 Representações sociais..... | 40 |
| 2.5.3 Transição para uma agricultura de base ecológica..... | 41 |
| 3 HISTÓRIA E COTIDIANO DOS ATORES SOCIAIS..... | 44 |
| 3.1 A COLONIZAÇÃO DO NORTE NOVO..... | 44 |
| 3.1.1 O projeto imobiliário e a cafeicultura | 45 |
| 3.1.2 A memória e o patrimônio..... | 48 |
| 3.2 A HISTÓRIA DE LERROVILLE..... | 50 |
| 3.2.1 O Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito..... | 51 |
| 3.2.2 Geografia e demografia | 52 |
| 3.3 BAIROS RURAIS: LARANJA AZEDA E LIMEIRA | 53 |
| 3.3.1 Núcleos Familiares dos bairros rurais | 55 |
| 3.3.2 As interações sociais dos atores..... | 60 |
| 3.4 SOCIABILIDADE E VIDA COTIDIANA | 62 |
| 3.4.1 O quintal e a reciprocidade..... | 68 |
| 3.4.2 Sucessão do conhecimento tradicional..... | 70 |
| 4 O CENÁRIO DA TRANSIÇÃO DOS CAFEZAIS | 74 |
| 4.1 DAS ASSOCIAÇÕES À COASOL | 74 |
| 4.1.1 O Projeto Café de Lerroville e seus parceiros | 76 |
| 4.1.2 Os meandros do PCL: conjunto de idéias | 83 |
| 4.1.3 A motivação pela mudança de sistema de cultivo..... | 86 |
| 4.1.4 Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville – COASOL..... | 89 |
| 4.2 ANTES E DEPOIS DA TRANSIÇÃO DOS CAFEZAIS | 90 |
| 4.2.1 Mudança tecnológica | 93 |
| 4.2.2 O pacote orgânico..... | 105 |
| 5 UMA INTERPRETAÇÃO DO PROJETO CAFÉ DE LERROVILLE | 108 |
| 5.1 CARACTERÍSTICA DA INTERVENÇÃO | 108 |
| 5.2 TRANSIÇÃO PRESCRITA: MÉTODO E PARTICIPAÇÃO | 111 |
| 5.2.1 Apresentação do método..... | 113 |
| 5.2.2 Planejamento e diagnóstico | 114 |
| 5.2.3 Encontro zero..... | 115 |
| 5.2.4 Visitas e palestras..... | 117 |
| 5.2.5 Atividade agrícola | 118 |
| 5.2.6 Formação de organizações e planejamento..... | 119 |
| 5.2.7 Agroindústria, certificação e comercialização | 121 |
| 5.2.8 Avaliação dos agricultores | 124 |

| | |
|---|------------|
| 5.2.9 Atividades finais da metodologia de transição..... | 134 |
| 6 O PALCO E OS BASTIDORES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... | 136 |
| REFERÊNCIAS | 141 |
| APÊNDICE A – MAPA DAS PROPRIEDADES FAMILIARES DA LARANJA AZEDA E LIMEIRA..... | 148 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DOS OBJETIVOS | 149 |
| APÊNDICE C – QUADRO ORIENTADOR..... | 151 |
| ANEXO A – MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ | 152 |
| ANEXO B – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. | 153 |
| ANEXO C – TIPOS DE SOLO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. | 154 |
| ANEXO D – PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. | 155 |
| ANEXO E – PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS NO PARANÁ. | 156 |

1 INTRODUÇÃO

Questionar o modelo de transição para a agricultura orgânica e compreender como a experiência de Lerroville, no Paraná, pode ter se tornado falácia do modelo de substituição de insumos são os objetivos gerais deste trabalho. Foi na busca por compreender a mudança de uma agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica que, em 2004, cheguei à zona rural do distrito de Lerroville, município de Londrina-PR.

Nessa época, estava no terceiro ano do curso de Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Londrina, e participava de um projeto de Desenvolvimento Rural como aluna de iniciação científica, com o professor que hoje é co-orientador deste trabalho. Em uma das saídas de campo, o grupo de pesquisa, acompanhado do coordenador da COASOL - Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville, Fábio dos Anjos, visitou os bairros rurais Laranja Azeda e Limeira para conhecer as propriedades e os agricultores que iniciaram o processo de transição para uma cafeicultura orgânica, no ano anterior.

Em 2005, encaminhei um projeto de pesquisa para seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A intenção era contar a história de “sucesso” e as mudanças ocorridas na vida dos agricultores com o Projeto Café de Lerroville (PCL)¹. Esse projeto vinha tendo boa visibilidade e repercussão no Paraná, e o sucesso era atribuído ao trabalho diferenciado da extensão rural.

Em julho de 2006, já estudando do PGDR, ao retornar a Londrina em férias, estive em Lerroville e deparei-me com uma realidade diferente daquela que havia conhecido durante a graduação. Os agricultores tinham abandonado o processo de transição e voltado a produzir café, convencionalmente. Naquele momento, o projeto de mestrado tomou outra forma. Seguindo as indagações sobre os motivos que levaram ao final o Projeto Café de Lerroville e a transição para agricultura orgânica, assim como as dúvidas sobre o custo elevado das certificações ecológicas, as transferências de tecnologia e conhecimento – que deixam de valorizar a cultura local, as tradições, os costumes e as condições financeiras dos agricultores, procurei formular e responder a

¹ O Projeto Café de Lerroville é o cenário da discussão, e será amplamente detalhado no capítulo 4.

seguinte questão: como o processo de transição para uma agricultura de base ecológica é definido por aspectos socioculturais, econômicos e políticos?

Dessa maneira, através da reconstrução histórica das comunidades Laranja Azeda e Limeira e das etapas e ações do Projeto Café de Lerroville (PCL) busco compreender os elementos que definiram a transição dos cafezais, destacando as possibilidades e os limites da experiência. Os objetivos específicos da pesquisa são: 1) apresentar o Norte do Paraná e as práticas cotidianas e culturais dos agricultores dos bairros rurais delimitados; 2) analisar a construção do Projeto Café de Lerroville, os papéis dos parceiros, as técnicas inseridas pelo processo de transição, e ressaltar ações diretivas ou participativas da mudança; 3) examinar a relação entre os atores, as etapas e as incoerências da trajetória de transição dos cafezais.

Este trabalho parte da seguinte hipótese: a substituição de insumos do modelo atual de agricultura orgânica incorpora os padrões convencionais de transferência de tecnologia, prescreve a transição sem estar atrelada a metodologias participativas e deixa de permitir relativa autonomia do agricultor. O nicho de mercado para produtos orgânicos, as representações sociais sobre os sistemas de cultivo, a transferência vertical de conhecimento e o procedimento com as normas sociais e os costumes da comunidade (por parte das instituições) definiram a trajetória do Projeto Café de Lerroville.

A metodologia desta pesquisa está inspirada em Godoi (1993), na obra *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. A autora, ao utilizar-se de um conjunto de técnicas, elaborou uma etnografia. Embora esta dissertação não tenha como proposta a construção de uma etnografia dos bairros rurais de Lerroville, técnicas do método etnográfico² foram utilizadas para compreender a comunidade, as relações sociais e culturais, o contexto dos atores envolvidos no Projeto Café de Lerroville e as representações sobre a agricultura orgânica. (Ver sobre etnografia no Quadro 1).

² “A etnografia é interpretação das culturas.” (CLIFFORD, 2002:40).

QUADRO 1 – Etnografia

Não se trata no caso da etnografia da dominância de um único método de pesquisa, mas de um conjunto de métodos que privilegia a observação e pensa a cultura como um conjunto de comportamentos, cerimônias e gestos característicos, passíveis de registros e explicações por um observador treinado (CLIFFORD, 2002). Durante a década de 20, Malinowski desempenhou um papel importante na legitimidade do pesquisador de campo dentro das Ciências Sociais. Ao publicar *Os Argonautas do Pacífico Sul*, ele deu início a um gênero científico e literário baseado na descrição cultural sintética que utiliza a observação como principal técnica de coleta de dados (CLIFFORD, 2002). A obra retrata os trobriandeses da Melanésia, uma das ilhas, a noroeste da Austrália, no Oceano Pacífico, que em grego significa ilhas dos negros. Os trobriandeses se utilizaram da troca de colares e pulseiras no fortalecimento das relações e sociais e reprodução do grupo. “A obra é uma complexa narrativa, simultaneamente sobre a vida trobriandesa e sobre o trabalho de campo etnográfico.” (CLIFFORD, 2002: 27). Apesar do trabalho etnográfico não estabelecer de antemão tempo mínimo de atuação no campo de estudo, é característico da etnografia a vivência na comunidade. A pesquisa nos bairros rurais de Lerroville foi de cinco meses, no entanto, pode-se compreender como os grupos se organizam. Uma técnica interessante da etnografia é o mapeamento da comunidade, através da árvore genealógica. “O método genealógico de Rivers, seguido pelo modelo de Radcliffe-Brown baseado na noção de estrutura social, fornece essa espécie de atalho, como se alguém pudesse deduzir os termos de parentesco sem uma profunda compreensão da língua nativa.” (CLIFFORD, 2002: 29). Até o final do século XIX, o etnógrafo, aquele que traduzia e descrevia os costumes dos povos, e o antropólogo, construtor de teorias gerais sobre a humanidade, eram personagens distintos. “Malinowski nos dá a imagem do novo antropólogo acocorando-se junto à fogueira; olhando; ouvindo e perguntando; registrando e interpretando a vida trobriandesa. O estatuto literário desta nova autoridade está no primeiro capítulo de *Os Argonautas*, com suas fotografias, ostensivamente dispostas.” (CLIFFORD, 2002: 26). A junção da etnografia e da antropologia veio dar corpo e método as teorias sobre a humanidade. Evans-Pritchard também fez etnografia ao pesquisar uma tribo no Sudão, nordeste da África banhado pelo Mar Vermelho, e publicou em 1940 *Os Nuer*, sua obra clássica. Pritchard afirma que os fatos só podem ser selecionados e articulados a luz da teoria e por isso a importância da junção entre etnografia e teoria sobre a humanidade, antropologia. Isso levou a legitimação do trabalho como elo principal entre as vertentes de estudos sobre as culturas humanas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a coleta dos dados foram utilizados registros etnográficos das práticas cotidianas (através da vivência na comunidade); elaboração de mapas genealógicos (com as famílias pioneiras); observação e entrevistas semi-estruturadas e estruturadas gravadas em formato MP3. Foi utilizado o caderno de campo para anotação de temas principais e descrição de partes da história contada pelos agricultores. Nele, ainda, foram registrados pontos importantes e mais tarde retomados por meio de questões elaboradas sobre a transição para uma cafeicultura orgânica. Essa técnica fez com que os agricultores relatassem os fatos livremente, com lacunas e silêncios, sem que a conversa se tornasse formal e intimidadora.

A pesquisa de campo foi de cinco meses. Duas etapas organizaram as atividades. A primeira visou a uma aproximação e um reconhecimento da comunidade e da região, na intenção de estabelecer uma relação de confiança com as pessoas. Para a segunda etapa, utilizei a lista dos cooperados da COASOL para localizar os agricultores a serem entrevistados, para com isso fazer o recorte empírico nos bairros, já que seria impossível, devido às condições de deslocamento, entrevistar todas as famílias.

A observação começou em fevereiro de 2007, a apresentação foi feita pelo *Seu* Fábio dos Anjos à família de *Seu* Rafael Ambrósio, no bairro Laranja Azeda. Desse momento em diante, a pesquisadora foi levada pelas próprias pessoas,

especialmente pelas mulheres e crianças, as outras casas. No primeiro contato, apresentei-me, conheci as pessoas e fiz amizades e avisei que passaria uma temporada hospedada na casa do *Seu Fábio*, pois não seria viável voltar para Londrina todas as tardes. Em menos de uma semana, todos me conheciam ou já tinham ouvido falar da pesquisa e aguardavam pela entrevista. O procedimento foi o mesmo na Limeira, ao ser apresentada pelo agrônomo Kenji à família de *Dona Aguinalda*.

As entrevistas estruturadas começaram no mês de abril. A confiança das pessoas para com a pesquisadora proporcionou uma conversa divertida e sem receios, pois já havia um esclarecimento sobre a intenção da pesquisa (escrever a história do café orgânico). Com perguntas organizadas por temáticas, acumulei entre quarenta e cinquenta minutos de entrevistas com cada família (em alguns casos só a esposa, em outros só o marido). As conversas se deram em várias ocasiões, por exemplo: horário de almoço, trabalho, festas, segundas-feiras, domingos, de manhã, à tarde, etc. Foram 26 entrevistados, sendo 23 famílias e três profissionais envolvidos no projeto, em um total de 26 horas de gravação.

As entrevistas terminaram em junho e junto com elas um arquivo de 319 fotos foi montado, assim como a construção de cinco árvores genealógicas e um mapa das propriedades rurais. Ao realizar as entrevistas iniciei as transcrições. Geralmente, a permanência no campo era de segunda-feira a sexta-feira, e nos finais de semana seguia para Londrina para transcrever o que havia sido gravado e organizar as anotações do caderno de campo. Dessa maneira, em agosto todas as entrevistas já tinham sido transcritas. Cada entrevista está em um arquivo em formato de documento e recebeu um número (romano) de identificação, seguindo a ordem cronológica em que foi realizada. Os nomes dos entrevistados não serão citados, a pedido deles, com menção apenas do número das entrevistas.

O agrupamento das transcrições seguiu duas etapas: identificação das entrevistas por bairro e por temas orientadores (história da região e inserção na produção orgânica, dificuldades e desistência). Quadros³ e fotografias também foram organizados por temas com objetivos de esclarecer pontos que nem sempre cabem no texto e ilustrar com imagens das atividades observadas no campo. (Ver no Quadro 2 a história da fotografia nas pesquisas científicas).

³ Os quadros são caixas com textos e foram inspirados nos quadros da obra de Ricardo Abramovay, *Paradigmas do capitalismo agrário em Questão*, e nas caixas de estudos de casos de Stephen Gliessman na obra *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*.

QUADRO 2 – A fotografia na história da pesquisa

O uso da imagem em trabalhos acadêmico-científicos foi reconhecido com a renovação do trabalho de campo, enquanto técnica que articula etnografia e antropologia nos estudos sobre os homens e suas culturas. Malinowski é expoente importante desse processo. A fotografia surgiu no século XIX e não tem sentido em si mesma, mas seu sentido está determinado pela relação estabelecida entre o objeto e a situação enunciada. O uso da imagem na pesquisa social tem igualmente passado por relevantes transformações. No período colonial, a fotografia tinha como objetivo mostrar as imagens das culturas chamadas de selvagens e exóticas. A partir de 1960, a fotografia foi usada como método qualitativo de investigação etnográfica conduzindo a formulação da antropologia visual (MARTELLI, 2004). A imagem aparece assim carregada de força empírica e serve de apoio e reforço na mensagem narrativa-explicativa. A fotografia é uma representação do “aqui e agora” onde o tempo torna-se uma fração de segundos, congelado em um espaço determinado e limitado pela lente da máquina. O que acontece antes e depois não é registrado (ALCÂNTARA, 2001). O uso da imagem é mais forte que o poder da letra (MARTELLI, 2004). Ela é tanto um objeto de contemplação como geradora de crenças e atos. As pessoas podem não ser alfabetizadas, mas sabem ler as imagens.

Fonte: Elaborado pela autora.

Este trabalho contém esta introdução e mais cinco capítulos. Os capítulos três, quatro e cinco buscam responder os objetivos específicos 1, 2 e 3 respectivamente. O capítulo 1 trata da **Introdução** e contém a metodologia do trabalho. O capítulo 2 é composto pelos **Pressupostos teórico-conceituais**, pautados na teoria orientada ao ator. Conceitos, categorias e instrumentos analíticos outros auxiliam na interpretação e articulação dos dados de campo com a teoria. Norman Long é expoente importante desta teoria e lança bases para um novo paradigma do desenvolvimento rural que possibilita uma nova abordagem da teoria do ator de Anthony Giddens. Uma vez estudando os processos de mudança social e desenvolvimento, Long teve como objetivo compreender os processos de mudança das formas sociais e como elas são transformadas e re-trabalhadas na vida cotidiana das pessoas.

Para este trabalho, o acesso às mudanças foi buscado através das práticas cotidianas, uma vez que a perspectiva orientada ao ator possibilita a análise de racionalidades, desejos, capacidades e práticas (LONG, 2001). Dessa maneira, uma das possibilidades é a utilização do discurso como via de acesso às representações sociais, e este também pode possibilitar uma interpretação ou uma leitura da realidade dos agricultores familiares do universo empírico.

A teoria orientada ao ator tenta compreender a relação entre a estrutura e o ator social, embora concentre a atenção na construção das relações sociais específicas como tema central na análise. Essa abordagem, ao enfatizar a compreensão da construção das relações sociais, pode ser relacionada com os pressupostos da abordagem agroecológica, na tentativa de unir aspectos semelhantes e contribuir para os estudos em desenvolvimento rural. A Agroecologia enquanto campo do conhecimento pretende

contribuir para a construção de estilos de agriculturas de base ecológica⁴ e na organização de estratégias de desenvolvimento rural. Desta forma, pode-se pensar o paradigma do desenvolvimento rural com ênfase nos estilos de agricultura, como sugere Ploeg (2000), e o campo da Agroecologia como complementares na edificação do paradigma de desenvolvimento rural baseado no ator enquanto quem toma as decisões e nos princípios de uma agricultura sustentável.

As abordagens, ecotecnocrática e ecossocial, do paradigma de desenvolvimento rural podem ser analisadas pela perspectiva agroecológica de desenvolvimento sustentável e, também, sob os preceitos da agricultura orgânica. Neste sentido, esta aproximação ajudará a compreender os discursos provenientes dos modelos de desenvolvimento para agricultura de base ecológica dos últimos anos.

O capítulo 3, **História e cotidiano dos atores sociais**, apresenta o Norte do Estado do Paraná e algumas práticas cotidianas e culturais dos atores sociais dos bairros Laranja Azeda e Limeira, zona rural do distrito de Lerroville. De colonização inglesa, o Norte Novo do Paraná teve no cultivo cafeeiro a alavanca impulsionadora de seu crescimento econômico. No café é unificada a história de vida e a história da região possibilitando a construção da identidade dos atores. A compreensão das práticas culturais e cotidianas, ou seja, da lógica interna da comunidade, suas relações de parentesco, vizinhança, festividade, reciprocidade, costumes e estilo de vida caipira indicam elementos identitários e de representações sociais que contribuem para formação de um modo de vida e estilos de agricultura que, de uma maneira ou de outra, definiram o processo de transição.

O cultivo do café, por exemplo, transcende a esfera do campo econômico, e é referência histórica do estilo de vida das famílias da região. Ser cafeicultor na Limeira e na Laranja Azeda é cultivar a tradição dos pioneiros. A festa junina e o futebol, além de atividades de manutenção social, são momentos de lazer e do refazer a herança cultural. A importância da fogueira e dos terços corrobora para reafirmar o prestígio das famílias, que todos os anos dedicam tempo e recursos em prol da comunidade.

A sutil diferença entre os bairros, fortemente reconhecida pelos moradores, pode ter impedido a formação de uma única associação de cafeicultores, uma

⁴ Entende-se por agricultura de base ecológica, as agriculturas que buscam manejar os recursos endógenos da localidade direcionando-os para a máxima utilização dos insumos locais e que busca a não utilização de insumos químicos, vindos de fora, nas suas atividades.

vez que a rivalidade pode ter sido delineada pelos meios produtivos de cada bairro. O cultivo de hortas e a utilização de ervas medicinais estão ligados às tradições dos *antigos*, ao conhecimento e à observação da natureza e à valorização do costume herdado historicamente, delineando semelhanças e diferenças entre eles.

O capítulo 4, **O Cenário da transição dos cafezais**, mostra como se constituiu o Projeto Café de Lerroville, os papéis dos parceiros e as técnicas de manejo inseridas pelo processo de transição - que foram aceitas e/ou rejeitadas pelos cafeicultores - e ressalta ações diretivas ou participativas na mudança. No entanto, foi analisada a formação das associações ACAL (Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira) e APRALA (Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda), que se originaram a partir do estímulo do *Seu Fábio dos Anjos*, para auxiliar os agricultores na compra de insumos e na comercialização do café.

Também foi ressaltado que os representantes das instituições públicas, privadas e não-governamentais envolvidos no projeto visualizaram a possibilidade de implementar um projeto de desenvolvimento rural local com estes agricultores, devido ao fato de estarem previamente organizados em associações⁵. A tônica inicial do Projeto Café de Lerroville foi a inserção de agricultores na rede de comércio justo com a França. Entretanto, a esse princípio foi dada menor atenção por parte dos representantes institucionais, pela necessidade em organizar atividades que antecediam a comercialização. Ou seja, a transição de sistema do cultivo convencional para orgânico foi a primeira dessas atividades e necessitou de atenção especial por parte do Grupo Especializado.

Ainda que para o comércio com a França não houvesse a exigência de ser produto orgânico, o valor acrescentado era superior ao do produto convencional. Neste caso, o nicho de mercado foi atrativo suficiente para o início da transição. No desenrolar das atividades de transição, surgiram conflitos entre o tipo de manejo

⁵ As associações ACAL e APRALA, que deram origem a cooperativa COASOL durante o Projeto Café de Lerroville, são mencionadas várias vezes no decorrer da apresentação das comunidades e na contextualização da transição. Desse modo, ressaltar alguns aspectos do associativismo é viável juntamente com a noção de cooperativismo, pois auxilia a compreensão da dinâmica das relações existentes que levaram os agricultores a se associarem em associações de compras. O sufixo “ismo” vem do grego e tem a função de acrescentar a palavra um novo sentido e lhe dá característica própria. A palavra associativismo lembra algo que é mais que uma associação, trata-se de uma maneira particular de fazer algo, no caso, em conjunto, combinado. Também se trata de um tema de estudos. Uma ação associada é caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. Uma associação é uma entidade composta por pessoas da sociedade civil com pessoa jurídica própria, e é constituída por no mínimo duas pessoas, com patrimônio formado por doações, fundos e reservas. Seus fins podem ser alterados através de assembléia com seus membros, com participação democrática, sendo de direitos privados. Os tipos mais comuns de associações são: filantrópicas, de moradores, pais e mestres, em defesa da vida, culturais, desportivas e sociais, de consumidores, de classe, de trabalho e centrais de compras (OCB, 1996).

tradicional, as novas tecnologias implantadas e as novas atividades administrativas e organizacionais demandadas pelos agentes de desenvolvimento.

Os estranhamentos dos agricultores estiveram relacionados a vários fatores, entre os quais: a) a forma de manejo das plantas invasoras⁶, ao invés da capina; b) a ocupação de área, anteriormente utilizada para a produção de milho, mandioca, cebola e outros produtos, com o plantio de adubo verde; c) os agrotóxicos substituídos pelas caldas naturais, e seu tempo diferenciado de ação; d) o ataque da ferrugem e a queda de produção em relação ao café convencional; e) a colheita seletiva, substituindo aquela que a comunidade praticava por costume; f) investimentos em insumos que os agricultores não dispunham imediatamente; g) dedicação de tempo às atividades como reuniões, palestras, visitas, etc.

A formação da cooperativa COASOL, com a união das associações ACAL e APRALA, teve como objetivo principal a captação de recursos para a construção de uma minitorrefadora e também foi fruto do Projeto Café de Lerroville. Produzir café orgânico e processá-lo na comunidade geraria empregos para as mulheres e agregaria valor ao produto final. Contudo, conflitos de interesses políticos e administrativos também influenciaram as atividades e serão destacados no quinto capítulo.

O capítulo 5, **Uma interpretação do Projeto Café de Lerroville**, examina as relações entre os atores, as principais etapas e as incoerências na trajetória da transição para uma cafeicultura orgânica. Para isso, busquei apresentar as etapas do método de transição utilizado pelos agentes de desenvolvimento, que tomaram como referência a metodologia do Instituto Maytenus de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica. Composto por 22 ações encadeadas, o método vai da apresentação e curso de formação em agricultura orgânica, até comercialização e organização de consumidores. A apresentação do método contempla os comentários dos agricultores sobre cada ação, na intenção de verificar pontos frágeis da transição, e explica as especificidades da experiência de transição realizada em Lerroville.

No capítulo 6, **O palco e os bastidores: algumas considerações**, os elementos sociais e culturais presentes no capítulo 3 e os elementos técnicos, econômicos e políticos apresentados no capítulo 4 são retomados e acrescentados aos elementos metodológicos da transição e os comentários dos agricultores descritos no

⁶ Plantas invasoras são as plantas que se adaptam bem em alguns locais e competem por nutrientes e luz solar com cultivos, em um mesmo espaço físico.

capítulo 5. Esse resgate será uma forma de interpretação do Projeto Café de Lerroville, com suas possibilidades e limites, e uma maneira de responder a questão inicial.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Este capítulo contém o referencial teórico da pesquisa e os principais instrumentos analíticos utilizados na articulação da teoria com os dados de campo. O capítulo está dividido em cinco itens, sendo eles: perspectiva orientada ao ator; modernização da agricultura; construção de vias para o desenvolvimento rural; agricultura orgânica e Agroecologia: o duelo “eco”; instrumentos de análise, conceitos e categorias.

2.1 PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

A perspectiva orientada ao ator¹ surge para se contrapor às teorias que não atribuem ao homem comum à capacidade de mudar a direção da sociedade e fazer sua história. Norman Long parte desta abordagem através de um minucioso estudo sobre desenvolvimento e mudança social, e tem como objetivo entender os processos de mudança das formas sociais e como elas são transformadas e retrabalhadas na vida cotidiana das pessoas. Segundo Van der Ploeg, as teorias que não atribuem ao homem a capacidade de mudar a direção da sociedade são simplificadoras, deterministas e excluem da análise a possibilidade das pessoas influenciarem os processos de mudança. Como exemplo, pode-se citar as teorias que atribuem o papel central apenas às estruturas.

Long (1988) diz que tanto a teoria da modernização como a teoria marxista e a neomarxista não são as mais adequadas à análise dos modelos de desenvolvimento, por não compreenderem a relação entre a estrutura e o ator. A teoria da modernização concebe o desenvolvimento da sociedade moderna como um movimento progressivo que tende a integrar tecnologia e institucionalidade para formas

¹ “[...] a noção de ator supõe que ele disponha permanentemente de uma margem de manobra - e de liberdade -, mesmo que restrita em alguns casos, frente ao sistema social ou a sua organização. Neste contexto, é permitido imaginar que os atores sociais tornam-se imprevisíveis, em caso extremo, passivos totais ou quase totais, o que, paradoxalmente pode ser considerada como uma prática ativa. Esses atores obedecem a esquemas mentais que se mostram mais ou menos racionais, mesmo que em determinadas condições possam parecer irracionais. O que ocorre, na verdade, é uma confrontação de racionalidades diferentes, uma disputa cujo objetivo disputado é a imposição de uma racionalidade que seja, pelo menos, aparentemente a mais adequada e a mais justa.” (ALMEIDA, 1999:40).

mais complexas. “As teorias marxista e neomarxista acentuam a natureza exploradora, a tendência expansionista do capitalismo mundial e sua necessidade de abrir novos mercados, de aumentar o nível de mais-valia e acumular capital.” (DEPONTI, 2007:2).

Essas duas perspectivas representam posições opostas e para Long (2001) são perspectivas semelhantes porque vêm o desenvolvimento e a mudança social como advindos e decorrentes dos centros de poder externo aos atores e às localidades, tais como o Estado, o capital e os órgãos internacionais de fomento ao desenvolvimento. As duas perspectivas, apesar de suas diferenças, partilham o pressuposto de que o capital e o Estado penetram nas áreas rurais e controlam o funcionamento da vida familiar e das dimensões institucionais locais.

Ainda segundo Long (2001), essas teorias são vazias de pessoas e não observam as práticas auto-organizadoras dos que habitam e transformam os contornos da paisagem social. Para ele as pessoas são agentes ativos, protagonistas dos processos de desenvolvimento. Dessa maneira, pode-se dizer que todas as intervenções externas passam necessariamente pela esfera social e cultural dos grupos. Contudo, os fatores externos são avaliados pelas estruturas internas, onde são transformados, ressignificados e mediados pelo grupo. “A adoção de um enfoque mais dinâmico, que reconheça a inter-relação e a determinação mútua dos fatores e das relações externas, é importante para a compreensão da mudança social.” (DEPONTI, 2007:3).

A análise da sociedade voltada à perspectiva dos atores evita, de certa forma, o determinismo das teorias gerais e observa os diferentes modos dos grupos sociais enfrentarem as mudanças e criarem espaços para eles mesmos tirarem proveito dos fatores de sua volta. Para Long é por meio das práticas de intervenção que surgem possibilidades de entender as formas de interação, procedimento, estratégias, discursos e categorias culturais dos atores e dos agentes interventores. O autor afirma que a tendência de conceituar o processo de intervenção como de natureza linear é um engano, já que é complexo e composto de percepções culturais e interesses sociais diferentes, não representando um plano de ação especificado com resultados esperados (LONG, 2001).

A definição de intervenção para o desenvolvimento, segundo Long, é um conjunto de atividades definidas no tempo e no espaço, que envolve interação entre as partes e os grupos, nunca sendo um projeto com limites claros. São partes de uma cadeia de eventos localizados na estrutura ampla das atividades. Segundo Deponti (2007:4), ao comentar essa passagem de Long, o desenvolvimento não ocorrerá pela transferência

mediada por projetos. Afirma Deponti, que “[...] o desenvolvimento resulta de um longo processo de experimento e inovação, pelo qual as pessoas constroem habilidades, conhecimento e confiança em si mesmas para formar seu meio ambiente de maneira a promover o processo e alcançar metas como o crescimento econômico, equidade, distribuição de renda e liberdade política.” (DEPONTI, 2007:4).

Vale ressaltar que a perspectiva do ator reconhece a existência de diferentes agricultores e de diversas formas de operacionalização de seus objetivos e a administração das práticas agrícolas. A perspectiva orientada ao ator considera os interesses, as identidades, os repertórios culturais, as percepções, as histórias, as recordações e as concepções de espaços no tempo como modelos específicos de interação e acomodação dos atores, possibilitando análise das relações sociais (LONG; PLOEG, 1989).

O estruturalismo, visto como conjunto de forças impulsoras que explica fenômenos, não proporciona uma explicação suficiente quando se introduz a heterogeneidade na análise. Segundo Giddens, as relações entre ator e estrutura não podem ser compreendidas sem a análise da agência humana, na qual as ações se constituem e se reconstituem nas condições institucionais das ações dos outros. Pode-se dizer que a noção de agência é o cerne do paradigma do ator social e que ao mesmo tempo tenta reconciliar a noção de estrutura e ator. Deponti (2007:5), interpretando o texto de Long e Ploeg, afirma: “[...] os atores sociais possuem habilidades para reconhecer e habilidade para captar. Eles resolvem seus problemas, aprendem a intervir nos fluxos de eventos sociais, observam a reação dos outros e supervisionam suas próprias ações.”

A noção de agência para Long e Ploeg (1994) atribui à ação capacidade de processar a experiência social e descobrir caminhos para situações de problemas sob as mais diversas formas de coerção. A noção de agência está baseada na organização de capacidades e estratégia de geração de uma rede de relações sociais. Outros conceitos importantes na teoria orientada aos atores são: arena, domínio e campos sociais. Esses conceitos ligam os espaços sociais e possibilitam a compreensão das ações, desejos e decisões dos atores. Para Long (2001), campo social incita um quadro de espaços abertos, uma paisagem com limites mal definidos.

Os conceitos de domínio e arena permitem a análise dos processos de ordenamento, regulação, disputa de valores sociais, utilização de recursos, autoridade e poder. Os domínios servem para identificar as áreas de vida social que estão organizadas

por valores em torno de um núcleo. As arenas são onde se dão as práticas diferentes e os valores diferentes em um domínio comum, onde acontecem os esforços para resolver as discrepâncias de interesses dos atores. Contudo, uma interpretação teórica da ação social deve ir além da consideração da habilidade de conhecer, da consciência e das intenções. Também deve abraçar os sentimentos, as emoções, as percepções, as identidades e a comunidade dos agentes através do espaço e do tempo. Para Long (2001), os atores encontram maneiras alternativas de formular seus objetivos, pois a vida social nunca é unitária, eles despregam de modos específicos de ação e dão razão a seu comportamento.

Para Deponti (2007), a perspectiva orientada ao ator apresenta algumas características básicas, resumidas a seguir: 1) heterogeneidade da vida social composta por uma ampla diversidade de formas sociais e culturais que se mostram, aparentemente, homogêneas; 2) necessidade de pesquisar como essas formas são produzidas e reproduzidas, não atentando apenas aos resultados estruturais; 3) capacidade dos atores em processar suas experiências e promover inter-relações entre elas; 4) propósito não é centrado no indivíduo, pois a ação se dá nas redes de relações e se forma na rotina, na vida cotidiana, por intermédio de convenções sociais, valores e relações de poder e são geradas por contextos específicos; 5) significados são construídos culturalmente de acordo com as condutas dos grupos, gerando novos padrões culturais; 6) elucidação dos conjuntos precisos de relações delimitadas por uma área ou um território, não presos ao global ou nesse como o possuidor do local; 7) desafio de delinear as formas sociais diversas, explicando sua gênese e compreendendo as condições específicas da configuração passada.

Uma das críticas direcionadas à abordagem orientada ao ator é de que ela negligencia as relações sociais e o amplo cenário estrutural, centrando suas explicações na agência e na racionalidade instrumental dos indivíduos (DEPONTI, 2007). Long e Ploeg (1989) não negam o significado das relações de produção, mas destacam que essas são específicas, se constroem, se reconstroem e se transformam. “O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considera a construção das relações sociais específicas como tema central na análise”. (DEPONTI, 2007:9).

Essa abordagem permite o estudo dos valores locais e dos conhecimentos tradicionais, pois com ela pode-se descobrir o mundo das pessoas comuns, o mundo de todo dia, da gente simples. Neste ponto, pode-se estabelecer uma

relação com a sociologia do cotidiano - de mesma raiz epistemológica - que ao privilegiar as ações comuns do homem de todo dia, busca no cotidiano, nos costumes, nas representações e nas normas de conduta explicações para as mudanças sociais e para as diversas formas de escolhas dos agentes.

Segundo Long (2001), a abordagem dos atores pode servir contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e conceituar de outra maneira as dinâmicas da vida social. Para Deponti (2007), mais que definir a perspectiva orientada ao ator “como teoria ou enfoque teórico”, deve-se buscar ter clareza sobre sua referência epistemológica, ou seja, que esta abordagem está baseada na fenomenologia, da qual resultam as dificuldades em integrá-la às perspectivas estruturalistas, uma vez que as bases epistemológicas divergem. Mesmo assim, Long (2001) diz ser possível combiná-la dentro de mais marcos teóricos.

A perspectiva orientada ao ator possibilita a análise de racionalidades, desejos, capacidades e práticas. Van der Ploeg e outros autores procuram construir um paradigma para a análise do desenvolvimento rural centrado na noção de sustentabilidade da atividade agropecuária e, em uma reinvenção da agricultura, das localidades e do conhecimento local (PLOEG *et al*, 2000). Neste sentido, a perspectiva orientada ao ator pode ser combinada com os princípios da Agroecologia, enquanto campo interdisciplinar do conhecimento que contribui para a formação de estilos de agriculturas de base ecológica e tem como objetivo uma sociedade e uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente.

A heterogeneidade dos atores, cuja abordagem privilegia, leva a pensar em uma heterogeneidade entre as agriculturas de base ecológica enquanto arte, que contendo práticas e ações baseadas nos mesmos princípios são compostas por atores heterogêneos nas formas de organização, manejo da produção, economia, valores e normas de conduta. Por esse lado, a própria agricultura ecológica é heterogênea e atrai diversos atores por intermédio de suas diversas perspectivas de produção. É o caso da agricultura biodinâmica, biológica, natural, orgânica, etc., que mesmo que, em alguns casos, se resume em modos de vida, em outros é uma adaptação do modelo convencional de agricultura². O movimento contracultural à agricultura convencional data da década de 1970, e tem no termo agricultura alternativa seu símbolo revolucionário. Segundo Almeida, este termo está revestido de uma conotação contracultural:

² Por agricultura convencional entende-se o atual modelo de produção, pautado no uso de insumos químicos e externos à propriedade.

[...] esses tipos de agricultura que se pretendem diferentes são definidos principalmente em relação à agricultura de tipo convencional ou moderna que se pratica nos países de desenvolvimento industrial avançado e que apresenta certas características essenciais: forte concentração e automatização dos sistemas de produção, alto grau tecnológico, etc. (ALMEIDA, 1999:65).

Usada como antônimo de agricultura convencional, agricultura de base ecológica são aqueles estilos de agricultura com princípios menos agressivos ao meio ambiente que respeitam o conhecimento local, as diversidades culturais e a biodiversidade. Entretanto, esses princípios podem compor somente o conceito, e na prática existirem estilos de agricultura com base ecológica interessados em nichos de mercado que incorporam a lógica de esgotamento dos recursos naturais do sistema capitalista. (Ver no Quadro 3 tipos de agriculturas alternativas).

QUADRO 3 – Escolas da agricultura alternativa

A agricultura biodinâmica surgiu na Polônia na década de 1920, e tem seu impulso na antroposofia, estudo da natureza humana sobre o aspecto da moral. A agricultura biodinâmica quer ajudar os que lidam no campo a vencer a unilateralidade materialista da concepção de natureza, para que cada um possa achar sua relação espiritual e ética com o solo, produzindo alimentos condignos ao ser humano. A agricultura biológica é um tipo de produção holística que busca promover e melhorar a saúde do ecossistema ao fomentar os ciclos e as atividades biológicas do solo. Está baseada na integração entre solo, água, plantas, animais e humanos, onde cada elo é responsável pelo outro. A agricultura biológica é também conhecida como agricultura orgânica no Brasil - e nos países de língua inglesa. No Japão é conhecida como agricultura natural e, em alguns lugares na Europa, como agricultura ecológica. Todas as definições também são reconhecidas como agricultura alternativa, cujo princípio é a base ecológica.

Fonte: Elaborado pela autora.

2.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Na agricultura, a década de 1970 foi marcada pela intensificação do uso de agrotóxicos, fertilizantes e máquinas pesadas. Configurava-se uma nova era produtiva: a era da modernização da agricultura, que está ligada ao desenvolvimento nacional e à adoção de tecnologias (DAL SÓGLIO *et al*, 2006). A modernização do campo contou com um plano de desenvolvimento iniciado em 1930. O governo de Juscelino, em fins da década de 1950³, assumiu o discurso desenvolvimentista e deu continuidade ao plano de desenvolvimento. O plano visou à substituição de importação de produtos industriais com o objetivo de fomentar a criação de riquezas dentro do setor urbano industrial brasileiro, ao mesmo tempo em que buscou apoiar a exportação de

³ Período que se destaca pela criação do slogan de desenvolvimento “50 anos em 5” do governo de Juscelino Kubitschek.

produtos como soja, café e laranja, sendo uma política direcionada às *comodities* (DAL SÓGLIO *et al*, 2006).

O Estado brasileiro começou a implementar, a partir de 1937, sob a presidência de Getúlio Vargas, um programa de substituição de importações de produtos industriais e agrícolas. Foram fixadas tarifas alfandegárias restritivas a importação de alguns produtos de origem industrial e também aplicadas políticas cambiais e fiscais visando a alavancar a diversificação econômica e industrial esboçada nas décadas anteriores (NORDER, 2004: 43).

A modernização da agricultura, caracterizada por uma desenfreada expansão de fronteiras agrícolas, em especial no cerrado e na floresta tropical amazônica, além de trazer problemas significativos ao meio ambiente possibilitou a concentração da propriedade da terra, aumento do desemprego e das desigualdades sociais (DAL SÓGLIO *et al*, 2006). A chegada das máquinas no campo economizou mão-de-obra, resultando no êxodo rural da década de 1970. Ela foi responsável por levar muitas famílias para as cidades contribuindo para o desemprego, crescimento da pobreza e instabilidade econômica das famílias rurais.

A industrialização no Brasil, cuidadosamente elaborada, foi estimulada pelo plano de metas do governo de Juscelino Kubistshek. O discurso do então presidente era enviesado para a modernização do país. Desta forma, vinha à tona a idéia de desenvolvimento pautada na industrialização de bens de consumo (SHELDON, 2002). Assim, segundo o presidente, um país regido economicamente pela produção agrícola, como o Brasil, necessitava desenvolver e incorporar tecnologias estrangeiras e políticas públicas que levassem a modernização também para a agricultura.

O crédito subsidiado, a pesquisa agrícola e a extensão rural foram instrumentos importantes para o estabelecimento do padrão de desenvolvimento agrícola que se adotava (DAL SÓGLIO *et al*, 2006). O Sistema Nacional de Crédito Rural brasileiro foi lançado na década de 1960, para facilitar a aquisição de tratores, implementos e insumos agrícolas.

Na década de 1970, surgiu a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, logo depois, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), com objetivo de, respectivamente, auxiliar pesquisa científica e a inserção dessas novas técnicas no sistema de produção. Pode-se dizer que a assistência técnica e a pesquisa teriam além de outros objetivos a missão de “facilitar” o uso dos pacotes tecnológicos, tidos como a chegada da modernidade.

Este tripé de modernização (pesquisa, extensão e crédito) mereceu um investimento público alto que incluiu a formação de infra-estrutura de pesquisa e de recursos humanos. Foi dirigido fortemente para o desenvolvimento de perfis de alta produtividade agrícola com pouca preocupação quanto a aspectos sociais, culturais ou ecológicos (DAL SÓGLIO *et al*, 2006:32).

Fruto desse processo, os agricultores da Laranja Azeda e da Limeira, refizeram seu estilo de agricultura ao mesmo tempo em que tentaram adaptar as “novas” técnicas às suas condições econômicas, como no caso do Projeto Café de Lerroville. Com o projeto, houve a busca por alternativas diferenciadas de sobrevivência e manutenção da vida no campo.

2.3 CONSTRUÇÃO DE NOVAS VIAS DE DESENVOLVIMENTO

No século XX, a humanidade mostrou o quão modificadora pode ser a sua ambição e a sua ganância. O poder de controlar a natureza e a exploração exacerbada dos recursos naturais em prol de suas vontades foi maximizado com o desenvolvimento da indústria e da tecnologia. As máquinas, os insumos sintéticos, os controladores químicos de insetos e plantas, a conseqüente poluição da água e do ar, os acidentes nucleares, o lixo de modo geral, e tantas outras coisas levaram o planeta a uma crise ecológica. Nesse contexto, a busca por novas vias de desenvolvimento rural ganhou espaços nos debates políticos e acadêmicos, no mundo todo, e este item procura destacar uma dessas buscas⁴.

A crise ecológica que o planeta vem enfrentando na atualidade é associada, segundo Sevilla-Guzmán (2000:38), “[...] ao manejo industrializado dos recursos naturais que rompe taxas de re-acomodação e reposição dos resíduos, produzindo um crescente incremento da entropia.” Em nome do progresso, os

⁴ Antes de tudo, cabe evidenciar que as discussões, relações, exercícios teóricos, conceituais e metodológicos que este trabalho se esforça em estabelecer tem na agricultura seu ponto de partida. A agricultura foi descoberta há mais ou menos 12 mil anos pelos grupos nômades, e teve início com as mulheres, através da observação. As sementes jogadas na terra - nos locais próximos onde estavam estabelecidos temporariamente esses grupos - germinavam, dando origem a plantas que antes não existiam naqueles lugares. Dessa maneira, as mulheres passaram a coletar sementes, e assim iniciaram a prática mais importante para o desenvolvimento humano, a suficiência alimentar. Originalmente, a agricultura é um ato antrópico de cultivar e aperfeiçoar variedades para suprir a necessidade elementar da existência humana: a alimentação. Para Marx, a agricultura seria o pecado original que introduziria a riqueza ao mundo. Mas poderia ser também o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, etc. Assim como poderia ser denominada como arte ou processo de utilizar o solo, ou a chave para se entender o início das civilizações. De qualquer maneira, agricultura é uma arte humana.

agroecossistemas⁵ foram transformados, as culturas distorcidas e a segregação social ampliada pela promoção da modernização conservadora da agricultura nos países periféricos. Os agricultores com acesso insuficiente à terra e aos recursos produtivos não se ajustaram às condições da agricultura modernizada e permaneceram fora da dinâmica deste desenvolvimento rural (MOREIRA; CARMO, 2004).

O termo desenvolvimento rural foi cunhado na década de 1970 para contrapor os efeitos negativos que o chamado desenvolvimento comunitário - aplicado pelas agências internacionais, ligadas ao Banco Mundial, nas décadas de 1950 e 1960 - causou nos países de terceiro mundo⁶. O programa de desenvolvimento comunitário, nessa época, mostrou seu desgaste e sua falta de fôlego para prosseguir. Assim, outro plano modernizador surgiu, “[...] agora por meios de técnicas e estruturas de difusionismo mais agressivas e integradas, era o desenvolvimento rural integrado.” (MOREIRA; CARMO, 2004:41). Nesse período, se constituíram no Brasil os aparatos estatais de crédito, pesquisa e extensão rural, para intensificação do modelo tecnológico da Revolução Verde e consolidação dos complexos agroindustriais.

No final da década de 1980, os impactos negativos desses modelos de desenvolvimento sobre os sistemas sociais e ambientais levaram a adoção de um novo conceito como resposta às conseqüências impresumíveis do modelo moderno. O termo da vez era desenvolvimento sustentável, da mesma filiação do discurso modernizador dominante até então. Difundido pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o termo gerou uma “ecologização” de distintos discursos e concepções, que convergiu para o entendimento de desenvolvimento sustentável como sinônimo de crescimento econômico sustentável. Desta forma, há também para o conceito de sustentabilidade um discurso hegemônico de características ecotecnocráticas que foram incorporadas às estratégias de desenvolvimento pelos organismos que, nos últimos 40 anos, promoveram a modernização da agricultura.

Para Moreira e Carmo (2004), o conceito de desenvolvimento sustentável parece “[...] incluir estratégias ambientais baseadas no desenvolvimento

⁵ Agroecossistema, segundo Gliessman (2001), é a manipulação, a alteração dos ecossistemas naturais pelo homem, com o propósito de estabelecer uma produção agrícola. Pensar um agroecossistema é pensar, necessariamente, o homem inserido nele.

⁶ O desenvolvimento comunitário estava baseado na tradição sociológica da vida rural (*Rural and Farm Life Studies*), que surgiu nos Estados Unidos, no final do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento comunitário deu suporte às teorias de modernização agrária após a Primeira Guerra Mundial. O trabalho de Charles Galpin, *The Rururban Community* foi precursor nesta área. Vinculado a corrente teórica dos *Rural Lifes Studies*, o desenvolvimento comunitário foi tentativa teórica e metodológica de acabar com as diferenças rural-urbano, evangelizando o campo e solidificando as bases para industrializá-lo, econômica e culturalmente, por meio da indústria (MOREIRA; CARMO, 2004).

contínuo de atividades industriais supostamente sustentáveis e vinculadas à globalização do capital.” (MOREIRA; CARMO, 2004:40). Este conceito tem como parâmetro evolutivo a modernização e o crescimento econômico, e é para contrapor esse modelo que a Agroecologia⁷ evidencia que as transformações da agricultura - a caminho da sustentabilidade - estão ligadas aos processos de transformação da sociedade e a mudança no paradigma de desenvolvimento.

Esta perspectiva pertence a um novo paradigma do desenvolvimento rural, não mais baseado na corrente ecotecnocrática de promoção da modernização, mas em uma perspectiva social e sustentável da produção⁸, que aqui é chamada de “nova via de desenvolvimento rural”. A sustentabilidade da produção tem como princípio manter a capacidade de perpetuamente colher biomassa do planeta, “[...] porque a capacidade de se renovar ou ser renovada não é comprometida.” (GLIESSMAN, 2005:52). Nesse sentido a agroecologia, enquanto campo interdisciplinar que valoriza os costumes, a cultura, a tradição das comunidades e a utilização de metodologias participativas na elaboração de projetos de desenvolvimento, tem muito a contribuir. Este novo desenvolvimento trata-se de uma forte ênfase na “[...] realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com seu entorno ambiental.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000:4).

Assim, o conceito de desenvolvimento rural sustentável toma por base o “[...] descobrimento, a sistematização, a análise e o fortalecimento dos elementos de resistência específica de cada local ao processo modernizador agrário, fortalecendo as formas de ação social coletiva que possuam um potencial endógeno transformador.” (MOREIRA; CARMO, 2004:41). Ele não se pretende hegemônico para todas as comunidades rurais do mundo, pelo contrário:

[...] a sustentabilidade e a estratégia de desenvolvimento rural devem ser definidas a partir da participação e da identidade etnoecossistêmica de localidade a ser considerada. Tal estratégia, para tanto, deve nascer desde dentro, ou seja, de forma endógena, pelo fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso hegemônico da modernização agrária, tão comum nas zonas rurais (MOREIRA, CARMO, 2004:41).

⁷ Para Sevilla-Guzmán, a agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais pelas formas de ação social que apresentem alternativas a crise socioambiental.

⁸ Para Gliessman (2005), a sustentabilidade pode ser alcançada com práticas agrícolas alternativas, orientada para o conhecimento dos processos ecológicos, mas como a perpetuidade nunca pode ser demonstrada no presente, fica sempre para o futuro, e fora do alcance, a comprovação de que algumas práticas são mais sustentáveis que outras. Ainda segundo Gliessman (2005), baseado no conhecimento presente, é possível demonstrar as práticas que se afastam da sustentabilidade. Uma agricultura sustentável tem ao menos que: 1) gerar efeitos negativos mínimos no ambiente; 2) preservar e recompor a fertilidade do solo e prevenir erosão; 3) depender principalmente dos recursos de dentro do agroecossistema; 4) substituir insumos externos por ciclagem de nutrientes; 5) ampliar as bases do conhecimento ecológico; 6) conservar a diversidade biológica, etc.

A estratégia da Agroecologia não pode ser generalizada. Para ela, cada participação ativa é importante, e ela fundamenta a hegemonização e reconhece que não pode haver desenvolvimento rural se ele não estiver baseado na agricultura como forma de articulação entre os sistemas socioculturais locais e a manutenção dos recursos naturais locais. “Esta estratégia possui um caráter agrário e de natureza agroecológica e poderia ser definida como integral, endógena e sustentável [...]” (MOREIRA; CARMO, 2004:42).

A coerência entre as estratégias e os princípios da Agroecologia e a perspectiva orientada ao ator - devido às duas abordagens privilegiarem o indivíduo enquanto agente que escolhe e toma decisões - por valorizarem o conhecimento local e as especificidades de cada grupo, possibilita a articulação entre os estilos de agricultura de base ecológica e os estilos de agricultura próprios de cada localidade. A união dessas perspectivas contribui para a articulação de estratégias de desenvolvimento rural sustentável baseada em princípios ecossociais e não mais no princípio ecotecnocrático do discurso corrente.

Uma via de desenvolvimento sustentável tem como base os discursos do crescimento econômico e do capital, potencializado pela modernização tecnológica, e a outra, está pautada na capacidade de renovação sem comprometimento futuro, valorização do conhecimento local, diversidade cultural. Dessa maneira, pode-se estabelecer uma discussão sobre a apropriação dos discursos ecológicos e identificar as vertentes que apóiam estes discursos.

2.4 AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLOGIA: DUELO “ECO”

O termo desenvolvimento rural sustentável é ambíguo, pois permite ocultações de natureza ideológica e esconde discordâncias, no fundo, entre as escolas de pensamento. Resumidamente, as discrepâncias estão em torno de duas correntes que definem desenvolvimento sustentável: a ecotecnocrática e a ecossocial, a última aqui entendida como a junção da corrente culturalista e ecossocialista. A corrente ecotecnocrática é a afirmação da necessidade de um “[...] crescimento econômico continuado, que tenta articular sociedade e natureza e os limites do crescimento ao otimismo tecnológico.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000:02).

A ecossocial, embora critique a corrente liberal, focaliza seu interesse na economia política, e “[...] defende o respeito aos distintos modos de vida e às diferentes culturas, favorecendo a preservação da biodiversidade e propõe um câmbio no sistema dominante, em favor das estratégias descentralizadas, compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e valores culturais.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000:02). Em síntese, a corrente ecossocial reivindica mudanças estruturais profundas na sociedade e tem como objetivo um novo projeto histórico e novos rumos para o desenvolvimento. Aproxima-se do pensamento de Sevilla-Guzmán (2000) quando diz que para a Agroecologia a transformação rumo à sustentabilidade está ligada à mudança da sociedade como um todo.

A variada concepção de desenvolvimento rural delinea, além da escola de pensamento, também uma posição política. Uma mais interessada nos artifícios econômicos e nos mecanismos do mercado, e a outra, mais interessada em uma reestruturação da sociedade, levando em conta a diversidade dos modos de vida e das culturas. Com esta resumida polarização tenta-se balizar a origem do embate sobre Agroecologia e agricultura orgânica, também polarizada pelas correntes do desenvolvimento. Pode se dizer que de um lado tem-se a transição agroecológica, baseada nos princípios holísticos da Agroecologia, e do outro a transição para a agricultura orgânica, com base na substituição de pacotes tecnológicos.

Elementos deste debate auxiliarão a análise da experiência de transição em Lerroville, uma vez que se tratou de uma transição dos cafezais de duas comunidades sutilmente distintas, e com história de produção também diferenciada.

2.4.1 A agricultura orgânica e sua abordagem “eco” modelo

Atores sociais diversos apropriaram-se do discurso ecológico do desenvolvimento sustentável da década de 1990. Baseado na mesma lógica do capital é pela vertente economicista do modelo de desenvolvimento que surgem os pacotes ecológicos para substituir os pacotes inseridos pela Revolução Verde e atrair o mesmo público, o qual adquiriu estes pacotes e se mostra descontente. Hoje, carimbados com a marca de ecológicos, os novos pacotes parecem vir para revolucionar e solucionar, mais uma vez, o modo de produzir no campo.

A agricultura orgânica possui fatores limitantes por reunir elementos que constituem um pacote ecológico direcionado à um tipo de mercado. Embora seja um sistema mais eficiente no uso dos recursos naturais, existem várias dificuldades na adoção das suas tecnologias: a) não respeita, freqüentemente, a disponibilidade adequada de fertilizantes orgânicos, como o esterco, e nem o tempo de transição adequado à planta e ao agricultor por visar a nicho de mercado; b) por ser deficiente no abastecimento da própria propriedade a tendência é a compra dos insumos externos; c) dá seqüência a lógica da agricultura convencional, onde todos os insumos são adquiridos no comércio varejista e não são provenientes da propriedade; d) há dificuldade na comercialização; g) existem muitas barreiras na certificação e no acesso ao crédito.

O caráter ecotecnocrático da agricultura orgânica mantém os agricultores na mesma lógica de compra de insumos e dependentes do mercado de atravessadores e exploradores, por estarem à mercê das certificadoras e das tecnologias transferidas pelos agentes de desenvolvimento, embora o discurso diga respeito à busca pela sustentabilidade⁹. Em Lerroville, o Grupo Especializado em Café Orgânico coordenou a transição, e mais uma vez a lógica de desenvolvimento corrente tornou os agricultores dependentes dos pacotes tecnológicos. Segundo Sevilla-Guzmán (2000), “[...] os agricultores estão cada vez mais dependentes dos pacotes tecnológicos e perdem paulatinamente a prática de ler a natureza.”

Porém, outra via de desenvolvimento defende uma parcial autonomia do agricultor e a construção social de alternativas e estratégias para superação dos impasses para uma agricultura de base ecológica. O próximo item objetiva delinear os princípios da Agroecologia enquanto estimuladora do desenvolvimento rural sustentável.

2.4.2 Escolas da Agroecologia e sua abordagem “eco” social

São duas as correntes mais expressivas que se dedicaram a discutir a agroecologia nos últimos 30 anos. Uma é a corrente norte-americana, com concentração de cientistas no estado na Califórnia, e tem em Miguel Altieri e Stephen Gliessman seus

⁹ Outras informações sobre sustentabilidade buscar em: RUSCHEINSKY, A. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

mais expressivos representantes. A outra corrente é a européia, mais especificamente a escola espanhola, com a presença de cientistas da área de Ciências Sociais e biologia. Eduardo Sevilla-Guzmán, González de Molina, Guzmán Casado são os representantes mais expressivos desta escola. Embora as duas discutam e estejam interessadas em difundir os princípios da agroecologia pelo mundo, possuem abordagens que divergem em alguns aspectos. A escola norte-americana enfatiza aspectos agronômicos e técnicos, e a escola européia aspectos sociais e culturais (MOREIRA; CARMO, 2004).

Para Gliessman (2001) a agroecologia deriva da ecologia e da agronomia e estabelece conexões entre as fronteiras disciplinares. O estudo dos processos econômicos e dos agroecossistemas é um agente de mudanças sociais e ecológicas. Para Altieri (2002:34), a agroecologia “[...] é uma ciência que fornece princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente e economicamente viáveis.” Em suma, para essa escola, a agroecologia fornece as diretrizes para um manejo cuidadoso dos agroecossistemas, sem provocar danos irreparáveis, tendo como técnica principal o incremento e a manutenção da biodiversidade.

Na escola européia, a ênfase está nas relações sociais e culturais, sendo pela interação entre as disciplinas naturais, sociais e as próprias comunidades que surgem os contornos da agroecologia. Moreira e Carmo (2004:47) afirmam que para esta escola, a Agroecologia enfatiza “[...] o manejo ecológico dos recursos naturais por intermédio de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno.” Estas propostas almejam um desenvolvimento participativo de produção e circulação de produtos, de forma que contribuam para enfrentar a crise ecológica¹⁰ e social, e será esta abordagem enfatizada neste trabalho.

Segundo Sevilla-Guzmán, a estratégia da Agroecologia é de natureza sistêmica ao considerar a propriedade, a organização comunitária e as relações sociais uma articulação em torno de uma dimensão local, onde se encontram um sistema de conhecimento. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, uma vez que cada processo de transição agroecológica é composto de elementos específicos de cada localidade. Van der Ploeg, quando fala sobre os estilos de

¹⁰ Segundo Almeida (1999:62), “[...] a sensibilidade ecológica surge, no final dos anos sessenta, sob a forma de uma tomada de consciência sobre a destruição do capital genético do planeta e da alteração dos equilíbrios próprios aos ecossistemas existentes.”

agricultura, também dá destaque para a localidade e seu conjunto de especificidades, atribuindo a ela o papel central da origem dos estilos de agricultura.

Segundo Caporal, Costabeber e Paulus (2006), a Agroecologia é uma matriz disciplinar ou um novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável, e vem se constituindo na ciência basilar integradora, totalizante, holística e capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. Para Guzmán Casado, “[...] *no se trata de caer en ningún reduccionismo, ni de buscar una utópica unificación de la ciencia, sino de aceptar un pluralismo metodológico, donde los límites de los juicios de autoridad de cualquier experto sean aceptados.*” (GUZMÁN CASADO, 2000:159). Dessa maneira, esta perspectiva baliza as discussões deste trabalho.

2.5 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE, CONCEITOS E CATEGORIAS

Neste espaço, contextualizam-se em linhas gerais, os instrumentos de análise, os conceitos e as categorias sociais presentes no decorrer do texto, e que ainda não foram denominados ou conceituados, com base em pesquisa bibliográfica.

2.5.1 Cotidiano e discurso

É comum nas Ciências Sociais, na história e na lingüística o uso da análise de discurso como instrumento analítico, por dar acesso à significados nem sempre explicitamente manifestos. Não se trata de um instrumento que busca a verdade sobre o acontecimento, mas um instrumento de interpretação para compreender como objetos simbólicos produzem sentidos. E, neste caso, é possível utilizá-la para interpretar as representações dos agricultores no contexto da transição. A finalidade da análise do discurso é tornar transparente a opacidade de um discurso e relacioná-lo ao contexto do ator (ORLANDI, 1999). Abordando desta maneira, este instrumento ajudará a analisar as entrevistas do trabalho de campo, na intenção de compreender quais

elementos sociais, econômicos, políticos e culturais deram os contornos da experiência de transição para cafeicultura orgânica em Lerroville¹¹.

Para este trabalho, a análise do discurso será retomada para decompor e observar a palavra em movimento, o efeito de sentido entre atores, o conjunto de dizeres que estão na memória, ou seja, o discurso¹² dos agricultores. Os pressupostos da análise de discurso permitirão que as entrevistas transcritas revelem a disjunção entre as práticas orgânicas e as práticas convencionais, uma vez que houve a substituição de uma pela outra e efeitos não só nas lavouras, mas também na vida cotidiana dos atores. Partindo do cotidiano dos atores, foi possível acompanhar as reuniões da cooperativa e conhecer a história do Projeto Café de Lerroville (PCL).

Os detalhes sobre as práticas cotidianas possibilitaram a busca pelos significados e pelos sentidos que contribuíram para a compreensão do quebra-cabeça chamado PCL. Ao atentar para o cotidiano¹³, é permitida uma compreensão das formas de sociabilidade e aspectos dos modos de vida, e também conduzida a compreensão da produção de sentido comum ou representações sociais, valores locais e conhecimentos tradicionais.

2.5.2 Representações sociais

O conceito de representações sociais surge nas Ciências Sociais, e foi com Emile Durkheim as primeiras reflexões e a busca por uma ênfase sobre a especificidade, a primazia do pensamento social em relação ao pensamento do

¹¹ Além de utilizada como método de pesquisa, a análise de discurso que se origina no marxismo, na psicanálise e na lingüística se ramificou para outras correntes teóricas e se desdobrou na Teoria da Análise do Discurso. A linha francesa de Michel Pêcheux é uma das mais reconhecidas, sendo também estudada no Brasil por uma linha de pesquisa, coordenada por pesquisadores do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp).

¹² Discurso seria o lugar em que se pode observar como a linguagem produz sentido (ORLANDI, 1999a). Nele encontra-se a formação discursiva, que seria componentes das formações ideológicas e que determinam o que deve ser dito a partir de uma posição ou conjuntura (ORLANDI, 1999).

¹³ Para Agnes Heller (2000), vida cotidiana não se resume ao que se sucede ou se pratica habitualmente. O cotidiano é mais. É a vida de todo homem, do homem inteiro, é onde ele participa com todos os aspectos de sua personalidade e individualidade. Para José Pais (2003), o cotidiano é a ordem das interações sociais que podem ser estudadas pela sociologia. Para João Tedesco (2003), estudar o cotidiano tem como ponto de partida o ator enquanto ser particular, suas relações próximas, regulares, intensas etc. Contudo, estudar essas relações não significa que as macroteorias (sistemas, classes, organizações) não possam se apresentar, nem que a vida cotidiana seja sinônimo de banalidade, atraso, senso comum. É a complexidade do cotidiano que desafia o deslizar nos paradigmas do cotidiano para formação de um campo de análise social.

indivíduo¹⁴. Em 1961, a obra de Serge Moscovici sobre as representações na psicanálise inaugura a teoria das representações sociais e lhe dá novo impulso. Ele compreende que os fenômenos das representações estruturam a sociedade e que as pessoas constroem a realidade (HERZLICH, 2005).

Um dos problemas mais comuns e difíceis de resolver, nas Ciências Sociais, talvez seja a influência recíproca entre estrutura social e ator social. Contudo, a noção de representação construída por Moscovici tenta articulá-las, assim como Giddens tenta estabelecer relação entre elas ao estudar as mudanças sociais. Os trabalhos de Moscovici tenderam a enfatizar o sujeito ativo, construtor do mundo. Já para Jodelet (2001), a representação é uma forma de conhecimento socialmente elaborada, com objetivos práticos, e que contribui para construções mentais elaboradas coletivamente pelos sujeitos a partir de seus referentes culturais. Nas palavras de Jodelet representação é “[...]uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.” (JODELET, 1989:36)¹⁵.

De qualquer maneira, o uso do conceito de representação, neste trabalho, é de caráter analítico e não diz respeito à adesão a uma abordagem epistemológica. No entanto, por meio do cotidiano, do discurso e das representações, poder-se-a aproximar conceitos da abordagem estruturalista com a teoria do ator sem sofrer o risco de unir coisas diferentes.

2.5.3 Transição para uma agricultura de base ecológica

Segundo Costabeber (1998), a transição no seu sentido semântico pode ser denominada como um modo de ser e passar para um outro estado distinto, o que implica a idéia de processo. Os fenômenos físicos e naturais podem passar por processo de transição, devido a mudanças que ocorrem ao longo do tempo, embora possam, de

¹⁴ Segundo Durkheim, a representação individual deve ser considerada um fenômeno psíquico autônomo não redutível à atividade cerebral que a fundamenta, a representação coletiva não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade. Ela é também uma realidade que se impõe aos indivíduos.

¹⁵ Representações sociais podem ser ainda “[...] imagens da realidade empírica que a vida coletiva conscientemente ou inconscientemente fornece e traduz para um conjunto de obrigações, crenças, ritos, tradições, símbolos, etc.” (ALMEIDA, 1997:79). E podem também ser abordadas, segundo a teoria dos campos de Pierre Bourdieu, como via de acesso ao esquema do habitus e pode ser considerado como o resultado de um longo processo de incorporação coletiva das condições materiais de sua produção (ALBUQUERQUE, 2005).

certa maneira, ser observados segundo sua repetição no tempo e no espaço. Contudo, nos processos sociais costumam ocorrer externalidades, devido às complexas redes de relações e interações entre os atores sociais e o meio ambiente. O processo de transição também pode ser entendido como o resultado de estratégias conscientes dos atores, que surgiram nos interesses distintos e contraditórios que mais parecem um conjunto de complexas relações sociais multilíneas.

Ainda segundo Costabeber (1998), o processo de transição para uma agricultura de base ecológica é um processo de múltiplas dimensões, por refletir a própria complexidade da noção de sustentabilidade agrária, enquanto meta a ser atingida. Apesar da dimensão mais evidente ser a econômica, quando do interesse dos agricultores em mudar o sistema produtivo, aspectos sociais e ambientais também permitem compreender o quadro das atitudes e razões que levam os agricultores a se envolver em processos de câmbio tecnológico. As formas associativas e cooperativas são duas delas e estão ligadas aos aspectos sociais de construção e experimentação de estilos de agricultura de base ecológica.

Na escola européia, transição está mais próxima de ser um conceito sociológico, e na escola norte-americana - embora também seja denominada de processos delicados que envolvam elementos culturais, sociais e econômicos - enfatiza o caráter técnico do processo. Gliessman (2005) fala em níveis de conversão dos agroecossistemas e Altieri (2000) em fases de conversão. Contudo, se referem ao mesmo esquema cauteloso de mudança de práticas. Gliessman (2005) afirma que a conversão rápida a um desenho e manejo sustentável do agroecossistema, não é possível nem prática. Os esforços de conversão devem avançar em passos lentos em direção à meta derradeira da sustentabilidade, ou simplesmente adotar como foco o desenvolvimento de sistemas de produção pouco mais consistentes do ponto de vista ambiental.

Identificam-se ainda três níveis de esforços na conversão: 1) “[...] aumento da eficiência de práticas convencionais a fim de reduzir o uso e o consumo de insumos escassos, caros e danosos ambientalmente [...]”; 2) “[...] substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas[...]”; 3) “[...] redesenho do agroecossistema de forma que ele funcione baseado em um novo conjunto de processos ecológicos.” (GLIESSMAN, 2005:574). Para Altieri (2000) a conversão é um processo integrado e que apresenta quatro fases distintas: 1) eliminação progressiva de insumos externos; 2) uso eficiente de insumos, ou seja, racionalização do uso de agroquímicos através do manejo integrado de pragas (MIP) e manejo integrado de nutrientes; 3)

substituição de insumos; 4) redesenho do sistema de produção diversificada. Esse processo deve levar de um a cinco anos dependendo de quão degradado se encontra o sistema. Durante as fases, o manejo é conduzido para garantir os seguintes processos:

- 1) aumento da biodiversidade, no perfil do solo e na superfície;
- 2) aumento da produção da biomassa e do teor de matéria orgânica do solo;
- 3) diminuição dos níveis de resíduos de agrotóxicos e perdas de nutrientes e água;
- 4) estabelecimento de relações funcionais entre os diversos componentes de produção;
- 5) planejamento otimizado das rotações e consórcios de culturas, além do uso eficiente dos recursos disponíveis no local (ALTIERI, 2002:309).

O modelo de transição agroecológica, segundo Costabeber e Moyano (2000), é o processo social que orienta a aquisição de níveis equilibrados de sustentabilidade, produtividade, estabilidade e equidade na atividade agrária. Supõe três dimensões articuladas entre si, embora com contínuo processo de adaptação em respeito às localidades. São elas as dimensões econômica, social e ambiental. A transição, por sua vez, contempla a diversidade dessas dimensões para uma agricultura que almeja a sustentação de seus processos produtivos com base no novo paradigma de desenvolvimento rural.

3 HISTÓRIA E COTIDIANO DOS ATORES SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é apresentar o Norte Novo do Estado do Paraná, e algumas práticas cotidianas e culturais dos atores sociais dos bairros rurais Laranja Azeda e Limeira, que gentilmente contribuíram para com esta pesquisa. O capítulo está dividido em quatro itens: a colonização do Norte Novo, a história de Lerroville, os bairros rurais Laranja Azeda e Limeira, sociabilidade e vida cotidiana.

3.1 A COLONIZAÇÃO DO NORTE NOVO

Na segunda década do século XX, o início da colonização do Norte Novo do Paraná¹, juntamente com a cafeicultura, configurou um cenário que mudou os rumos da história paranaense. Em meados de 1920, o plano governamental de colonização do Norte do Estado do Paraná iniciou o fluxo migratório proveniente dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e de países europeus, na intenção de povoar a região e desenvolver a agricultura. O plano de ocupação contou com investimentos externos, especialmente ingleses, para sua realização. Lord Lovat, técnico em agricultura e florestamento e representante de uma companhia inglesa de colonização, ao visitar o Norte do Paraná, se interessou pela fertilidade das terras e estabeleceu acordos com o governo para colonização da região.

Segundo Bolognesi, (2003:15):

[...] é interessante compreender que, com o objetivo de evitar a posse ilegal de terras, o governo do Estado do Paraná estava incentivando a ocupação de seus espaços abertos, através da venda a colonizadoras privadas. Foi assim que a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP obteve uma vasta área da região e implantou um projeto cujo objetivo principal foi o planejamento racional [...].

Antes da lei de terras de 1850, onde através da compra se legaliza a propriedade da terra, vigorava no Paraná o regime das sesmarias (herança da Colônia,

¹ O Norte Novo do Estado do Paraná foi colonizado depois do Norte Pioneiro - também Mesorregião do Norte Central, como mostra o mapa A em Anexo - onde haviam grandes lavouras cafeeiras. O Norte Novo é uma construção territorial de uma área colonizada por ingleses e tem como referência as cidades de Londrina, Maringá, Apucarana, Araongas, Cambé, Rolândia, Assai e outras.

também comum em outras regiões do Brasil). Contudo, com o fim deste regime muitas áreas passaram a ser de responsabilidade do Estado, que para amenizar os conflitos - que já vinham se configurando no Norte Velho - agiu como facilitador na compra de grandes áreas de terras por empresas privadas de colonização, visando a ocupação das mesmas e de outros espaços abertos (BOLOGNESI, 2003).

Lovat buscava áreas promissoras para o cultivo de algodão e instalações de máquinas de beneficiamento. Como a região era desprovida de mão-de-obra *volante*² e espaços abertos para agricultura, a idéia foi substituída pelo plano imobiliário de loteamento das terras, em virtude das facilidades oferecidas pelo Governo do Estado na compra de grandes áreas (ALMEIDA, 1997). Deste acordo inicial surgiu a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), filial da Companhia Plantations Ltda. sediada em Londres. A companhia comprou uma vasta área cuja tônica principal era o planejamento racional de ocupação e a venda de propriedades rurais. Os investimentos feitos na compra de terras possibilitavam uma renda de até 1.000% do valor investido (ALMEIDA, 1997).

Os lotes foram divididos de acordo com a geografia da região. Os rios do Norte Paraná serviram de localizadores, e as estradas principais foram planejadas de forma paralela a eles evitando a necessidade de construção de pontes (inicialmente). Os lotes foram planejados de maneira que todos pudessem usufruir da estrada e da água, ou seja, estavam entre o córrego - ou rio - e a estrada. Desta maneira, as comunidades que se formaram perto do córrego davam nome a ele, e este acabou dando nome à comunidade. Por isso, é comum encontrarmos bairros rurais batizados de Água dos Caetanos, Água da Sede, Água da Limeira, Água da Laranja Azeda, Água Regina, e outros como: Água do Cedro; Água Fria; Água da Prata, etc.

3.1.1 O projeto imobiliário e a cafeicultura

Como em todas as histórias, os atores ou os personagens são elementos primordiais, já que uma história sem ator não é história. Sendo assim, os atores que contam a história do Norte do Paraná a contam com particularidades. Elementos sobre

² Diarista, bóia-fria, empregado contratado por dia, peão, etc.

histórias de vida, sucesso, conquistas e frustrações estão sempre permeados de contos, mitos, lendas, valores culturais, religiosos e normas de condutas. No entanto, todas as histórias têm em comum, em algum momento, a terra roxa e o café, de quão importantes são esses elementos para a memória e identidade das pessoas e dos grupos. Para Rubert (2000):

A memória, enquanto reconstrução do passado socialmente mediada por noções e referenciais identitários atuantes no presente, é secreta forma de conceber e vivenciar o tempo e o espaço que são peculiares a coletividades restritas. No exercício de rememoração, os tempos vividos plurais, concernentes aos diversos níveis de experiência que engajaram os sujeitos na trama do convívio social no transcorrer de seus ciclos de vida, são ordenados e superpostos hierarquicamente pelo pensamento, consolidando durações. Os fenômenos temporais descontínuos e efêmeros que se tornaram lembranças são organizados por eixos intelectuais, por esquemas de pensamento que veiculam valores oníricos, conteúdos de uma imaginação criadora (RUBERT, 2000:9).

Nos relatos de campo foram identificados elementos que indicam a relação entre a história da região e história de vida dos atores, como a passagem a seguir: *quando a gente trabalhava na derrubada das árvores ficamos dias no meio do mato. O ‘gato’ montava um acampamento com uma lona e nós ficava lá, dias e dias sem ir para o patrimônio* (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007). O ‘gato’ citado na entrevista se trata do empreiteiro que contratava o serviço dos peões, geralmente para derrubada de matas e abertura de estradas. Os peões eram, basicamente, migrantes que vinham *tentar a vida* em terras novas, e traziam o sonho de adquirir uma pequena propriedade. Pessoas como o *Seu Juvenato* contam como foi a aventura de se deslocar para o Paraná tendo como bagagem um sonho.

O café começou em Jataizinho, aqui não tinha nada. Em 1940, Londrina tinha algumas casas. O primeiro café do Paraná, o mais velho, foi na região de Jataizinho. Lá tinha o café chá mate, café moquinha e mundo novo. O chá mate era o melhor café, ele era muito bom [...] Eu vim de Minas, morava na divisa com o estado da Bahia, morei em São João do Paraíso. Eu cheguei aqui em 1942, foi na época da imigração, eu era menino (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

A gente chegava em Ourinhos-SP e depois mandavam a gente pra Rancharia-SP, no entroncamento, de onde saía a turma para o Paraná. Quando a gente vinha de Minas, as pessoas que traziam a gente queriam que a gente ficasse trabalhando em São Paulo, no café. Mais a gente ia para Rancharia para vir para o Paraná. Aqui não tinha estrada não tinha nada. A gente era contratado para abrir mato. Eu sempre fui peão, vivia andando. E diziam que aqui no Paraná tinha muito serviço. Aqui formamos um grupo de 10 e o ‘gato’ contratava a gente. Nós só trabalhamos em derrubada; se fosse pra colher a gente não ia (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

Dizem os livros de história que os primeiros pés de café do Norte do Paraná foram plantados em 1870, no Norte Pioneiro ou Paraná Velho, e que originários das fazendas paulistas surgiram tímidos e se tornaram a principal atividade das propriedades nas décadas seguintes. Dizem, ainda, que a cafeicultura se espalhou com rapidez e se tornou símbolo de riqueza e fortuna na região, atraindo pessoas de lugares distantes, que buscavam de trabalho, terra e riqueza. O café passou a ser responsável pelo crescimento econômico e populacional da região, possibilitando o surgimento de duas de suas maiores cidades, Londrina e Maringá. O café também fomentou o monocultivo, com características de latifúndios e minifúndios, devido a distribuição de terras, diferente de São Paulo, com características latifundiárias (ARIAS NETO, 1998).

A CTNP loteou parcelas de terras entre cinco e dez alqueires³ que eram vendidas às famílias que chegavam ao Paraná atraídas pelo discurso promissor disseminado pela companhia de terras e pelos jornais da região. Esse discurso veiculava imagens de um Norte Novo regado a leite e mel, sendo comum encontrar nos jornais da época frases como: “terra da promessa, da riqueza e do eldorado”, definindo a região. Desta maneira homogeneizou-se a idéia de terra do “Ouro Verde”⁴ onde a cafeicultura, além da economia, liderava o modo de vida (BOLOGNESI, 2003).

As pequenas e médias propriedades rurais que se originaram com a migração estavam voltadas à produção de subsistência e à comercialização do excedente (IPARDES, 2004). Alternado com lavouras de autoconsumo, o café foi referência importante do sistema agrário do Norte do Estado no século XX:

[...] as plantações de milho, feijão e arroz, há que ressaltar uma importante característica de sua realização nessa parte do estado, pois a expansão do seu plantio esteve sempre vinculada ao incremento da cafeicultura visto que suas culturas desenvolveram-se, basicamente, como intercalares do café (PADIS, 1981:108).

Fatores como o clima e a fertilidade das terras fizeram, também, com que em pouco tempo o local se tornasse um dos maiores produtores de café do país. Segundo Cancian:

[...] a grande safra de café do Norte Novo após as geadas de 1953 e 1955 deu-se em 1958 aumentando ano a ano [...] em 1960, o Paraná produziu quase um terço da produção mundial, metade da produção brasileira, quase o dobro da produção africana e três vezes a produção colombiana (CANCIAN, 1981:122).

³ Alqueire paulista referente a 24.200m².

⁴ Para maiores detalhes ver: ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti. *A morada do Vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre as famílias do Heimtal*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

Padis (1981) acentua que, sem dúvida, o cultivo do café foi a alavanca para a expansão econômica do Norte do Paraná, fazendo que em menos de meio século o Estado passasse da produção de 0,4% para 60% do total produzido no país, tornando-se um centro importante de produção e exportação de café no Brasil. Embora os números contribuam para o entendimento da situação econômica e produtiva do Paraná em nível nacional, foi no nível local e na vida cotidiana que a cafeicultura fez diferença para muitas pessoas que buscavam o “Ouro Verde”.

As representações sobre essa época estão presentes no discurso e na memória *dos antigos*, talvez de uma forma mais floreada do que realmente tenha sido. Contudo, são as histórias de que os atores se recordam quando questionados sobre o Norte do Paraná, o passado e a própria história de vida. O trabalho em família no cafezal, a vida simples, os carros de boi, as festas no patrimônio, o pó da estrada, os concursos de *miss* e de rainha do café, o passeio na praça, e tantas outras histórias são identificadas por eles como *tempo bom aquele*. Estes elementos merecem atenção especial no resgate da história de um grupo, principalmente se a história de vida é baseada na história da região, pois fazem parte do histórico identitário dos indivíduos (ALMEIDA, 1997).

QUADRO 4 – Notas Históricas

Quando acabou a escravidão e começou a República, o mundo rural paranaense era dominado pela exploração de erva mate e da madeira. Logo em seguida ganham espaço as lavouras de café e as lavouras de subsistência. A exploração da erva-mate dedicou-se caboclos e agregados; ao café dedicaram-se parceiros e colonos, mas principalmente sitiantes. No começo tudo era mata fechada e, nas pequenas áreas abertas, o cultivo que prevalecia era o do milho, pois a atividade de safrista era comum. O Norte Central, também chamado de Norte Novo, foi fronteira agrícola aberta de 1920 a 1960. O grupo de pessoas diversificadas que teve suas origens nos sertanejos, nos agregados das fazendas do Paraná Velho, nos imigrantes estrangeiros e paulistas, se solidificou nos colonos e pequenos proprietários rurais. Vale ressaltar que com a produção do café em sua melhor fase o conflito não se mostra inexistente. Neste período, já delimitada a diferenciação social entre pequenos e grandes agricultores, e em meio a uma expressiva crise da cafeicultura nacional, ocorre a Marcha da Produção em Londrina, mobilizando agricultores, através da liderança do agricultor Álvaro Godoi. Os agricultores reuniram-se para escrever uma pauta de reivindicações e enviar ao Governo Federal, visando melhoria dos preços e subsídios para a produção cafeeira paranaense. A Marcha da Produção tem seu desfecho em 1958, com um ato repressivo do presidente Juscelino Kubistchek, que envia o exército a Londrina para reprimir a saída da carreata, que tinha como destino o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (PROJETO DE PESQUISA, 2003).

Fonte: Elaborado pela autora

3.1.2 A memória e o patrimônio

As pequenas vilas de comercialização e compra de produtos, próximas aos bairros rurais - também fruto do planejamento colonizador da CTNP - foram

batizadas de patrimônios. A compra dos lotes e o plantio dos cafezais marcaram o início de uma nova época, e com ela novas relações de amizade, parentesco, compadrio e produção tendo em comum o espaço do patrimônio. Essas pequenas sedes urbanas distribuídas por toda a região estavam localizadas a uma distância de 15 km umas das outras e serviam de pontos comerciais para as famílias do campo. Os armazéns dos patrimônios eram locais de compra dos produtos que não produziam, ponto de venda do excedente da produção e onde fortes laços eram estabelecidos. No patrimônio as famílias fomentavam não só a relação de produção, mas de compra e troca de produtos agrícolas, relações de amizade, compadrio e religiosidade (ALMEIDA, 1997).

Embora a região do distrito de Lerroville – extremo sul do Norte Novo – não tenha pertencido à área de colonização da CTNP, o modelo inglês de planejamento foi seguido por outras companhias menores e pela própria Prefeitura de Londrina, padronizando terminologias e costumes que passaram a ser reconhecidos em todo o município e na região. Ainda que tenha havido uma apropriação do modelo de colonização inglês, em Lerroville as coisas se deram de maneira diferente, e o patrimônio ficou “isolado” tanto de Londrina como dos outros patrimônios da região, devido à distância em que foi estabelecido⁵.

Através do resgate da memória, da história e dos discursos dos atores sociais são percebidos elementos que permaneceram da época da colonização e que ainda determinam o estilo de vida nos bairros rurais do distrito. A difícil locomoção das pessoas, de Lerroville para Londrina, permanece até os dias de hoje, e demarca na história, assim como na memória das pessoas, a importância das atividades religiosas, de lazer, econômicas e sociais no patrimônio. Na memória da gente pioneira, que construiu a região e o distrito com as próprias mãos, Lerroville fomenta o sentimento de pertencimento e reconhecimento, o qual é transferido para os filhos e netos dos pioneiros que também denominam o distrito de patrimônio nos dias de hoje.

As fotografias abaixo são recentes e mostram alguns dos pioneiros e descendentes que ainda residem na região.

⁵ A CTNP planejou, no projeto imobiliário, os patrimônios a 15 km uns dos outros, e as sedes municipais a 100 km.



FIGURA 1 – Pioneiros da Laranja Azeda e da Limeira.

- a) *Seu* Juvenato, uma vida de trabalho em Lerroville.
- b) Ziza, Juvenato, Luiz Emiliano.
- c) *Seu* Zé Teixeira e *Dona* Maria.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

3.2 A HISTÓRIA DE LERROVILLE

Por se tratar de uma divisão administrativa do município de Londrina, Lerroville não possui material publicado sobre sua história, a não ser duas páginas em uma cartilha que conta a história de Tamarana, distrito emancipado em 1997. Uma das intenções deste trabalho foi agrupar o material existente e as histórias contadas pelos moradores e pioneiros do distrito para estimular o resgate da história e memória local. Dessa maneira seguem alguns trechos das entrevistas: *o meu avô, Seu Pedro, ia tocando porco para Jataizinho, ele foi safrista antes de cafeicultor. Lerroville nesta época chamava Placa, porque ali tinha uma placa que indicava o sentido para outros lugares. Depois do porco veio o café* (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007).

Lerroville teve outros nomes enquanto patrimônio. Na década de 1940, na região conhecida como Loteamento 1.000 alqueires, surgiu o vilarejo Placa, batizado de Londrinópolis tempos depois. O nome Placa refere-se a uma placa que indicava a estrada para o Salto Apucarantina⁶, onde o *Seu*. Joaquim Lemes instalou um bar/mercearia, pequeno estabelecimento, referência para as pessoas que se dirigiam à construção da Usina Hidrelétrica no Rio Apucarantina, inaugurada em 1949 (A HISTÓRIA E OS PIONEIROS, 1996).

No início da década de 1950, o *doutor engenheiro* Nicolau Lerro, assim chamado no patrimônio Londrinópolis, responsável pelo loteamento das terras onde se encontra o distrito hoje, foi assassinado num bar depois de uma discussão com o corretor Albino Granzoto (JORNAL DE LONDRINA, 13/08/95, p.8). O filho do engenheiro, em

⁶ Queda d'água pertencente a reserva indígena dos Kaingang e cartão postal de Lerroville.

homenagem ao falecido pai, (re)nomeou o loteamento para Lerroville, que significa Cidade de Lerro. Em 1964, o vilarejo foi elevado a Distrito cujo “[...] núcleo urbano se encontra na estrada que liga Tamarana ao distrito de Paiquerê.” (ALMEIDA, 2005:77)⁷.

3.2.1 O Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito

Em 1986 foi traçado pelo Setor de Planejamento da Prefeitura de Londrina o Plano de Desenvolvimento Integrado para Lerroville. Os objetivos principais do plano eram: melhorias para a agropecuária, produção, comercialização dos produtos e sistema de saúde, capacitação profissional para a qualidade de vida. O plano previa também a construção de uma creche, de um posto de saúde e de uma sede comunitária, assim como a implantação de um centro de aprendizagem comercial para cursos de datilografia e corte-costura. Contudo, o item de maior importância do plano dizia respeito à melhoria das estradas e do sistema de transporte (JORNAL DE LONDRINA, 1995).

O plano trouxe avanços para a região, embora Lerroville continue sendo o distrito mais carente do município em infra-estrutura (JORNAL DE LONDRINA, 1995). Essa informação é de 1995, e de lá para cá a situação só tem se agravado. Atualmente, além da zona urbana do distrito estar carente em atendimento médico, não possuir farmácia, padaria, e opção de lazer para a juventude, a zona rural passou a ser alvo de roubos e furtos constantes. Os sítiantes são encurralados e ameaçados com armas de fogo, e bens, como tratores, carros, caminhonetes, instrumentos de trabalho, adubos, venenos e animais, são levados.

Segundo uma agricultora, o descaso do poder público com o distrito deve-se à distância da sede do município e à falta de representatividade da população na Câmara de Vereadores:

Não temos vereador do distrito e quando alguém se candidata o pessoal não vota nele. Lerroville tem quase 3 mil eleitores. Aqui já tivemos melhor, não temos mais farmácia, nem banco, o posto de saúde que era pra ser 24h não é nem meio período. Estrada não temos; é isso aí que você vê. Sem posto de saúde, sem banco. Quando precisamos fazer Pronaf temos que ir em Londrina porque aqui não temos. Olha, é assim: se for para pagarmos uma conta, podemos pagar em qualquer lugar,

⁷ Ver Anexo B: divisão administrativa do município.

agora para receber um benefício é uma dureza sem fim. Se virasse município talvez seria melhor. Assim o povo pode fiscalizar. Londrina é muito longe e nem ficamos sabendo das coisas (Entrevista II, Laranja Azeda, 2007).

A agricultora comenta a extrema necessidade de um *representante do povo de Lerroville* na prefeitura de Londrina. Segundo ela teria que ser alguém que tem *carinho* pelo lugar, pela história da região e pela história de vida das pessoas, pois Lerroville é um lugar *difícil de chegar*, afirma a moradora, *mas quem conhece, sempre volta*. Durante a conversa, a agricultora cogitou sobre a possibilidade do *Seu Fábio dos Anjos* ser esse representante, o que aparentemente agradaria a comunidade, segundo ela.

3.2.2 Geografia e demografia

Dos oito distritos que compõem o município de Londrina, “Lerroville é o maior, com uma área de 298,59 km². Topografia ondulada em 70% de sua área, montanhosa em 20% e plana em 10%. Está a 23°42’S e 51°02’ W, em uma altitude que varia de 750 a 800 metros, com temperaturas médias anuais entre 19° e 20° C e déficit hídrico de 80 mm, com precipitações de 1600 a 1650 mm por ano.” (ALMEIDA, 2005:76)⁸.

Distante 60 km do centro de Londrina, Lerroville possui 4.704 habitantes, sendo 3.018 na zona rural e 1.686 na zona urbana (PERFIL DO MUNICIPIO DE LONDRINA, 2006:25-26). É o distrito com o maior número de pessoas na zona rural e também o maior em extensão de terras destinadas a agricultura (JORNAL DE LONDRINA, 19/04/90, p.5); Guaravera vem em segundo lugar com 2.002 e Irerê em terceiro com 765 habitantes. Dos 1.832 hectares de lavoura, 1.475,90 se destinavam ao cultivo de café e às lavouras temporárias como milho, soja, trigo e feijão (ALMEIDA, 2005:74), não sendo possível, ainda, identificar quantos hectares em média são direcionados a cada cultivo no distrito. Porém, foi uma das regiões que mais produziu café na década de 1970, no município. Segundo Almeida, “[...] entre os anos 1970 e 2000 esta região sofreu uma perda demográfica e uma transformação em seus cultivos com a introdução da soja em suas áreas.” (ALMEIDA, 2005:74). O período coincidiu

⁸ Ver Anexo C: tipos de solos do município.

com geadas freqüentes, secas, política de erradicação dos cafezais e com a modernização agrícola: “[...] além da crise mundial da cafeicultura iniciada com a ruptura do Acordo Internacional do Café e do controle da torrefação e da distribuição do produto por grupos oligopsônicos.” (ALMEIDA, 2005:74).

Depois da geada de 1973, a erradicação dos cafezais começou a dar lugar a outros personagens da história agrícola brasileira, os grãos, que representam as *lavouras brancas*⁹, ainda em difusão nos dias de hoje. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2004) mostra que no município de Londrina há uma pauta equilibrada entre os produtos, soja, milho e açúcar, sendo os três produzidos em quantidades significativas na região¹⁰.

3.3 BAIRROS RURAIS: LARANJA AZEDA E LIMEIRA

A pesquisa de campo foi realizada em dois bairros rurais do distrito de Lerroville. Pode-se afirmar que um bairro rural é composto de famílias que, devido ao estilo de vida corriqueiro, estabelecem atividades sociais comuns, como missas, terços, novenas, jogos de futebol, aniversários, catequeses e casamentos. Essas atividades, além de aproximá-las, criam relações de compadrio e estabelecem graus de parentesco (WOORTMANN, 1995). Os laços de amizade e parentesco estabelecem confiança e fidelidade entre as pessoas e delineiam redes sociais, que se tratam de um conjunto de pessoas em relação. A manutenção das relações permite conservar confiança e fidelidade (CAILLÉ, 1998). É trivial nos bairros rurais a existência de uma capela, de um campo de futebol, uma escola e uma venda, pois são símbolos de sociabilidade e estabelecem uma dinâmica de interação entre as famílias, proporcionando momento de lazer, descontração, produção cultural e firmamento de normas e regras sociais.

Maria Isaura P. de Queiroz (1973), no livro *Bairros rurais paulistas*, diz que o bairro rural é um grupo de vizinhança disperso com contigüidades suficientes para dar ao grupo a noção de pertencimento, que os leva a distinguir-se dos demais bairros. “O sentimento de localidade constitui elementos básicos para delimitar a configuração

⁹ Termo que faz referência às lavouras de grãos. Pode ser entendida em contraposição aos grãos negros do café, e possibilita várias interpretações sobre o termo, como uma relação maniqueísta polarizando bem e mal, bom e ruim, ou até mesmo o “que dá dinheiro” e o que “não dá”.

¹⁰ Ver Anexo D: produção agrícola do município.

de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social.” (QUEIROZ, 1973:4). Antonio Candido (1982), no livro *Os parceiros do Rio Bonito*, diz que os bairros rurais são unidades sociais mínimas, alguns mais vastos outros mais rarefeitos, entretanto, constituídos, no geral, por casas tão afastadas uma das outras que podemos julgá-las isoladas ou ligadas se muito a um povoado próximo, porém elas são unidades funcionais autônomas e distintas, caracterizadas pela vida econômica e social dos sitiantes (CANDIDO, 1982).

As pessoas da localidade se sentem parte deste ou daquele bairro e delimitam bem sua postura e posição enquanto Limeira ou enquanto Laranja Azeda. A impressão que se tem é que “ser Laranja Azeda” pressupõe elementos que “ser Limeira” não compartilha. Na Laranja Azeda e na Limeira, apesar dos fortes laços de parentesco e amizade entre as famílias parceiras e porcenteirias, não é só o córrego Laranja Azeda que separa os moradores *de cá com os de lá* (Limeira), mas também o cultivo de remanescentes de uma etapa passada e a visão pouco investidora nos meios de produção. Esta discussão será detalhada nos próximos itens.

Além do sentimento de pertencimento atribuído pelos moradores dos bairros rurais, outros sentimentos como a solidariedade e a reciprocidade compõem as regras sociais e de conduta valorizada pelas pessoas, por exemplo: se uma pessoa fica doente, os vizinhos mais próximos vão visitá-la e se dispõem a ajudar no caso de necessidades extras. A troca de favores é recíproca na maioria dos casos, e a lógica do dar, receber e retribuir é encontrada nas famílias pioneiras de Lerroville.

O dar, receber e retribuir faz parte de uma totalidade de relações sociais nas quais os seres humanos são envolvidos e, nelas, é impositivo dar, aceitar e retribuir presentes. Sob estas relações, são estruturadas as obrigações recíprocas contraídas pelos sujeitos e as formas de solidariedade (RADOMSKY, 2006). Um exemplo que corrobora esta afirmação é a distinção com os mais velhos. As mulheres, ao prepararem receitas atípicas em suas cozinhas, separam uma porção – em agrado – para a mulher mais idosa do grupo, dando à doadora prestígio e respeito perante as outras, e fortalecendo a manutenção social do grupo.

Numa leitura recente da literatura *Como água para chocolate*, de Laura Esquivel (1993), uma narrativa que tem a cozinha de cenário e as receitas como foco de todos os acontecimentos - a autora evidencia como a comida tem o poder de unir e separar as pessoas. Quando se faz algo para comer, com as próprias mãos, na intenção de oferecer a alguém, o significado que o “prato” passa a carregar transcende a fronteira

do paladar e passa a ter um significado simbólico, de respeito, gratidão e reconhecimento. Bourdieu (2001) diria que os símbolos são instrumentos de integração social. E neste caso o “prato” ofertado carrega significado social respeitado no grupo. É uma oferta e um reconhecimento.

Notou-se a importância que a comunidade, como um todo, atribui às famílias *antigas*, e optou-se por mapear e construir um diagrama das famílias pioneiras destacadas pela própria comunidade, devido a importância que as pessoas dão aos que *são de lá*. Como já foi ressaltado, um bairro é composto de várias famílias, embora apenas algumas sejam tradicionais da comunidade, e se sentem comunidade. Outras são moradoras recentes, empregadas pelo dono do sítio, ou até mesmo *moram de favor*. Desta forma, o próximo item tem a função de apresentar os núcleos de pioneiros, e a origem dos cooperados da COASOL, na intenção de enfatizar a relação de respeito corrente nas famílias destacadas e identificar a origem familiar dos cooperados da COASOL.

As fotografias dizem respeito à capela improvisada e ao campo de futebol da Laranja Azeda, à capela da Limeira. Por não possuírem uma capela nos moldes da capela da Limeira, na Laranja Azeda as festas religiosas acontecem nas casas das famílias.



FIGURA 2 – Cotidiano dos bairros.

- a) Capela improvisada na Laranja Azeda.
- b) Campo de futebol na Laranja Azeda.
- c) Capela São Pedro na Limeira.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

3.3.1 Núcleos Familiares dos bairros rurais

A migração de famílias paulistas e mineiras para o Norte Novo, intensa nas décadas de 1950 e 1960, trouxe, além de pessoas para povoar a região, todo um ritmo de vida, costumes, crenças, hábitos e valores, firmados, basicamente, nos

costumes dos sitiantes caipiras do interior de São Paulo. Antonio Candido faz uma etnografia do caipira paulista e põe em destaque seus costumes, valores, normas de conduta, hábitos alimentares, crenças religiosas, origens étnicas, formas de solidariedade e reciprocidade, organização social e econômica. Com base nestes elementos e no trabalho de campo nos bairros rurais em Lerroville, pode-se sugerir a seguinte questão para reflexão, embora a intenção não seja respondê-la: as comunidades estudadas são remanescentes da população caipira estudada por Antonio Candido?

Na Laranja Azeda, mais que na Limeira, as famílias que se formaram através de novos casamentos permaneceram na propriedade conduzindo a fragmentação dos lotes de terra nas divisões entre os irmãos. *Aqui na colônia somos todos parentes. Às vezes nos reunimos para uma missa, uma novena de natal e de nossa senhora [...] e às vezes para acender o forno de barro para fazer bolachinhas. Isso quando os filhos vêm pra casa* (Entrevista II, Laranja Azeda, 2007).

Devido ao parentesco na Laranja Azeda e às relações que este proporciona pode-se referir às relações de reciprocidade como as mais importantes no grupo. Radomsky (2006), cujo objetivo de estudo consistiu em analisar de que maneira as relações de reciprocidade, parentesco e proximidade se dão em meio a processos mercantilizados de trabalho e produção, diz que as relações de reciprocidade são fundamentais para a constituição de redes sociais, e podem vir a se tornar recursos basilares para o desenvolvimento e para a regulação das ações nos contextos sociais, e também pode nos ajudar a pensar como estes elementos constituem as relações nas comunidades estudadas. Este argumento é importante para explicarmos como surgiram as associações de cafeicultores. Assim, pode-se fugir de armadilhas, como atribuir aos elementos econômicos todas as responsabilidades pelo início e fim da transição para uma cafeicultura orgânica.

Ao levar em conta o número de famílias da Laranja Azeda temos, em termos gerais, dois núcleos familiares que compõem o bairro: a família do *Seu* Pedro Isidoro e a família do *Seu* Otaviano de Paula, ambos falecidos. A família do *Seu* Pedro Isidoro veio de Tomazina – PR, em 1962. *Meu avô começou como safrista. Abriu o mato e plantou milho para engordar porco. Ele ia tocando porco até Jataizinho pra vender, ia pelas estradas* (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007). Ainda que vários filhos de *Seu* Pedro ainda residam no bairro, os planos são de vender a propriedade e sair do campo.

A família do *Seu* Otaviano, popular *colônia dos Otavianos*, concentra o maior número de pessoas que permaneceram no bairro. Mesmo com a ida de muitos

filhos e netos para cidade, a colônia ainda agrupa o maior número de parentes residentes no campo de estudo. Vindos de Minas Gerais, em 1963, a família firmou moradia no bairro depois de adquirir uma propriedade e iniciar a lavoura de café. Provida de muitos filhos, não lhe faltou mão-de-obra para o trabalho, nem coragem para abrir a mata virgem do Norte Novo. *Meu pai comprou um sítio grande. Era só mato. Meu pai e meus irmãos trabalharam para derrubar tudo. Aqui só tinha uma estradinha e puro mato* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007)¹¹.

Na Limeira, embora haja remanescentes dos núcleos familiares pioneiros da década de 1960, o número de famílias que permanecem no campo é menor que o encontrado na Laranja Azeda. Basicamente, três famílias são tidas como pioneiras na Limeira: a família do *Seu* João Rocha, homenageado recentemente pela EMATER-PR como o primeiro pioneiro da Água da Limeira, chegou em 1961. *O pai chegou a ganhar uma medalha de pioneiro, mais eu que recebi, ele nem mora mais aqui, mora em Curitiba agora* (Entrevista XI, Limeira, 2007). O *Seu* Aithi Takachi e sua mulher chegaram em 1965, descendentes de japoneses e com poucos filhos, sempre cultivaram café. Hoje, apenas um dos filhos, formado em agronomia, administra as propriedades e reside com o pai, os outros irmãos foram para a cidade (as mulheres) ou se mudaram de país em busca de emprego, como por exemplo, para o Japão.

A família de *Seu* Alcides Souza chegou em 1967, após comprar uma propriedade; já morava na zona rural de Lerroville e chegou ao bairro com vários filhos nascidos. O *Seu* Alcides não teve muitos netos, o celibato e o falecimento prematuro de sete dos onze filhos não permitiram muitos herdeiros. Contudo, os irmãos não se separaram, e residem no mesmo local em que chegaram em 1967. O cultivo do café é a atividade econômica de maior importância da família Souza, fator primordial do ingresso no Projeto Café de Lerroville. As decisões estão sob a responsabilidade de apenas um dos irmãos, e este ao se associar a cooperativa e ao projeto do café orgânico inseriu o nome dos demais irmãos como forma de dar corpo a cooperativa que se originava. *Eu só assinei os papéis da cooperativa, mais nunca fui numa reunião. Não gosto de nada disso. Foi meu irmão que me colocou. Tudo é ele que faz, nós não mandamos nada. Eu mesmo nem café tenho* (Entrevista XXI, Limeira, 2007)¹².

Por morarem há anos no mesmo local, as famílias estabeleceram relações sociais que as levaram a se denominar de compadres e comadres, mesmo não

¹¹ Ver figura 3: sistematização das famílias pioneiras da Laranja Azeda.

¹² Ver figura 4: sistematização das famílias pioneiras da Limeira.

sendo efetivamente, como se o compadrio desse a elas uma posição de parentesco, devido ao respeito e cordialidade alimentada por anos de convivência no bairro. As figuras abaixo concentram diagramas elaborados com participação dos membros das famílias pioneiras. O triângulo representa o sexo masculino e o círculo o sexo feminino. Em destaque temos o triângulo e o círculo (no alto do diagrama), ou seja, um casal que deu origem aos demais integrantes da família e são denominados pioneiros. Vale ressaltar que triângulos e círculos verdes representam: pai, mãe e filhos; triângulos e círculos transparentes representam cônjuges e netos.

Este diagrama foi elaborado na intenção de mapear as famílias pioneiras no sentido de identificar o número de pessoas de cada família e quantas dessas ainda residem nos bairros rurais estudados. Devido essa opção, algumas normas da convenção do diagrama não foram seguidas, como por exemplo, relação de troca de mulheres entre as famílias dos bairros e o grau de parentesco que foi estabelecido entre elas depois das uniões. Contudo, pode-se apontar que a família do *Seu* Otaviano de Paula é a maior entre elas e a que mantém mais pessoas nos bairros, e que 26 dos cooperados da COASOL pertencem a esses núcleos familiares que compõem os diagramas.

FIGURA3

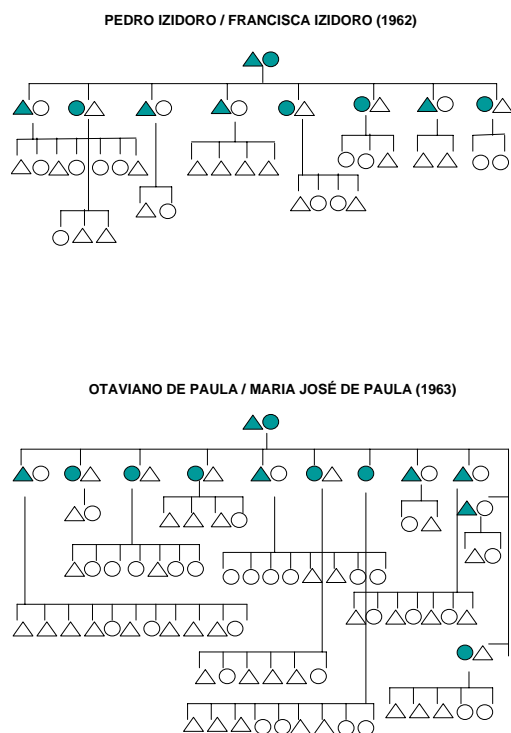


FIGURA4

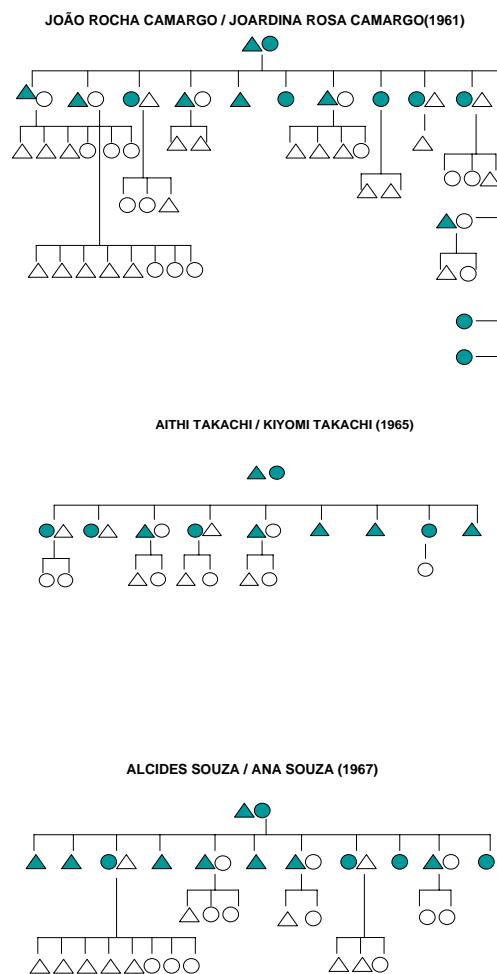


FIGURA 3 – Núcleos Familiares Laranja Azeda.

FIGURA 4 – Núcleos Familiares Limeira.

Fonte: Daniela Pacífico, 2007.

Como assinalado acima, a vida de um bairro rural é reproduzida pelos atores em diversas esferas: econômica, social, cultural, política, religiosa, etc. Desta maneira, cabe salientar alguns aspectos das interações sociais do grupo estudado. Este é o tema do próximo item.

3.3.2 As interações sociais dos atores

Os filhos e netos dos pioneiros que permaneceram no campo desempenham a mesma atividade agrícola iniciada pelos avós e pelos pais e ainda mantêm aspectos de sociabilidade, reciprocidade e lazer *dos velhos tempos*.

As atividades de lazer na Laranja Azeda estão divididas segundo o gênero: o futebol para os homens aos sábados e domingos, e as atividades religiosas para as mulheres, em datas comemorativas, novenas e missas. O futebol, sempre no final de tarde aos finais de semana, reúne os homens jovens da *colônia* e dos bairros vizinhos, e o campo passa a ser o lugar de divertimento e o ponto de referência para os espectadores de mais idade, que não podem desfrutar da alegria de *bater uma bolinha*. Para as crianças são momentos de descontração, momentos em que os pais não estão por perto ou simplesmente atribuem um ao outro os cuidados com os filhos, que geralmente ficam por conta própria e entregues as brincadeiras como pega-pega, esconde-esconde, corrida de bicicleta, etc.

O futebol simboliza que o final da semana chegou e que é tempo de descansar e preparar, mentalmente, o que será feito na próxima semana, assim como representa o momento de desordem da casa. Aos sábados à tarde e aos domingos, as mulheres abrem a porta da sala, que permaneceu fechada a semana toda, representando a ocupação de todos os membros da família. Os filhos que se casaram e moram na cidade voltam ao campo para rever os pais, e é prática corrente receber as visitas pela porta da frente. É permitido *tirar um cochilo* depois do almoço; sentar no terreiro para brincar com as crianças e descascar laranjas sem pressa. É permitido ainda almoçar mais tarde, brincar na terra, lavar o carro, ouvir música com volume alterado, etc.

Para Bourdieu (2001) os símbolos, além de instrumentos de integração social, enquanto ferramenta de conhecimento e de comunicação tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social e contribuem fundamentalmente para a reprodução da ordem social e integração moral. Neste sentido, é no campo de futebol que a integração social entre homens, mulheres e crianças se reestrutura semanalmente. É neste tempo de “desordem” da casa e manutenção social do grupo que são restabelecidos e firmados laços de amizade, parentesco, compadrio e a própria manutenção da comunidade.

O sábado à tarde é a entrada do domingo, dia de descanso e respeito aos dogmas da doutrina cristã que determina o domingo como dia santo. *Aqui todos nós guardamos o domingo.* É permitido vestir a melhor roupa e ir à missa no patrimônio; sair para pescar, etc. Esse código comum firma o movimento de reprodução da ordem social da comunidade e estabelece costumes respeitados por todos.

As mulheres raramente vão ao campo. Preferem ficar em casa bordando, costurando, fazendo crochê, assistindo televisão ou de conversa no terreiro com as outras mulheres. Seus momentos de lazer estão relacionados com as atividades religiosas; ministram aulas de catequese aos sábados pela manhã; coordenam novenas, terços e preparam a *tulha*¹³ para realização da celebração e/ou missa, que acontece uma vez por mês na comunidade. O terço de Nossa Senhora de Aparecida é o mais esperado. A intersecção do dia da santa com o dia das crianças é uma excelente data para reunir a vizinhança.

Além das orações puxadas pelos devotos, a comemoração do dia da criança entusiasma as mulheres para os preparativos. Elas preparam um bolo grande, o último foi de 16 fôrmas, o que corresponde a uma mesa de um metro e oitenta centímetros. Cabe às mulheres da Laranja Azeda, também, a organização das festas juninas - momento de encontro das famílias do bairro. Todos os anos as mesmas famílias oferecem ao santo de devoção um terço com cantos, agradecimentos e pedidos, sempre seguido de fogueira e ótimas guloseimas. *É costume nosso fazer fogueira todo ano. Meu marido tem costume e num é bom deixar de fazer. Sempre fizemos!* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007).

A proximidade do dia 29 de junho, dia de São Pedro, também mobiliza as pessoas envolvidas com a organização da capela na Limeira, como ministros da eucaristia e coletores de dízimos. Estes são responsáveis pelo preparativo do baile e da fogueira realizados sempre no sábado à noite. Para o almoço do domingo é preparado o “tradicional” porco no tacho. Toda a comunidade é convidada, inclusive as famílias dos bairros vizinhos, que geralmente contribuem com alguma *prenda*¹⁴: latas de óleo, arroz, temperos, frangos, etc.

Os terços são freqüentes, embora aconteçam apenas na capela. Por haver mais jovens na Limeira do que na Laranja Azeda, a freqüência das festas deveria seguir um ritmo acelerado. Contudo, os jovens não buscam diversão no bairro e sim no

¹³ Referente a galpão ou barracão, com formato de casa, usado para armazenar a colheita.

¹⁴ Objeto oferecido a alguém, dádiva, presente.

patrimônio onde estudam – local de novas relações de amizade. Nas festas da capela todos estão presentes, o que estimula a existência de músicas em volume alto, flertes, fuxicos e sabotagens ao namoro alheio. As crianças brincam e estouram bombinhas de festa junina no terreiro, enquanto os adultos dançam e conversam. No entanto, a relação das pessoas com a festa é no plano de espectadores, não de protagonistas como na Laranja Azeda. A preparação da festa se dá pelos mais “engajados”, os de mais prestígio na comunidade que, coincidentemente, são as pessoas com maior poder aquisitivo.

A composição familiar na Limeira se dá por diversos núcleos familiares, como já foi especificado. Embora sejam famílias pioneiras com vários herdeiros, muitos se mudaram, e os que permaneceram estão localizados distantes dos demais, o que dificulta uma maior interação entre eles. As fogueiras são pouco frequentes. Algumas famílias se organizam para rezar o terço em ação de graças, sem a intenção de reunir os vizinhos numa festa junina. O tradicional do bairro é a quermesse no salão da capela São Pedro - festa tradicional da igreja católica, típica de pequenas cidades e zonas rurais, que é realizada todos os anos em homenagem a São Pedro, o padroeiro do bairro.

O item a seguir busca apresentar aspectos da sociabilidade e da vida cotidiana dos atores. Escolheu-se um evento característico para essa apresentação, a festa junina. A preparação da festa e a própria festa foi acompanhada durante a pesquisa de campo e trata-se de uma boa maneira de compreender a cultura, as atividades e as representações sociais do grupo.

3.4 SOCIABILIDADE E VIDA COTIDIANA

Na Laranja Azeda, a preparação da festa junina começa alguns dias antes, quando a família anuncia a data do terço. A notícia corre *boca-a-boca* e ninguém fica sem ser convidado. Queiroz (1973:38) descreve uma situação facilmente identificada no bairro: “[...] por ocasião de uma festa, todos são convidados, meeiros e proprietários, assim como os poucos camaradas e assalariados que existem no local. Mesmo estes últimos não encontram distância social que os separe daqueles que são seus patrões, e com cujas filhas podem se casar sem nenhuma dificuldade, o que não é raro.” As festas juninas da comunidade começam com o terço de São João, seguido de Santo Antônio e São Pedro, cada uma em seu dia prescrito, mas todas com a mesma intenção:

ver o *terreiro cheio de gente*, o que dá ao dono da casa prestígio e certeza da expectativa para a próxima festa (no ano que vem), garantindo a manutenção da vida social do grupo.

No dia que antecede o terço, as mulheres da *colônia dos Otavianos* se reúnem no rancho para preparar no forno de barro as bolachinhas, as roscas, os bolos, as broas e os doces, que serão servidos após o terço e o levantamento do mastro com a imagem do santo de devoção (FIG. 5 e 6). A tradição de acender o forno de barro e o fogão à lenha, elas herdaram das mães, avós e sogras, e se empenham em transmitir para a nova geração de mulheres a laboriosa atividade de *temperar o forno* e *acertar a receita*, afinal, *as bolachinhas ficam mais gostosas no forno de barro*. Na véspera do terço as mulheres não vão para a roça, elas ficam em casa para *terminar o serviço mais cedo, mandar a criança para a escola*, e ir para o rancho passar a tarde com as outras mulheres na preparação das receitas.



FIGURA 5 – Preparativos para festa de São Pedro.

- a) Tatiana, Michele, Patrícia, Vanuza, Dona Maria José, Tia Fia e Carolina.
- b) Michele, Vanuza e Patrícia com formas de broas.
- c) Bolachinhas de coco.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

A preparação das guloseimas é a atividade em que todas as mulheres podem participar, desde as mais novas, as quais cabem a obrigação de aprender a cozinhar, até as mais velhas, a quem cabe o dever de ensinar. Segundo comentários, o forno de barro não é aceso com frequência em outras épocas do ano. Portanto, é neste período que as meninas e as jovens casadas tomam lições de como usá-lo. Estar atenta para as colorações do forno é de extrema importância. Primeiro, ele fica com as paredes pretas e depois cinzas e brancas, e é neste momento que está pronto para assar. Se acontecer de queimar rápido o que está sendo assado, é preciso deixá-lo esfriar por alguns instantes.

No resgate de práticas, como o uso do forno de barro, fogão à lenha e levantamento do mastro, vem à tona os elementos das representações sociais que permeiam a vida social do grupo e estruturam a realidade, sendo estruturadas por elas. Seria o mesmo que dizer que as estruturas mentais dos atores estão ajustadas com as

estruturas sociais, e que, ao mesmo tempo em que as representações são estruturadas pelo social, elas estruturam a sociedade através do *habitus* - conhecimento adquirido, que diferente de hábito, que se associa a algo cristalizado - envolve uma capacidade criadora, ativa e inventiva. Dentro desse raciocínio, o ator (a pessoa) receberia e reinventaria a “herança” para a formação do *habitus*.

O *habitus* exige dos atores um mínimo de controle e domínio de um código comum. Mesmo que isso não seja consciente, os atores sociais recebem (herança) o *habitus* desde a primeira educação familiar como um conjunto de esquemas implantados constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social, que demarcaram os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos (BOURDIEU, 1974). Se as mulheres afirmam que as bolachinhas e as broas ficam mais gostosas assadas no forno de barro, e a função laboriosa de uma tarde inteira não abala os ânimos para desenvolver tal atividade, é porque elas compartilham um código ou uma herança - guardada na memória - da época da infância que a todo o momento vem à tona, no sentido de resgatar costumes que constituem a história e delimitam o papel da mulher enquanto esposa dedicada e prendada, reafirmando o costume do grupo.

Ainda segundo Bourdieu (2001:108), “[...] as realidades sendo em primeiro lugar representação dependem tão profundamente do conhecimento e reconhecimento.” Através do *habitus* o exercício de conhecimento e reconhecimento define-se como a partilha de um código comum que valoriza e dá seqüência ao processo de interiorização e exteriorização dos costumes, normas e regras. Por motivo das festas religiosas as mulheres são “dispensadas” do trabalho na roça para a preparação dos bolos e doces, atividade ligada ao papel da mulher enquanto líder dos afazeres domésticos e culinários, indispensável na organização da festa. Esta liberação do trabalho no campo é reconhecida por todo o grupo, assim como é legítimo ir ao campo de futebol aos sábado e aos domingo à tarde e abrir a porta da sala no final de semana, simbolizando momento de desordem, descanso e reinvenção da herança para reinvenção do *habitus*.

Os convidados do terço são pontuais, e a fogueira já se encontra acesa. O terço inicia com as mulheres e alguns poucos homens, os outros ficam perto da fogueira, de conversa. As crianças podem brincar no terreiro desde que não soltem bombinhas de festa junina e nem falem alto. O mastro com a imagem do santo de devoção dos donos da casa é erguido pelos homens que acompanharam o terço. Independente de o santo ser Santo Antônio - conhecido como o santo casamenteiro - as

meninas grudam velas ao redor do mastro com um pedido bem popular entre elas: bom casamento.



FIGURA 6 – Preservando a tradição.

- a) Forno de barro no quintal de *Dona Maria José*, Laranja Azeda.
- b) Mastro com a imagem do santo de devoção da família de *Dona Marina*, Laranja Azeda.
- c) *Seu Auri Souza* e sua esposa, Limeira.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

As meninas do campo, geralmente, casam cedo. Será, talvez, por que vêm no casamento uma profissão? Um emprego? Aspectos para serem destacados em outra pesquisa. Contudo, vale ressaltar que ainda acontece das meninas fugirem com os namorados. Durante a pesquisa de campo na Laranja Azeda, uma das jovens de 15 anos fugiu com o namorado de 18, retornando, tempos depois, a morar na mesma propriedade onde seus pais trabalham de porcentageiros. Relatos de outros casos semelhantes são freqüentes no bairro e torna comum o matrimônio “precoce”.

Para Gnaccarini (1989), existem muitas maneiras de civilmente celebrar um casamento, embora a maneira reconhecida em nossa sociedade siga os moldes da família tradicional, fruto típico da sociabilidade burguesa do século XIV. No entanto, segundo o autor, outras formas de matrimônio também legitimam a união de pessoas de maneira menos onerosa. “[...] ocorrem casos em que o nubente rapta a moça da casa dos pais, levando-a para morar com ele. Depois de um tempo, sempre curto, voltam à casa para pedir o consentimento e a benção do pai e ali viverem sem que formalizem a união.” (GNACCARINI, 1989:156). Na Laranja Azeda, a decisão da moça em ir morar com o namorado, mesmo que reprovada na primeira instância pelos pais, é uma maneira de economizar recursos e adiantar a união que, nestes casos, só beneficia as famílias, por trazer mão-de-obra para o trabalho na lavoura (GNACCARINI, 1989).

Segundo Queiroz (1973: 38), o “[...] casamento se dá relativamente cedo no campo, o rapaz recebe, do pai ou do sogro, terra para cultivar e casa para morar [...] a educação informal dada pela família faz com que os cônjuges, ao se unirem, estejam preparados para atividades domésticas, econômicas e sociais que passam a desempenhar.” Todavia, a maioria dos jovens não recebe terras dos pais nos bairros

estudados, eles buscam emprego na cidade ou nas propriedades vizinhas, pois, *a propriedade é muito pequena pra mais uma família* (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007), embora continuem preservando crenças e valores da comunidade.

Praticamente todas as meninas desenvolvem tarefas diárias com as mães. Essa atividade faz parte do conjunto de esquemas implantados desde cedo na educação familiar (BOURDIEU, 2001). Aprendem as tarefas da casa e ajudam o pai na colheita do café, já que a contratação de *camaradas*¹⁵ é eventual. Existem aquelas que não trabalham na lavoura, contudo, são encarregadas dos irmãos menores e do almoço. Segundo Gnaccarini (1989:153), “[...] a vida de mulher casada não altera em muito a rotina cotidiana de uma jovem trabalhadora. A rotina tem início aos 7 ou 8 anos de idade: carpir, trabalhar na colheita, além do serviço doméstico que começa mais cedo.”

O casamento dá à jovem o “direito” de falar entre as outras mulheres. É neste momento que ela pode circular entre as “falas” com autonomia, o que não acontece antes. A jovem solteira tem a incumbência de se portar dentro das normas do decoro e do recato, o que não lhe é exigido com tanto afincado depois do casamento. Este lhe dá o “direito” de falar abertamente de vários assuntos. Embora ainda prevaleça no campo o interesse da parte dos rapazes por jovens recatadas e prendadas, as meninas pesquisadas estão tendo cada vez mais autonomia para escolher. Segundo uma mãe, *as mulheres de hoje são bem diferentes das do meu tempo. Tiram carteira de motorista, se mudam para a cidade para trabalhar, iniciam e terminam namoros* (Entrevista II, Laranja Azeda, 2007).

Após o terço e o hasteamento do mastro são servidas comidas tradicionais de festa junina. O quentão, item mais procurado pelos adultos, não pode faltar. As crianças gostam dos doces, paçocas e pés-de-moleque. Os amendoins torrados têm ótima saída e as brincadeiras em tons libidinosos sobre o efeito afrodisíaco do grão são corriqueiras. *Os mais antigos* não dispensam um pedaço de broa, e nem a batata doce assada. No geral, todos curtem a luminosidade aquecedora da majestosa fogueira ao lado do terreiro.

Pode-se dizer que as atividades religiosas têm um caráter de aproximação. São momentos em que as famílias se encontram para orar e se divertir. O parentesco exerce uma influência considerável neste processo de reconstrução do passado, pois a partir do momento em que irmãos permanecem “juntos”, a memória e a

¹⁵ Trabalhador volante.

história de vida trazem à tona elementos de um tempo que se foi. *Quando eu era menino o pai sempre fazia terço, sempre foi um homem muito religioso, o sonho dele era construir uma capela aqui no sítio, e eu ainda vou construir* (Entrevista XXIII, Laranja Azeda, 2007).

A busca pelas sensações boas vividas quando crianças são revividas a cada festa junina, a cada vez que o forno de barro e o fogão à lenha são acesos, e até mesmo a cada colheita de café. *Quando a gente morava todos no sítio era em mais irmãos e tinha mais café e conseguíamos lidar com tudo [...] Eu desde moça colhia café com o pai e os irmãos* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007). O parentesco neste caso define uma rede de relações, e segundo Radomsky: “[...] a noção de rede pode ser um recurso explicativo para entender a maneira pela qual os atores sociais se relacionam no meio rural.” (2006: 119). Desta forma, a rede de pessoas da Laranja Azeda possibilitou a formação de uma associação, o que também aconteceu na Limeira. Apesar dos bairros estarem ligados pelo modo de vida, proximidade, parentesco e reciprocidade, são redes diferentes, cada uma com suas particularidades, e impossibilitados, devido às suas especificidades, de se unirem numa única associação, por exemplo.

Diferente da Limeira, a Laranja Azeda concentra muitas famílias de diferentes troncos familiares, o que leva a afirmação que as atividades religiosas se dão devido ao grau de parentesco da *Colônia dos Otavianos*. Isso não quer dizer que as atividades religiosas realizadas na Limeira deixem de reunir as famílias do bairro e não possibilite a interação e a formação de uma associação de agricultores. Exemplo disso são as quermesses da capela São Pedro, os terços rezados na igreja e a ACAL (Associação de Cafeicultores da Água da Limeira), embora os festejos aconteçam com menos frequência e a preparação laboriosa dos alimentos, fonte de interação e descontração das mulheres, não existam nessa Água. A religiosidade, além de cerne da união entre as famílias das duas comunidades, é, juntamente com o fator parentesco, fundamental na manutenção da sociabilidade do grupo, no divertimento das mulheres e no próprio reinventar da herança e do costume.

O próximo item traz elementos e práticas que, sutilmente, contribuem para delinear os bairros e as atividades cotidianas dos atores.

3.4.1 O quintal e a reciprocidade

O dia-a-dia no campo, em Lerroville, é atravessado de múltiplas tarefas. As atividades começam cedo, com a aurora. O homem segue para a *lida da roça* e a mulher para as tarefas da casa, dos filhos, e ainda acompanha o marido no café. Contudo, há uma atividade com a terra que é basicamente da mulher: o cuidado com a horta, com as flores e com as ervas medicinais.

Todas as tardes, depois das cinco horas e antes do jantar, a horta, o pomar e os animais recebem atenções particulares. São poucas as famílias da Laranja Azeda que se dedicam à horticultura, porém, as mulheres que exercitam a arte de cuidar de hortas o fazem com certa periodicidade. Ao serem indagadas sobre a prática não corrente entre as demais mulheres, a resposta é rápida: *quem tem distribui*. A afinidade alimenta a relação de reciprocidade do grupo e firma a relação de dependência, bastante comum em comunidades com grau de parentesco.

Antonio Candido (1982) observa como é importante a estima entre vizinhos na manutenção da própria vida alimentar das famílias. O exemplo clássico mencionado por ele é o da distribuição da caça entre as famílias próximas, nos bairros rurais em Bofete - SP. Este momento é de reconhecimento de um código comum. Para Bourdieu, faz parte do *habitus* interiorizado e para Marcel Mauss - antropólogo que escreveu o *Ensaio sobre o Dom* - o dar prepara um retribuir do outro, mesmo que inconscientemente e sem total garantia de que ocorrerá. A relação “viciada” que contribui para reprodução social do grupo passa pelas atitudes recíprocas e são fundamentais para toda a ordem social. Radomsky (2006:108), ao discutir reciprocidade com base em sua pesquisa de campo no Rio Grande do Sul, afirma que “[...] as trocas carregam sempre algo mais que a coisa trocada, quando o câmbio se estabelece uma moralidade é instituída.”

Se levarmos em conta que ao dar verduras para a casa ao lado, o doador estará “garantindo” um pernil ou um frango caipira nas festas de fim de ano, em sinal de retribuição e agradecimento, o ciclo do qual fala Mauss ajuda a compreender por que nem todas as famílias possuem uma horta na Laranja Azeda. Diferente da Limeira, em que todas as casas visitadas possuem uma *hortinha*, mesmo que com exclusividade de um único produto. Será que podemos afirmar que o parentesco, a reciprocidade e a proximidade das casas são fatores primordiais na existência de hortas na Laranja Azeda?

Ou as trocas recíprocas garantem a manutenção social do grupo e estabelecem uma moralidade? Pode-se aprofundar a questão em outro momento.

Contudo, uma característica interessante das famílias da Laranja Azeda é a crença nas “coisas da natureza”, muito mais evidente que nas famílias da Limeira. O uso de ervas medicinais para o tratamento de algumas moléstias, a observação das fases da lua e o cultivo de hortas circunscrevem hábitos e costumes que dão “forma” à comunidade e a faz diferente das outras.

Em uma das entrevistas, a riqueza na descrição aflora um conjunto de conhecimentos sobre o solo, sobre as estações propícias de cultivo de certas verduras, e sobre como utilizar frutos e folhas que compõem, na verdade, um estilo de vida baseado na tradição dos antigos – conhecimento popular – e nas coisas da natureza. Alguns trechos enfatizam a afirmação:

Tenho uma horta e gosto de cuidar, estou fazendo os canteiros e semeando algumas coisas. Coloquei uma cobertura de palha até nascer as mudinhas, depois eu tiro, serve para proteger do sol e não deixar secar a terra. Tem uma época do ano que não dá verdura, daí eu abandono. No verão eu não cuido da horta, as coisas não sai. Quando chega o frio, os dias ficam mais curtos e não seca tanto a terra. Sempre depois de fevereiro volto a cuidar. Tenho alface, almeirão, cheiro verde, pimenta cumari e tomatinho. Tenho algumas ervas medicinais, e uso remédio caseiro. Suco de laranja aquecido e adoçado com mel é ótimo para gripe. Erva cidreira em folha é um ótimo calmante (Entrevista II, Laranja Azeda, 2007).

Abóbora se planta na lua minguante pra não dar bicho, isso é coisa de meu avô que sabia muito das fases da lua. Assim como Seu Juvenato, que diz que o segredo para viver bastante é comer pimenta, tomar cachaça e não casar (risos). Ele não aceita vacina, cura tudo com remédio do mato. Certa vez ele quebrou a perna e ele curou com rubi e picão, e não tem quem mude a cabeça dele (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007).

Pra combater a formiga eu já ouvi falar de por semente de gergelim e dar certo. Pode usar crisântemo com álcool, pois é repelente, talvez dê certo, usado pra controlar vaquinha. Tem semente de Santa Bárbara, que é tóxica, de repente da certo. Borra de café pode ser testado. E uma opção é destruir o formigueiro (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007).

Com a ida dos jovens para a cidade em busca de empregos e casamentos, a responsabilidade com a propriedade fica para os pais, assim como a preservação dos costumes e da tradição. O afastamento do campo gera também um distanciamento no interesse de informação sobre métodos tradicionais, e passam a atribuir esse tipo de conhecimento como atrasado. *Faz um suco pra moça, filha, melhor, traz um refrigerante.* Em “fala” cotidianas como essa estão presentes as representações sobre

modo de vida e sobre como estes atores reproduzem o habitus. Ao invés do suco, com laranjas do pomar, um refrigerante! Na intenção de expressar o que seria mais gostoso, ao mesmo tempo em que queriam oferecer o que possuem de “melhor”, o refrigerante vem como símbolo de modernidade, *coisa de gente da cidade*.

Para Bourdieu (2004) as representações variam segundo sua posição e segundo seu *habitus*. A posição estaria vinculada aos interesses que estão ligados às representações, e o *habitus*, a um “[...] sistema de esquema de percepção e apreciação, de estruturas cognitivas e avaliatórias que os agentes adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social.” (BOURDIEU, 2004:158). O *habitus* seria ao mesmo tempo um sistema de esquemas de práticas e um sistema de esquema de percepção e apreciação das práticas. “Em consequência o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhe o sentido social.” (BOURDIEU, 2004:158).

Conseqüentemente, na reinvenção da herança as representações sociais perdem alguns elementos e acrescentam outros que as fazem diferentes das representações dos *antigos*. O fato de verificarmos nas gerações “novas” um não interesse na medicina com ervas, aponta uma percepção diferenciada acerca das relações com o mundo e com a vida no campo. No próximo item, discorre-se um pouco mais sobre as práticas medicinais encontradas na Laranja Azeda, enfatizando-se o discurso de um Senhor muito simpático, *Seu Juvenato*. Destacam-se três histórias contadas por ele: a) os remédios do mato; b) a picada; e, c) a lua.

3.4.2 Sucessão do conhecimento tradicional

Natural de Minas Gerais, o *Seu Juvenato*, 95 anos, se deslocou para o Paraná aos 17 anos em busca de emprego, e não retornou. Passou a vida sendo trabalhador volante. Trabalhou para quase todos os proprietários da região. Conheceu, basicamente, todos os sítios, fazendas e famílias que ali se encontraram e ainda se encontram.

Eu conheci todo mundo aqui, fui peão e trabalhei pra todos bem dizer. Vi todos esses velhos de hoje, crescer. Eram todos crianças na época que eu vim pra cá. Com Seu Pedro moro a mais de 30 anos. Trabalhei numa fazenda aqui perto que tinha mais movimento que Londrina. Fazenda Guairacá, Ivo Leão e Piningá as maiores de café, onde acabou tudo, não tem mais café. A mais movimentada foi a Ivo Leão. Nesta época dava até medo de passar lá por perto de tanto movimento que tinha; muitas casas e muitas famílias (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

De todas as histórias que já foram contadas sobre o Norte do Paraná, pouco se sabe sobre os bóias-frias, trabalhadores volantes, peões e prostitutas que se deslocaram em “massa” para a região que prosperava e enriquecia com a ascensão do “Ouro Verde”. Por isso, este item da dissertação foi dedicado ao *Seu*. Juvenato, e a todos aqueles com histórias semelhantes pela vida de trabalho no Paraná, conhecimento e observação da natureza.

QUADRO 5 – Os bastidores da história do café

Nos laudos criminais, hoje arquivados no CDPH – Centro Documental de Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina – UEL, constam registros e denúncias (roubo, crime e violência), dos quais grande parte são sobre a zona do meretrício ou Vila Casoni, hoje parte central da cidade de Londrina. Na zona do meretrício chegaram a existir 5.000 prostitutas, muitas das quais encomendadas dos grandes centros urbanos do país, pelos barões de café do Norte do Paraná. Nos livros, os imigrantes alemães, italianos, japoneses e poloneses aparecem em destaque, como heróis de um povo que reconstruiu seu modo de vida e sua cultura ao mesmo tempo em que construíram a história do Norte do Paraná (PACÍFICO, 2005). Fatos importantes, sem dúvida. Contudo, os marginalizados deste processo de conquista e enriquecimento são parte significativas da força de trabalho empregada na construção, não só da história da região, mas também na história de luta e resistência pela sobrevivência num sistema excludente e perverso, como o caso do *Seu* Juvenato que mora na Laranja Azeda e sempre foi “peão”. A história contada pelo *Seu* Juvenato é enviesada pelo mesmo discurso homogeneizado. Ele destaca euforicamente a sua participação como coadjuvante de todo o processo de colonização da região. Trata com detalhes histórias onde ele e os outros “peões” aparecem à margem da história e da vida dos patrões, sendo estes destacados como pessoas de importância. O *Seu* Juvenato é um homem sábio que conhece a mata, os bichos, as plantas e a influência das fases da lua sobre os seres vivos. Contudo, como muitos, se julga ‘ajudante’ inferior do processo histórico local.

Fonte: Elaborado pela autora.

Desfrutando um pouco da companhia e sabedoria do *Seu*. Juvenato, tomei a liberdade de destacar algumas de suas história e receitas de longevidade que estão organizadas abaixo.

a) Os remédios do mato

Eu só tomo remédio do mato. Conheço muitas plantas. O Seu Juvenato, como outras pessoas *antigas* do bairro, valoriza o conhecimento popular das ervas medicinais, zela pela mata e atribui a sua longevidade as coisas naturais:

Não tomo comprido pra pressão. Não preciso. Tomar a garapa de cana dá no mesmo. Pra machucado eu uso açúcar, ajuda a cicatriza. Uma vez eu cortei o pé com o machado. Era longe da cidade e não tinha nada de remédio. Aí me falaram que era bom sumo de amargoso com folha de

algodão. Eu fiz e deu certo, sarei. O rubim¹⁶ é maior remédio que tem, é pra dor, é um amargoso que serve pra tudo. Uma vez eu fiquei doente e o patrão, um homem muito bom, chamou um médico, ele chegou e me viu mexendo com minhas ervas, nem receitou nada, disse pra eu continuar. Acho que o corpo acostuma com os medicamentos, né? Assim como acostuma com os remédios de ervas. Eu furei o pé com um prego, trabalhando também, daí outra vez eu não tinha médico nem remédio. Uma senhora falou que era bom cozinhar fubá e colocar quente no machucado, eu fiz e sarou. Hoje em dia qualquer coisa é injeção. Isso acaba com a pessoa (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

O conhecimento das ervas medicinais faz o *Seu*. Juvenato diferente dos demais. Ele busca na mata todas as plantas que acredita serem benéficas na cura de doenças, o que alimenta um respeito das demais pessoas aos seus conhecimentos.

b) A picada

Uma vez estamos quebrando milho e uma cobra picou a minha mão, sorte que eu tava perto da casa do dono do sítio, aí eu desci e cheguei perto da casa dele. Me perguntaram o que era. Eu disse que não sabia, logo a mulher desconfiou e eu falei que minha mão estava estranha. Acho que perdi um pouco o sentido. Ela fervia uma água pra fazer café. Eu quase não tive coragem... E a mulher pediu pra eu colocar a mão dentro da água fervendo, se eu demorasse pra sentir a queadura era picada de cobra mesmo. Aí eu fiz, coloquei a mão dentro do caldeirão. Demorei alguns instantes para sentir doer da queadura, quando senti, ela pediu pra eu por a mão dentro de uma bacia com água fria, que ela tinha arrumado. E assim eu fiz algumas vezes. Depois ela passou uma mistura para sugar o veneno. Naquele dia mesmo eu voltei trabalhar (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

c) A lua

Se chove muito na lua nova pode ver que na próxima lua acabou a chuva, vai dar uma estiada boa. Os conhecimentos sobre o clima, sobre lua, sobre as plantas que devem ser plantadas em cada fase fazem parte de um conhecimento acumulado que perpassa as crenças, o modo de vida, a cultura e os costumes de muitas pessoas que ainda moram no campo. O contato corriqueiro com a natureza e com seus ciclos fornece elementos para se criarem tradições e mitos, assim como aceitações e

¹⁶ Erva da família das rubiáceas (*Borreria tenella*), de flores alvas, considerada emética.

adaptações às leis da natureza. *O feijão é bom plantar na lua minguante. A crescente é boa para abóbora, ela solta mais rama. E outras coisas que são de rama também é bom plantar na crescente. O feijão na nova não é bom, ele flora bem, mais carunja logo. Passando a lua nova já pode plantar abóbora, se plantar na nova ela apodrece logo. A mandioca também se planta depois da nova, se plantar na nova a mandioca não engrossa* (Entrevista V, Laranja Azeda, 2007).

Pessoas como o *Seu*. Juvenato são raras nos bairros, assim como a existência de benzedores e curandeiros. Aqueles a quem caberia essa herança, filhos e netos da geração do *Seu* Juvenato, cada vez menos se dedicam ao conhecimento da natureza, uso de chás e elixires. Assim como ele, *os antigos* do campo de pesquisa têm muitas histórias que renderiam um livro exclusivo. Contudo, nosso recorte sobre as histórias para esse item está delimitado sob a égide da proximidade dos contos com a natureza, e os conhecimentos populares derivados da observação desta.

Apresentar a comunidade, suas práticas cotidianas, costumes e tradições foi uma maneira de localizar o leitor sobre o tipo de atores sociais do Projeto Café de Lerroville. O capítulo 4 conta como se deu a organização do PCL e como as instituições parceiras, juntamente com as associações de cafeicultores, iniciaram a transição para uma agricultura de base ecológica. Este levantamento etnográfico contribui para compreensão dos aspectos sociais e culturais – chamados de os bastidores mais adiante – também responsáveis pela trajetória do Projeto Café de Lerroville.

4 O CENÁRIO DA TRANSIÇÃO DOS CAFEZAIS

Este capítulo tem o objetivo de analisar a constituição do Projeto Café de Lerroville, os papéis dos parceiros e as técnicas inseridas pelo processo de transição e ressaltar ações diretas ou participativas na mudança. Para isso, um resgate da história das associações contribui para a compreensão da experiência. O capítulo está dividido em dois itens, das associações à COASOL e antes e depois da transição dos cafezais.

4.1 DAS ASSOCIAÇÕES À COASOL

Em 1998, o *Seu* Fábio dos Anjos, *Coronel* aposentado da Polícia Militar de São Paulo, comprou um sítio na Laranja Azeda para se dedicar às atividades do campo¹. Plantou café, pomar, e construiu casa para contratar um caseiro. Logo as atividades comunitárias entre as famílias (como citada no capítulo anterior) aproximaram o *Coronel* das famílias do bairro. Mesmo não residindo no sítio, o *Coronel* fez-se um deles e junto com sua esposa, *Dona* Jaqueline, criou laços de amizade com a comunidade. Não tardou, devido sua trajetória política, a se tornar um defensor da agricultura familiar, das comidas caipiras, das festas juninas, da melhoria das estradas, da organização dos agricultores e da permanência das famílias no campo.

Com pouca prática com as atividades do campo, interou-se do assunto e das dificuldades cotidianas de ser agricultor. As intempéries climáticas e a instabilidade dos preços dos produtos, quando somadas à falta de infra-estrutura como estradas e transportes, tornam a conjuntura do agricultor familiar mais complicada e perversa, requerendo organização e disposição de embate político. Foi pela melhoria das estradas rurais a primeira luta do *Seu* Fábio ao lado dos agricultores: *há quase 10 anos eu luto com a prefeitura pela melhoria das estradas, mas tem gente aqui que luta há 30 anos*. Estes e outros elementos configuraram uma rede de atividades que dinamizaram as relações existentes e encaminharam a formação da associação.

¹ Assumiu um novo papel e se entregou às atividades da roça, constituindo um novo estilo de vida. Passa a ser, como se chama na Academia, neorural.

A motivação para a criação das associações veio através da compra de insumos com preços reduzidos e da venda conjunta de café na Bolsa de Londrina, em 1999. Os agricultores obtiveram melhores preços (R\$250,00/saca) em um momento que os corretores de Tamarana pagavam R\$200,00/saca. Estimulados pelo acontecimento e pelas informações vindas do *Seu Fábio*, os agricultores dos dois bairros começaram a se organizar em busca de melhores preços para seus cafés e descontos no valor dos insumos. A institucionalização do processo requeria reuniões e decisões conjuntas e estavam previstas para acontecer uma vez na Limeira e outra vez na Laranja Azeda. Os bairros são próximos, mas demanda certa disposição do agricultor para o deslocamento, e tempo para tal atividade. Logo de início a alternância das reuniões se mostrou inviável, devido à falta de quórum².

Quando a reunião da associação era *lá, os de cá não iam, e vice-versa*. A idéia foi dividir o grupo em dois³ e formar duas associações, ACAL e APRALA, respectivamente, Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira, com 20 agricultores, e Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda, com 27 agricultores, ambas fundadas em 2001. Uma sob a coordenação de Kenji, agricultor, agrônomo e morador da Limeira, e a outra sob a coordenação de *Seu Fábio*.

Segundo Almeida (2005:84), os objetivos das associações resumiam-se em:

[...] acesso ao crédito; aquisição de equipamentos comuns; atuação política; busca de novos mercados e diversificação da renda: união e integração da comunidade para resolução de problemas comuns; promoção do desenvolvimento da comunidade; investimentos em infraestrutura para a melhoria da produção, para o processamento e para a comercialização de seus produtos; busca por assistência técnica de instituições públicas e ou privadas; busca de informações atualizadas; busca de alternativas de ação para a melhoria da qualidade de vida, de renda e de capacitação dos produtores rurais e de suas famílias.

Cada associação iniciou suas atividades dentro dos moldes de suas necessidades, solidariedade e sociabilidade do grupo. No geral, os grupos não apresentam distinções marcantes e facilmente visíveis, o que ocorre são modos diferentes de encarar a realidade, particular em cada grupo. Geograficamente, o que separa os bairros é o córrego Laranja Azeda⁴, embora o que contribua para a separação

² As reuniões passaram a ser realizadas nos bairros segundo demanda de seus moradores, o que levou a organização de duas associações de cafeicultores. Embora as atividades comunitárias entre os dois bairros continuassem, e na verdade, com um novo espírito, pois pequenas quermesses fora de época passaram a acontecer para o arrecadamento de fundos para as associações.

³ Identidade de grupo, conforme discussão sobre bairros rurais do capítulo 3.

⁴ Ver mapeamento das propriedades familiares pertencentes à COASOL, no Apêndice A.

do grupo e formação de duas associações seja o conjunto de relações de parentesco, tradição, compadrio, memória e história. Pode-se dizer que não é apenas o córrego que separa os bairros e as pessoas, mas toda uma lógica de sociabilidade, identidade e estilos de agricultura.

Na Laranja Azeda, o apego à tradição e à história dos pioneiros, somada à fragmentação das propriedades, a torna diferente da Limeira. Segundo algumas entrevistas na Laranja Azeda, os agricultores da Limeira são aqueles mais inovadores e investidores. Embora sejam agricultores familiares com costumes e tradições similares, as entrevistas apontam que os cursos de capacitação, oferecidos pela EMATER-PR, são mais bem recebidos na Limeira.

O Quadro abaixo traz um pouco da história do *Seu* Fábio dos Anjos e da fundação das associações, e o próximo item traz um pouco da história da formação do Projeto Café de Lerroville.

QUADRO 6 – Fábio dos Anjos e as associações

Fábio mudou-se para Londrina após sua aposentadoria como militar. Comprou um sítio na Água da Laranja Azeda e começou a se dedicar à cafeicultura. Foi o primeiro a propor a venda de café em conjunto na Bolsa de Café de Londrina em 1999, e a motivar a criação de uma associação. Para Ildefonso José Haas, técnico da EMATER: “[...] a liderança do Fábio veio com a experiência política, foi assessor de Governo de Franco Montoro, e tinha muito da organização e do movimento social. Os agricultores confiam em suas idéias, e é uma liderança que não impõe poder e sim discute os problemas, escuta e encaminha as propostas.” (ALMEIDA, 2005:112). As associações criadas em 2001 foram a primeira iniciativa de união dos produtores de café das comunidades em busca de soluções às dificuldades do setor cafeeiro. “A ACAL foi fundada em 09 de outubro de 2001 no salão da Capela São Pedro, na Limeira e contou com 20 associados.” (ALMEIDA, 2005:81). “A APRALA foi fundada em 04 de junho de 2001 e registrada em 2002. Vinte e sete produtores rurais se reuniram para fundar esta entidade.” (ALMEIDA, 2005:83). As duas associações tinham objetivos comuns: comprar insumos e comercializar café a preços melhores. Ao todo eram 47 agricultores envolvidos nas duas associações. As atividades começaram a engatinhar com o ânimo dos associados a todo vapor. Contaram com o auxílio dos técnicos da EMATER, em matéria de esclarecimentos sobre o conceito de associativismo e sobre as questões burocráticas.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.1.1 O Projeto Café de Lerroville e seus parceiros

A iniciativa primeira partiu de uma advogada e representante da Câmara de Comércio Justo em Londrina (CCJ). Sua idéia era incentivar a inserção de agricultores familiares, organizados em associações, na rede solidária de comercialização Brasil/França. Ex-professora da Aliança Francesa (Instituto de Cultura e Língua Francesa), e conhecedora de projetos sociais vinculados a associações e cooperativas, especializou-se em projetos internacionais pela PUC – Minas Gerais, e na

França conheceu o comércio justo⁵. Associou-se ao grupo que publica o *Le Monde Diplomatique*, jornal que, entre outros, prega o ideal de comércio justo e solidário, e ao voltar ao Brasil ingressou no programa Pós-Graduação em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Universidade Estadual de Londrina⁶.

Teve como colega de turma um membro da extensão rural do Paraná, e através deste as primeiras tentativas de organização de uma rede de comércio justo começaram a ser pensadas. A partir disso, os primeiros contatos foram se realizando no sentido de angariar parcerias para a elaboração de um projeto de desenvolvimento. Entrou em contato com os representantes das instituições públicas e não governamentais ligadas à agricultura, da cidade, e marcou uma reunião que foi realizada na prefeitura com a intenção de aliciar parceiros.

Os convidados para a reunião na prefeitura foram: EMATER-PR, IAPAR, Instituto Maytenus e os coordenadores da ACAL e APRALA indicados pela extensão rural como grupo de agricultores minimamente organizado na região. O intercâmbio com a França, o contato com a assistência técnica e a extensão rural, a mediação de institutos possibilitaram a criação de uma rede de pessoas, uma rede de agentes interventores ou agentes de desenvolvimento. Desde o início, a necessidade de formalizar as idéias num projeto de desenvolvimento mostrou-se presente, afinal os recursos públicos destinados a esse tipo de ação necessitam de projetos escritos. Surgiram, neste momento, os primeiros embates do grupo. Quem vai escrever o projeto? E como?

A economia solidária soou nova para o grupo, ao mesmo tempo em que indicou uma possibilidade de comercialização para os agricultores familiares de Lerroville, sem a interferência de *corretores*⁷. Segundo a representante da CCJ, alguns dos membros tinham ciência da caminhada que estava por vir e da importância de um planejamento com objetivos sintetizados, assim como metas e riscos previstos para um

⁵ Para antecipar o que será discutido mais a frente, o comércio justo surgiu a quarenta anos, quando organizações não-governamentais dos países do Norte, em diálogos com organizações não-governamentais dos países do Sul, desenvolveram um enfoque alternativo ao comércio internacional, denominado justo ou equitativo. Esse movimento originou a implementação de mercados alternativos, com normas precisas para cada produto. “O número destes produtos é cada vez mais diversificado e se coloca em lojas solidárias, assim como em alguns supermercados. O comércio justo não é apenas uma relação comercial, busca também uma relação de cooperação e colaboração entre os produtores do Sul e os importadores do Norte, baseada na igualdade e no respeito mútuo.” (FRETTELLI; ROCA, 2003:33).

⁶ Ainda na França, a advogada entra em contato com Olivier - militante do comércio justo francês e seu amigo - para discutirem maneiras de desenvolver a cooperação Brasil/França. Emergem na discussão elementos históricos sobre o Norte do Paraná. Ela ressalta a história do “Ouro Verde”, e Olivier o fato dos franceses serem atentos bebedores de café. Qualquer outra cultivo poderia ter sido citado, mas os dois encontraram no café um ponto comum.

⁷ Os corretores são as pessoas que negociam a produção, os intermediários.

projeto de desenvolvimento. No entanto, a primeira dificuldade que o grupo encontrou foi a organização do projeto.

A reunião na prefeitura fez o grupo organizar uma série de objetivos a serem desenvolvidos. Contudo, o foco inicial destacado pela advogada (inserção das associações no comércio justo) foi minimizado e atividades como a transição dos cafezais e a construção de um barracão para a instalação de uma minitorrefadora tomaram todas as energias do grupo que se nomeou Especializado em Café Orgânico. Segundo um agricultor, para a comercialização com a França não havia a necessidade de ser café orgânico. Contudo, alguns dos agrotóxicos utilizados no Brasil são proibidos na França e, entre produzir um café sem alguns agrotóxicos e produzir um café orgânico, o Grupo Especializado optou pelo projeto de transição.

Vale destacar que as contribuições da advogada foram minimizadas com o decorrer das atividades por diferenças de postura. O grupo assumiu perfil estatal, devido às instituições parceiras e todas as diretrizes de pesquisa e extensão do modelo de desenvolvimento rural baseado na transferência de tecnologias e conhecimento pertencentes a estes entes. As estruturas do Estado assumem o discurso do capital e dos interesses econômicos das empresas multinacionais pela injeção de dinheiro que estas conduzem, através da compra de matéria-prima e oferta de empregos. No entanto, o capital gerado por essas empresas é encaminhado aos seus países de origem e nenhum investimento é feito nas localidades, restando a estas os problemas sociais e ambientais. Contudo, o Estado, enquanto instituições presentes no Grupo Especializado, tem levantando a bandeira do desenvolvimento rural sustentável e criado programas e políticas de auxílio ao desenvolvimento da agricultura e a agricultura orgânica, em especial.

O governo do Estado do Paraná tem participação na promoção da agricultura orgânica, uma vez que o Estado também tenta atender demandas de projetos de desenvolvimento rural com princípios ecológicos e manejos de conservação através da EMATER-PR (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) vinculada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, do IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), IAP (Instituto Ambiental do Paraná), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), ITAIPU BINACIONAL, universidades, Prefeituras Municipais, associações de produtores orgânicos, associações de consumidores, SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às

Micros e Pequenas Empresas), SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), ONGs e empresas de processamento e comercialização.

Segundo Hamerschmidt (2006), os projetos em destaque no Estado e as regiões produtoras são: Pólo de Agroecologia do Litoral do Paraná, com 320 agricultores; Projeto Cultivando Água Boa, nas regiões de Cascavel e Toledo com 225 agricultores; Projeto Orgânico da Região Metropolitana de Curitiba com 551 produtores; Parceiros Orgânicos do Noroeste, incluindo as regiões de Maringá, Campo Mourão, Umuarama e Paranavaí com 500 agricultores distribuídos em 23 municípios; Projeto de frutas, hortaliças e grãos orgânicos da região de União da Vitória com 75 produtores; Projeto orgânico de grãos e açúcar mascavo do Sudoeste com 678 produtores; Projeto de café orgânico de Londrina com 39 produtores; Projeto APOL (Associação dos Produtores Orgânicos da região de Londrina e Cornélio Procópio), com 178 produtores produzindo frutas e hortaliças; Projeto de plantas medicinais e grãos da região de Guarapuava, Ponta Grossa e Irati com 620 produtores.

O projeto de café orgânico de Londrina, também conhecido como o Projeto Café de Lerroville, é o cenário deste trabalho e possibilitará compreender as falácias do atual modelo de desenvolvimento rural sustentável, baseado na transição para uma agricultura de base ecológica, que tem na substituição de insumos, ou seja, na substituição do pacote tecnológico químico pelo orgânico, seu principal trunfo de desenvolvimento. A seguir, os papéis dos parceiros do PCL indicam o modelo de transição e a dinâmica da rede de atores do projeto estudado.

a) O papel da extensão rural do Paraná

A Extensão Rural no Paraná foi criada em 1956 em decorrência de um convênio Brasil/EUA, que criou um Escritório Técnico da Agricultura – ETA. O objetivo era executar um programa de cooperação agrícola, atuando nos campos de educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, produção agrícola e pecuária, economia doméstica e extensão rural (EMATER-PR, 2007). Com a extinção do ETA, várias entidades ligadas à agricultura, reconhecendo a importância da atividade, criaram a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA, em 1959. Em 1977 foi criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, com a finalidade de absorver a ACARPA que entrava em extinção.

Atualmente, a EMATER-PR passou a ser uma autarquia do Governo do Estado - ganhou o nome de Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e possui cerca de 850 extensionistas. Esses profissionais atuam nos 399 municípios paranaenses e têm a missão contribuir de forma educativa e participativa para o desenvolvimento da agricultura, para o desenvolvimento rural sustentável e para a promoção da cidadania e da qualidade de vida da população rural. Responsável pela difusão de técnicas e variedades agrícolas melhoradas pela pesquisa, trabalha em parceria com o Instituto Agronômico do Paraná e possui sede regional e local em Londrina. No Projeto Café de Lerroville, a empresa esteve presente desde sua concepção. A unidade local da EMATER enviou o projeto da minitorrefadora ao Programa Paraná 12 Meses⁸, fez pedidos de adubos e maquinários, organizou as reuniões e esteve presente com assistência técnica no processo de transição auxiliada por um técnico especialista em agricultura orgânica e ex-consultor do Instituto Maytenus.

Para a construção do barracão, os recursos do projeto Paraná 12 Meses foram liberados a “fundo perdido”. A compatibilidade dos objetivos do PCL com o perfil do Paraná 12 Meses facilitou a liberação de verbas, que seria encaminhada pela prefeitura através do secretário da agricultura para a obra. A construção do barracão se justificou por ser para uso coletivo, opção de geração de renda para a comunidade e se tratar do processamento de café orgânico. Logo, um sistema que evitaria a erosão e melhoraria a fertilidade do solo e meio ambiente.

b) O papel do IAPAR

O IAPAR é um órgão ligado a Secretaria de Estado de Agricultura do Governo do Paraná criado em 1972, com o objetivo de desenvolver a pesquisa técnico-científica, a formação e o treinamento de pessoal especializado para o desenvolvimento da agricultura. Entre 1972 e 1980, o IAPAR desenvolveu e adaptou tecnologias para maximizar a produtividade das lavouras através da pesquisa e difusão de pacotes

⁸ O Paraná 12 Meses foi um projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, desenvolvido em todo território paranaense, de forma a reduzir a situação de pobreza no meio rural e fornecer manejo e conservação dos recursos naturais. Neste projeto, foram investidos US\$ 353 milhões dos quais 50% financiados pelo Banco Mundial. Os objetivos do projeto eram: 1) melhorar as condições de habitação e de saneamento básico da família rural; 2) recuperar e preservar o solo agrícola e o meio ambiente como um todo para sustentabilidade da atividade agropecuária; 3) criar novos postos de trabalho; 4) promover a agregação de renda à família rural, bem como a sua regularidade dentro dos 12 meses do ano. O Paraná 12 Meses financiou atividades a fundo perdido, mediante projeto, como: 1) atividades e equipamentos dirigidos ao controle da erosão e melhoria da fertilidade do solo e preservação ambiental; 2) construções rurais para o uso coletivo; 3) novas propostas para geração de renda na comunidade rural.

tecnológicos. A partir do início dos anos 1980, com a ampliação das críticas ao modelo conservador do processo de modernização da agricultura brasileira e devido aos seus efeitos negativos nos aspectos social e ambiental, o IAPAR incorporou linhas de pesquisas voltadas a ações sistêmicas e multidisciplinares, visando compreender de forma mais ampla os processos e os problemas existentes nos sistemas de produção predominantes.

O instituto conta com um plano diretivo, orientador das linhas de pesquisa, que varia entre melhorias de variedades, controle de doenças, produtividade, qualidade e pesquisas socioeconômicas. Para a cafeicultura, o instituto desenvolve tecnologias para obtenção de variedades resistentes a doenças como a ferrugem. No entanto, *pragas*, como a broca do café e o bicho mineiro, também provocam perda de produtividade e de qualidade e são estudadas desde 1972, também no instituto. Além disso, variedades resistentes precisam estar associadas a variedades de boa qualidade e boa produtividade, elementos estimulantes de pesquisas em melhoramentos.

O conhecimento acumulado, em anos de pesquisas, foi a maior contribuição do instituto para o PCL. O contato direto com a EMATER (o núcleo regional da empresa de assistência técnica está localizado no IAPAR) possibilitou o repasse das tecnologias como sementes melhoradas, controle biológico, caldas naturais, etc. A disponibilização da infra-estrutura do instituto também serviu de apoio ao grupo, que realizou algumas das suas reuniões nos espaços cedidos pelo instituto.

c) O papel da Prefeitura Municipal e da Universidade Estadual de Londrina

O projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Londrina, através do secretário da agricultura, que, compreendendo a importância da proposta para o desenvolvimento das comunidades rurais do distrito de Lerroville, entrou com processo de compra de uma área de 20.000 metros para a construção de uma minitorrefadora, na Laranja Azeda (ALMEIDA, 2005:16). Foi também através do secretário de agricultura do município que a liberação de recursos para a construção da torrefadora foi realizada. Assim como, também, foi a prefeitura que abriu licitações para a contratação da construtora, responsável pela construção do barracão, que não foi concluída.

O papel da universidade foi esporádico, e se deu depois da formação da cooperativa. Através de um pedido de *Seu Fabio* do Anjos a um grupo de extensão,

ligado ao curso de *marketing* e propaganda, o *logo* da cooperativa e a embalagem do café orgânico foram criados (FIG.7).

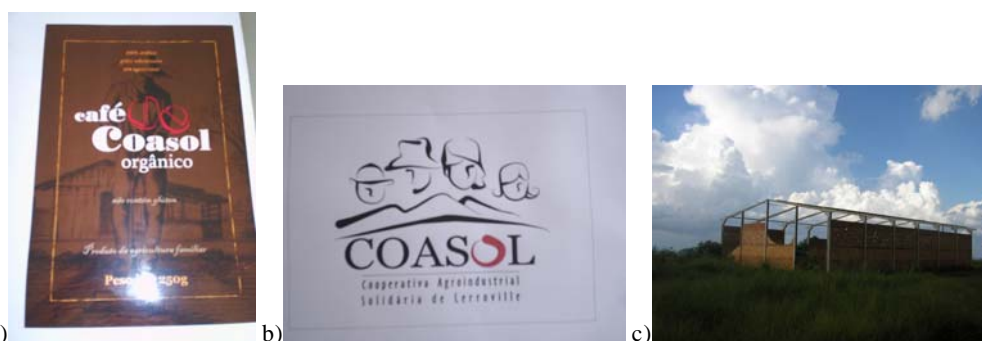


FIGURA 7 – COASOL.

- a) Embalagem do café orgânico.
- b) Logo da COASOL.
- c) Barracão da minitorrefadora.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

d) O papel do Instituto Maytenus

O Instituto Maytenus de Desenvolvimento da Agricultura Sustentável foi fundado em 16 de abril de 2001, em Toledo-PR. De independência administrativa e financeira, é caracterizado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Tem como missão “[...] promover o desenvolvimento sustentável através de ações que valorizem o ser humano e respeitem o meio ambiente.” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2003:10).

O Maytenus teve breve participação enquanto ente institucional no processo de transição. O repasse de verba para o instituto, que deveria ocorrer por parte da gerenciadora do projeto, ou seja, a extensão rural, para cobrir gastos com pessoal e infra-estrutura, não estava previsto no PCL, impossibilitando a participação deste. Contudo, foi firmada uma parceria entre a extensão rural e um dos consultores do instituto para o desenvolvimento do projeto. Agrônomo e especializado em projetos de transição, o consultor não permaneceu vinculado institucionalmente ao PCL, mas sim como profissional especializado, contratado. De qualquer maneira, a metodologia usada pelo consultor foi a mesma que seria utilizada pelo Instituto Maytenus⁹ (o método será detalhado no capítulo 5).

⁹ *Maytenus ilicifolia* (Schard.) Planch é o nome científico de uma planta medicinal conhecida popularmente como Espinheira Santa. Nativa do Brasil é encontrada desde o Estado de Minas Gerais até o Estado do Rio Grande do Sul; considerada planta em extinção em épocas atrás. A ocorrência dessa planta é mais generalizada em regiões úmidas e beirada de matas de araucárias. Suas propriedades medicinais de importâncias ímpares resumem-se basicamente em adstringente, analgésica, antiácida, antiasmática, antiespasmódica, antiinflamatória e cicatrizante. Suas folhas, cascas e raízes, utilizadas em forma de chás, são indicadas para: gastrite crônica, gases, fermentações

4.1.2 Os meandros do PCL: conjunto de idéias

Segundo a representante da CCJ, a inserção dos agricultores no comércio justo seria uma maneira de aumentar a renda das famílias e eliminar os atravessadores, possibilitando mais qualidade de vida para as pessoas. No entanto, essa perspectiva exige ações organizadas com base nos princípios que “[...] remetem aos valores do cooperativismo por entender que esta forma de trabalho apresenta-se como uma das mais eficientes para os pequenos produtores frente às exigências do mercado nacional e internacional.” (ALMEIDA, 2005:31)¹⁰.

a) O comércio justo

Teoricamente, o comércio justo é formado por um sistema complexo de relações, princípios, valores e normas observadas por todos os participantes e requer práticas voltadas ao reconhecimento do trabalho do outro, respeito às crianças e aos idosos, pagamento justo pelos serviços dos empregados, conservação do meio ambiente, etc. Trata-se de um movimento recente que foi se estruturando entre algumas pessoas dos países do norte e agricultores pobres dos países do sul. “Este comércio ganhou maior destaque e ênfase a partir de 1988, quando uma comunidade rural indígena do Sul do México conseguiu colocar no mercado europeu o café Max Havelaar¹¹, sem contar com intermediários ou especuladores comerciais.” (ALMEIDA, 2005:22)¹². O comércio

gastrointestinais, doenças da pele (acne, eczemas, herpes), inflamações e várias outras mazelas. Atualmente é estudada para o tratamento contra o câncer, pois a planta possui o composto antibiótico (*maitesina e maiteno*).

¹⁰ “As cooperativas são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial.” (SCHMIDT; PERIUS, 2003:63). Cooperativismo: cooperar significa trabalhar com o outro, fazer algo junto com alguém, o que permite as pessoas alcançarem um objetivo que dificilmente conseguiriam sozinhas. A cooperação é um ato construído em razão dos desejos e necessidades comuns dos seres humanos. É importante acreditar na potencialidade do grupo como força transformadora e propiciadora de justiça social (DALBELLO; FRANZ, 2007). Para Paul Singer, cooperativa é uma empresa socialista e seus princípios são diferentes das empresas capitalistas.

¹¹ “Max Havelaar é o nome de um romance e do personagem principal de Eduard Dowes Dekker. Escrito parcialmente sob o pseudônimo de Multatuli, Eduard denuncia e combate sem êxito as injustiças sofridas pelos pequenos produtores de café de Java, colônia holandesa.” (ALMEIDA, 2005:27). Por sua vez, Max Havelaar deu nome a uma associação sem fins lucrativos que desde 1988 outorga um selo aos produtos que correspondem aos padrões internacionais do comércio justo.

¹² O comércio justo com certificação Max Havelaar originou da preocupação de Frans van der Hoff e seu amigo Nico Roozen. “Frans, padre missionário católico instalado em uma comunidade indígena mexicana, lutava pela melhoria das condições de vida dos produtores de café. Nico, economista, colaborador da *Solidaridad*, importante organização de desenvolvimento para a América Latina, morou na Holanda e prestava serviços aos países em desenvolvimento como México, El Salvador e Nicarágua.” (ALMEIDA, 2005:26).

justo ou *Fair Trade* tem o objetivo de melhorar as condições de vida e de trabalho de agricultores:

[...] através da inserção de seus produtos sob certos critérios sociais, éticos e ambientais, no mercado internacional. Teoricamente, as relações comerciais do comércio justo são parcerias baseadas em diálogo, transparência e equidade e em um sistema de pagamento justo aos produtores que contemple, além dos custos de produção, os custos sociais e ambientais (ALMEIDA, 2005:29).

Contudo, experiências recentes têm mostrado o quão complexas são as redes de comércio justo. Em alguns casos os discursos não condizem com a prática, e em muitos casos não traz nada de “justo” para o agricultor, enquanto o que mais se vê são feiras de artesanato, ditas “justas”.

Inspirados nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Declaração dos Direitos do Homem de 1948, no Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Agenda 21 e com um sistema de certificação ou rastreabilidade de seus produtos, o comércio justo traz em seus princípios ética e justiça social nas relações comerciais (ALMEIDA, 2005:30).

A maior organização de certificadoras do comércio justo é a FLO-I (*Fairtrade Labelling Organization International*). Criada em 1997, possui 300 associações registradas como produtoras de café, o que representa 500.000 pequenos produtores na América Latina, na África e na Ásia, 30% dos produtores de café de pequena escala do mundo [...] é uma organização guarda-chuva das dezessete certificadoras européias, norte-americanas e asiáticas (ALMEIDA, 2005:42).

A FLO tem a função de elaborar os padrões internacionais do comércio, a gestão da certificação, a gestão dos controles e o apoio aos produtores. Para poder garantir a confiabilidade do selo do comércio justo, ela se estrutura com um conselho de administração e um grupo de trabalho, cada qual com suas diferentes atribuições e composições (ALMEIDA, 2005)¹³. O café orgânico que seria processado em Lerroville esperava a certificação FLO para comercialização. Devido à queda da produção com o ataque da ferrugem, não houve produto suficiente, o que inviabilizou a exportação e a própria certificação FLO.

¹³ Para mais informações sobre o comércio justo, ver: SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L. *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

b) As dificuldades do projeto

As dificuldades do projeto, segundo a representante da CCJ, estavam no “[...] pouco ou quase nenhum conhecimento do comércio justo por parte dos participantes, e na necessidade de unir as instituições públicas de apoio à pesquisa, à agricultura e ao meio ambiente.” (ALMEIDA, 2005:16). Para o início das atividades seria necessário um entendimento inicial dos princípios do comércio justo, associativismo e cooperativismo por parte dos atingidos diretamente, o que exigiria um trabalho de formação.

A dificuldade do grupo para escrever o projeto manteve-se a ponto de impedir que o grupo tivesse objetivos específicos, comuns e esclarecidos. A heterogeneidade do grupo e a falta do espírito de coletividade dificultaram o diálogo fluente dos componentes. A participação da advogada e dos próprios agricultores foi minimizada dentro do processo, e o grupo especializado deu outra forma ao projeto. O que a princípio resumia-se à inserção das associações no comércio justo, passou a ser um projeto de transição do sistema convencional para o sistema orgânico somado à construção da minitorrefadora.

A mudança de foco permitiu o nascimento do Grupo Especializado em Café Orgânico e nele forjou-se o Projeto Café de Lerroville. A única coisa que se sabe é que o projeto existiu na forma impressa, mas o material não foi cedido para esse trabalho. De qualquer maneira, com base nas entrevistas com técnicos e agricultores, percebe-se que o PCL foi uma organização de atividades: a) pedido de recursos para construção da minitorrefadora; b) pedido de maquinário para a torrefadora; c) compra de uma área para a construção do barracão; d) etapas de transição; e) pedido de um lote de adubo orgânico; f) reuniões para formação em agricultura orgânica; g) organização de atividades econômicas alternativas para as mulheres; h) melhoria das estradas rurais, etc.

O Grupo Especializado contava com a solidificação dessas etapas para iniciar o comércio com a França. Entretanto, são atividades que necessitam de tempo para consolidação, tanto tecnológica quanto pessoal, pois se tratava de um projeto amplo, que mudaria o sistema de cultivo, e não se tratava apenas a construção de um barracão para torrar e embalar café. Todavia, deveria ter sido diagnosticado no PCL que a fonte de renda das famílias envolvidas originava da cafeicultura. Dessa maneira, as etapas de transição para o orgânico deveriam ter seguido um processo lento e gradual,

possibilitando a adaptação do ambiente às novas técnicas, na intenção de manter uma margem razoável de produção, ora uma renda suficiente para as famílias se reproduzirem socialmente.

A transição planejada segundo o método mandala estipulou duração de 3 anos para total conversão. A brusca queda de produção implicou na queda da renda das famílias. Nenhuma venda para França foi realizada, devido: a) ausência de certificações que dependiam de produção (necessário um selo de comércio justo e um selo de orgânico, concedido pelo IDB mais tarde); b) baixa de produtividade; e, d) impossibilidade de processar o café (beneficiar, torrar, moer e embalar) já que o barracão não estava terminado.

Vale ressaltar que o ingresso dos agricultores da ACAL e da APRALA na proposta de transição para uma cafeicultura orgânica deveu-se à confiança destes nas instituições públicas participantes. Segundo Almeida (2005:19): “Elas os apadrinharam e garantiriam a constante assistência técnica especializada com visão de mercado nacional e internacional, preenchendo assim algumas das dificuldades apontadas para o desenvolvimento das pequenas propriedades familiares.” O auxílio seguro, por parte das instituições de pesquisa, fomentou a certeza do acerto e a vontade de aderir às alternativas de maiores lucros que vinham com as relações de comércio justo.

Com as parcerias reunidas, com o Grupo Especializado formado e com os agricultores interessados na transição iniciaram-se as atividades de transição. A seguir alguns trechos das entrevistas exemplificam as motivações dos agricultores pela transição.

4.1.3 A motivação pela mudança de sistema de cultivo

Entrei no orgânico porque acho que devemos sim nos preocupar com a saúde e com o meio ambiente. Sem contar que nós todos esperamos sim melhoria de preços (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007). Diversos trechos circunscrevem as motivações dos agricultores para a mudança de sistema de cultivo. No entanto, é unânime a esperança de melhores preços e melhores condições de vida. *Entramos no orgânico na ilusão de produzir mais e vender melhor (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).* *Entramos no orgânico pela ilusão. Ficamos iludidos com os melhores preços. Só*

nos mostraram as coisas boas do orgânico. Nunca vendemos um saco de café orgânico. E olha que tivemos até o certificado de orgânico do IBD (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Entrei no orgânico porque um agrônomo falou que era bom e ia dar dinheiro, mais aqui num aprovo. Ele falava que era pra gente não pensar na quantidade e sim na qualidade, mais esse orgânico num deu quantidade e nem qualidade. Deu muita broca e ferrugem (Entrevista XVII, Água da Sede, 2007). O discurso acerca das vantagens da substituição de insumos, tanto para o meio ambiente como para as relações comerciais, foi imprudente no sentido de não avaliar os riscos que esse processo acarretava para comunidades dependentes da cafeicultura. Dizer que a quantidade de produto não importa é tolerável se identificado no diagnóstico que as famílias têm outras formas de se reproduzirem.

Eu nunca achei que o orgânico ia dar errado. Fomos fazer várias visitas em propriedades que já eram orgânicas. Aí tomei o maior susto, o café tava no puro mato, mas esse agricultor, onde fomos, tinha uma diversidade de coisas que geravam lucro na propriedade dele (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

O fator econômico foi um dos motivos que levou os associados da ACAL e da APRALA a se interessarem pelo comércio justo e solidário, que conseqüentemente levou ao processo de transição.

Entramos no orgânico pela ilusão. O pior é que para a França eram poucas sacas por agricultor, acho que 20 sacos cada um. Eles queriam café de peneira 16, só os graúdos (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Entramos no orgânico na ilusão de produzir mais e vender melhor. Na nossa região o café é velho e é mundo novo. Quando chega a época da ferrugem se não cuidar perde mesmo, não adianta. Café velho no orgânico não dá. Eu comecei a plantar café novo na época que eu queria deixar no orgânico. Estava desanimado, mais ia continuar (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

Entrei no orgânico porque todo mundo entrou, e pra não ficar para trás entrei também. No orgânico não produz. Aí num dá. Ele não respondeu, quase morreu (Entrevista XVIII, Água da Sede, 2007).

A expectativa pelo lucro rápido está associada às tecnologias modernas criadas para a agricultura que os agricultores estavam acostumados a utilizar. Os insumos e os fertilizantes químicos de ações rápidas permitem que o agricultor tenha certo domínio sobre a natureza, tendo a possibilidade de programar, com mínima certeza, a produtividade e o lucro. Dentro dessa lógica, e acostumados com pacotes

tecnológicos que os mesmos técnicos difundiram antes da transição para uma cafeicultura orgânica, os agricultores da COASOL esperavam que o orgânico lhes oferecesse a mesma resposta, acrescida de melhores preços.

A maior dificuldade do café orgânico foi a falta de produção. Nós vivemos disso, e se não produz, como fazemos? Aqui tem muita gente que ta pendurado nas dívidas. Não tínhamos dinheiro para nos manter, e fomos fazendo empréstimos, na esperança de vender por um preço melhor e recuperar das dívidas. No entanto, nunca vendemos um saco (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Os agricultores, quando indagados sobre a experiência com o café orgânico, reagem de diversas formas: *o orgânico ferrou com a gente; me iludi; o orgânico acabou com nosso café; o orgânico foi perda de tempo*, etc. Essa e muitas outras frases foram ditas pelos agricultores durante o trabalho de campo. Contudo, foi o aspecto econômico que mais pesou na visão do agricultor. O manejo diferenciado com as plantas invasoras necessitou de mais mão-de-obra do que a família possuía. Com o tempo algumas famílias se mudaram para a cidade em busca de trabalho. A contratação de *camaradas* e/ou empregados também se mostrou inviável pelo preço das diárias, em torno de R\$ 20,00 ao dia. Segue o discurso de um agricultor:

Antes do orgânico, quando meu pai e meus irmão ainda moravam aqui, não usávamos veneno pra mato. Tinha bastante gente trabalhando. Se eu ficasse no orgânico, ia ter que contratar peão pra ajudar a roçar, e como eu ia pagar se não deu renda? O litro de veneno pra ferrugem custa R\$ 15,00 e controla bem. O litro de óleo de Neen, que serve pra mesma coisa, custa R\$ 60,00 e não dá tanto resultado. As folhas caem do mesmo jeito e o café não produz (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Segundo os agricultores, a cafeicultura demanda mão-de-obra para o desempenho de todas as suas atividades, e dessa forma emprega “quase” todos os membros da casa no trabalho na *roça*. Com a queda da produtividade e da renda, durante a transição, alguns agricultores viram-se sem muitas alternativas, ocorrendo um ascendente abandono do processo de transição para a cafeicultura orgânica e uma adoção de agrotóxicos para o controle das plantas invasoras, como mostra o trecho acima. A transição vinha se desenrolando há algum tempo quando foi fundada a cooperativa. O item a seguir é sobre a COASOL.

4.1.4 Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville – COASOL

Nos encaminhamentos do projeto todas as atividades partiam do Grupo Especializado para os agricultores, de uma supra-estrutura para uma infra-estrutura, como diriam na corrente marxista, ou do campo dominante para o dominado, segundo Bourdieu. Da mesma maneira se deu o surgimento da Cooperativa – COASOL. As ações burocráticas do comércio justo, as liberações de recursos para a compra de máquinas e a construção do barracão exigiam que o grupo estivesse organizado em uma cooperativa para busca de recursos e exportação do produto. A organização da cooperativa não partiu dos agricultores, e sim das necessidades burocráticas de uma das ações do método de transição. O trecho abaixo indica a linha do discurso corrente entre os agricultores sobre o início da cooperativa.

Em agosto de 2003, recebemos proposta para comercializar café para a cidade de Saint-Etienne, na França, feita pela Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB), através do fair trade. [...] essa modalidade de comércio justo já ocorre no Paraná, com o suco de laranja de Paranaíba e a banana do litoral, agrega valor ao produto pela eliminação de atravessadores, aproximando o produtor e o consumidor, possibilitando a melhoria da renda e a qualidade de vida das famílias (Entrevista III, Laranja Azeda, 2007).

A COASOL foi criada em 15 de maio de 2004, com 36 agricultores familiares, com objetivo de comercializar a produção dos grãos verdes e processados: torrado, moído e embalado no próprio local onde é produzido, visando aumentar a renda do produtor para melhorar suas condições de vida e trabalho (Entrevista III, Laranja Azeda, 2007). As duas associações reuniam 47 agricultores, com a criação da COASOL o número de agricultores envolvidos foi para 36. A conotação negativa do termo cooperativa, para alguns agricultores, levou alguns agricultores a desistirem de se organizar: eu não entrei na cooperativa porque essas coisas não são boas. Quando uma cooperativa quebra, quem paga a conta é o cooperado.

A cooperativa surgiu em uma das ações do método de transição e dizia respeito a organização institucional do grupo. Ela reuniu as duas associações de agricultores e foi pensada com perfil diferenciado, por se tratar de uma cooperativa solidária. As cooperativas solidárias são formas institucionais de organização e seus princípios estão relacionados à comercialização de produtos, uma vez que se trata de um ente jurídico sem captação de recursos ou mensalidades. A cooperativa solidária, uma

vez reunindo os princípios da cooperação e os princípios da economia solidária, busca alternativas de comercialização e integração dos agricultores, no caso de Lerroville, como forma de resistência ao mercado internacional excludente, e as especulações dos atravessadores.

4.2 ANTES E DEPOIS DA TRANSIÇÃO DOS CAFEZAIS

As propriedades na Laranja Azeda e na Limeira têm entre 2,5 e 10 alqueires. A terra e o café carregam um significado para os agricultores que transcende a lógica de reprodução baseada simplesmente na agricultura familiar. Frases como: *o café existe aqui desde que o pai era vivo; o sítio é pequeno e não podemos plantar lavoura branca; sou apaixonado por café; é a única coisa que sei fazer; no café não precisa de maquinário, etc.*, corroboram que as representações sociais cumprem uma função identitária, e podem ser entendidas como o produto e o processo das atividades mentais, através da qual o grupo reconstitui a realidade e lhe atribui um significado específico (ABRIC, 1998).

Através do discurso dos agricultores foram identificados vários elementos explicativos acerca das representações e da permanência na agricultura, e especialmente sobre o cultivo cafeeiro. Por possuírem pequenas áreas de terra e recursos escassos, o plantio de *lavouras brancas* se tornou indevido (seja pela disposição geográfica dos terrenos; pela limitação do espaço, etc.). Assim, os agricultores se mantêm na agricultura como podem, resistindo e se reorganizando seguindo uma lógica fortemente permeada por elementos históricos e da própria unidade do grupo. Uma das alternativas de maximização dos espaços cultiváveis, encontradas pelos agricultores, foi usar as entrelinhas dos pés de café para o plantio de leguminosas e grãos para o consumo da família e dos animais.

O consórcio do café com leguminosas, frutas e verduras é comum nos bairros e proporciona o uso intenso dos espaços. Cultivar nas entrelinhas gera uma diversidade de produtos, que mesmo não direcionados ao comércio, servem de alimento para a família e para os animais. *Nós usamos as ruas de café pra plantar alho, mandioca, feijão, milho, abóbora. Nós precisamos ter esse giro de cultura dentro do*

café. Essas coisas ajuda a manter o restante da propriedade. Dá pra ter um porco, uma galinha... (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007) (FIG. 8).



FIGURA 8 – Entrelinhas do café.

- a) Quiabo.
- b) Cebolinha.
- c) Mandioca.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

A comercialização do café e a produção de subsistência, se assim podemos chamar os alimentos cultivados nas entrelinhas, não são suficientes para manter as famílias no campo. Os empregos fora do campo, em serviços como secretária, frentista, professoras - que lecionam nas escolas em Lerroville - motoristas dos ônibus escolares e vigias, são comuns, e se tornaram mais comuns depois da transição para a cafeicultura orgânica. Em alguns casos, depois da transição - devido à queda de produção de café - a família teve que intensificar a produção de outros produtos e buscar empregos urbanos, pois a renda foi drasticamente atingida. O trecho abaixo corrobora a afirmação, e a figura 9 ilustra algumas das atividades paralelas ao cultivo de café, encontradas na Laranja Azeda e na Limeira.

Eu planto milho e entrego em Lerroville (Entrevista XIV, Limeira, 2007). *Tenho um pedacinho de soja e pago pra colher* (Entrevista XXIV, Limeira, 2007).

Aqui no sítio temos outras fontes de renda porque o café é uma vez por ano, então eu e minha mulher temos bicho da seda, mel, vassoura, porcos, que é pra nós e pra quando surge encomenda de defumado. Temos leite, e ela faz queijo, temos horta pra nossos gastos, e aí vamos levando a vida. Com muito trabalho, viu! (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).



FIGURA 9 – Diversificação de produção.

- a) Bicho da seda, Limeira.
- b) Criação de frangos, Água Regina.
- c) Abelha Jataí - meliponídea - Laranja Azeda.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

A última fala acima é de um agricultor da Laranja Azeda que, diferente dos outros, desenvolveu outras fontes de renda. Ele e a esposa, além de cafeicultores, são também suinocultores, sericicultores e apicultores. Cuidam da roça de café, dos porcos (defumam a carne) e do barracão com bicho-da-seda. É interessante destacar que, em função da sua propriedade estar mais próxima da Limeira, ele é identificado pelos outros, e por ele mesmo, como morador da Limeira. Será por que ele é tido como inovador dos processos produtivos? Ou será por que ele participa de cursos e investe em instrumentos de trabalho?

Como salientado, o que também separa os bairros são fatores como o parentesco, maior num bairro que no outro, e a produtividade cafeeira pouco maior na Limeira do que na Laranja Azeda, etc. Estes elementos levam os moradores dos bairros a denominarem a Limeira como “a investidora” nos meio produtivos. A afirmação seguinte corrobora a discussão: *acho que o pessoal da Limeira é mais forte. Eles têm uma história de produção diferente da nossa. Eles sempre produziram mais. Eles investem mais. Sempre querem comprar alguma coisa para conseguir outras* (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

Estes argumentos não definem a Limeira como economicamente “superior” a Laranja Azeda, mas devem ser levados em conta por aparecerem em várias situações durante as entrevistas. Já o fato dos agricultores da Laranja Azeda usarem as ruas do cafezal para o plantio de milho, feijão, cebola, etc., menos comum na Limeira, aproxima as famílias do que chamamos de “produção para autoconsumo”¹⁴. Esta prática está associada à relação de troca e dependência (citada no capítulo 3) e distingue a comunidade das demais. Long (2001) diz que os atores encontram maneiras alternativas de formular seus objetivos, uma vez que a vida social nunca é unitária, eles despregam modos específicos de ação e dão razão a seu comportamento. Van der Ploeg diz que esses modos de fazer agricultura, ao mesmo tempo próximos e diferentes, são estilos de agricultura e devem ser analisados segundo suas características.

Embora existam características peculiares nos bairros sobre o modo de fazer agricultura (com mais ou menos investimento), os elementos sociais e culturais são basicamente os mesmos nas duas comunidades, visto as festas juninas, que cada comunidade possui a sua, com características particulares, mas preservando o elemento festa enquanto reprodutor da crença e dos costumes. Dessa maneira, as características de

¹⁴ Para saber mais sobre autoconsumo ver: Grisa, C. *A produção pro gasto: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Série PGDR, 2007.

produção do café se mostraram semelhantes nos dois bairros e fomentou uma generalização, neste trabalho, do sistema convencional de produção de café para os bairros. Atentando, é claro, para os componentes importantes de cada bairro para compor o quadro onde se desenrolou o Projeto Café de Lerroville. O próximo item discutirá as mudanças tecnológicas inseridas pelo processo de transição.

4.2.1 Mudança tecnológica

Compreender os métodos de tratamento, colheita e secagem do café no sistema convencional de produção dos bairros rurais é importante para a compreensão das mudanças ocorridas com o Projeto Café de Lerroville. Os agricultores da região reproduziam o aprendizado e o conhecimento adquirido com os pais e os pioneiros da década de 1960. As mudanças tecnológicas nesta localidade são lentas por serem carregadas de valores históricos e respeito aos antigos, assim como a estagnação econômica das famílias. Embora existam mudanças que foram naturalizadas pelos agricultores, como o uso de agrotóxicos e fertilizantes, no geral o que prevalece são as práticas antigas. De toda maneira, as mudanças ocorridas tiveram mais a ver com a modernização da agricultura do que com as mudanças culturais e aprimoramento das técnicas pelos agricultores.

As práticas convencionais serão apresentadas a seguir, assim como as técnicas inseridas pela agricultura orgânica. Neste momento, tenta-se fazer a relação entre o antes e o depois da transição, como um exercício de análise para identificar os elementos novos na história do café de Lerroville, considerando que houve permanências. Foram destacados em subitens: a) capina e adubação verde; b) agrotóxico e controle biológico; c) colheita *no chão* e colheita selecionada; d) terreiro de alvenaria e terreiro suspenso; e) *limpar o café em coco*.

a) Capina e adubação verde

Antes era gostoso, pegamos a rua aqui em baixo e saía lá em cima carpindo. Tinha bastante gente em casa, sempre demos conta do serviço (Entrevista XXV, Laranja Azeda, 2007). Segundo observação de campo e conversa com

agricultores, a capina sempre foi atividade importante na cafeicultura convencional porque para a colheita - atividade de derriçar, derrubar os frutos¹⁵ - o chão precisa estar “limpo” para que não haja dificuldades no recolhimento dos frutos, e nem competitividade entre as plantas e o cafeeiro na absorção dos nutrientes aplicados (adubos). Por se tratar de uma atividade laboriosa e exaustiva, o número de pessoas para desenvolvê-la, em tempo correto, deve ser compatível com a área cultivada. Neste momento, quase sempre há contratação de *bóia-fria*¹⁶.

A capina é a prática de limpar com uma enxada as proximidades do pé de café, retirando todas as plantas encontradas, na intenção de maximizar a aplicação de adubos químicos e facilitar o rastelamento dos frutos que serão recolhidos, ensacados e transportados até o terreiro. Capinar é deixar limpo, segundo uma agricultora: *a gente carpe pra ver onde ta pisando na hora de colher, né?!* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007). A relação entre o limpo e o bem cuidado delinea as práticas culturais e sociais importantes na constituição das representações sobre as atividades que os agricultores desempenham. A lavoura bem cuidada é aquela sem matos, onde o café está *preto de tão verde*. A mesma relação pode ser estabelecida com as mulheres prendadas e os afazeres domésticos. *A boa mulher* é aquela que sabe cuidar da casa, do quintal, dos filhos, da comida e das roupas. É aquela que sabe manter, na humildade das condições, tudo em ordem e bem *limpinho*¹⁷.

Os agricultores entrevistados não se distinguem no uso de técnicas e insumos para controle do mato. *Aqui todo mundo usa mais ou menos as mesmas coisas no café. Eu mesmo uso uréia, adubo 25/20, cama de frango, Alto 100, esterco de gado, essas coisas. Não uso só químico, mas também não uso só orgânico* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). Eles seguem um mesmo padrão tecnológico, e uma mesma forma

¹⁵ Atividade conhecida como “colher no chão”. Termo usado pelos agricultores e faz referência a colheita onde os grãos são derrubados no chão, rastelados e armazenados em sacos. Diferente da “colheita no pano”, onde os grãos caem sobre um saco e não se misturam com a terra, dispensando que esta esteja completamente limpa.

¹⁶ Trabalhador volante.

¹⁷ Quando chove as mulheres não vão para a roça. Elas são caprichosas e lhe é cobrado capricho por parte do marido. Faz parte do perfil de uma boa moça ser prendada e caprichosa. A mãe leva a criança na estrada para esperar o ônibus da escola, na volta já fica na roça. As roupas secam no varal, os patos passeiam no terreiro. As mulheres que nasceram na roça têm o hábito de trabalhar na lavoura, as que se casaram com os rapazes do campo dificilmente vão. As 16h30min, as que foram para a roça voltam pra casa, tomam banho e começam a preparar a janta. Geralmente, falam de comida, trocam receitas, fazem crochê e bordam. Algumas vendem o artesanato em Lerroville para parentes. No geral fazem seus enxovais. É interessante o cantar da cigarra, ela não dá trégua. Quase não se vê pássaros a não ser nas gaiolas. Todas as casas são enfeitadas com flores. As galinhas que sobreviveram a praga de dezembro passeiam no quintal. As mulheres com 10 anos ou menos de casamento possuem um único filho. Elas alegam que é para poder estudá-los. As propriedades na Laranja Azeda não tem divisa, não tem cerca que as separe. As mulheres levam almoço na roça para os maridos. O terreiro de café é perto da casa. As mulheres administram as atividades cotidianas da casa. Quando o marido e filho jantaram e estão de banho tomado na frente da TV, missão cumprida!

de adaptar os insumos externos. Isso leva, em termos gerais, a uma mesma produção (exceto aqueles que têm mais terra) e a um mesmo ritmo e nível de vida, embora a Limeira seja percebida com uma sutil diferença por eles.

Com a transição, a capina foi substituída pelo manejo do mato e isso inclui o plantio de adubo verde, feito com uma leguminosa. A adubação verde é uma prática simples que requer alguns conhecimentos básicos. É importante conhecer o crescimento, a característica, a produção de biomassa e o ciclo vegetativo do adubo verde. O manejo da leguminosa fertiliza o solo e aumenta a matéria orgânica. Essa técnica ganhou mais interesse por parte dos produtores de café em virtude dos benefícios quanto à melhoria na fertilidade dos solos, nutrição das plantas e economia de capina (IAPAR, 1993).

A adubação verde na cafeicultura tem os objetivos de diminuir os danos provocados pela erosão hídrica; melhorar a fertilidade do solo, particularmente repor carbono no sistema para aumentar a matéria orgânica; equilibrar a nutrição do cafeeiro, especialmente a nitrogenada e reduzir a incidência de doenças (IAPAR BENEFÍCIOS, 1993:2).

As espécies mais comuns de adubos verde usados na substituição de insumos em Lerroville são: *crotalaria brevisflora* (período curto); *crotalaria spectabilis* (período mediano); mucuna anã (período curto) e leucena (perene). O manejo do adubo de ciclo curto geralmente coincide com o período de grande demanda nutricional do cafeeiro, porém, como a decomposição do resíduo na superfície do solo é muito rápida o solo fica desprotegido¹⁸. O manejo do adubo verde de ciclo longo é realizado fora da época de maior demanda nutricional, porém, o solo permanece coberto por mais tempo garantindo proteção (IAPAR MODELO, 1993).

Nos bairros estudados o adubo verde mais usado no período da transição, e nos dias de hoje, são: *crotalaria* e *mucuna* (FIG. 10).

¹⁸ Ainda segundo fontes secundárias, o atual nível de depauperamento dos principais solos da região cafeeira do Paraná, devido às grandes perdas da matéria orgânica, deve-se a deficiência em nitrogênio (IAPAR MODELO, 1993). A incidência da doença causada por *Cercospora coffeicola* foi avaliada nas folhas do cafeeiro com diferentes teores de nitrogênio. Constatou-se que o ataque da doença foi mais severo à medida que diminuiu o nível de N nas folhas. Dessa maneira, um manejo regular recompõe e nutre o solo mantendo a diversidade de vida nele existente, equilibrando também o ataque de doenças.



FIGURA 10 – Manejo ecológico, Laranja Azeda.

- a) Manejo do mato (roçada).
- b) Pulverização de calda bordalesa.
- c) Adubo verde: mucuna e crotalaria.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

Conseqüência da substituição de adubos e capina, o manejo do mato passou a ser indicado como a técnica na reconstituição da matéria orgânica do solo. Contudo, isso causou um desconforto entre os agricultores, pois passa a ser necessária em alguns casos a contratação de empregados temporários, sem contar que a imagem de lavoura bem cuidada é a imagem de lavoura *sem mato*, “limpa”. Segundo um agricultor: *o orgânico dá mais trabalho, tem que controlar o mato e a cada 15 dias tem que roçar* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). Percebe-se que o manejo das plantas não agradou os agricultores, que estranharam a necessidade de roçar as plantas invasoras a cada 15 dias. Já para outros, o trabalho com o café orgânico foi agradável e sem maiores complicações: *a gente prefere trabalhar com orgânico, é melhor, não precisa ficar atrás da roça, é só deixar* (Entrevista IX, Laranja Azeda, 2007). Nesses dois trechos percebe-se a divergência de percepções entre os agricultores. Alguns se adaptaram com mais facilidade às práticas ecológicas, outros mantiveram uma resistência com as novas técnicas.

b) Agrotóxico e controle biológico

No controle de insetos, doenças e plantas invasoras, os agricultores utilizavam venenos, fungicidas e herbicidas. *Passo veneno para controlar a praga e capinava para acabar com o mato. Hoje uso o “santo” Roundup. Uso porque não posso pagar peão. Antes do orgânico, quando meu pai e meus irmãos ainda moravam aqui, não usávamos veneno pra mato, tinha bastante gente pra capinar. Com a queda da produção ficou difícil demais, e meu pai e meus irmãos foram embora para Londrina* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). Segundo o agricultor, o trabalho familiar na capina da lavoura dispensava o uso de agrotóxicos no controle de plantas invasoras e

dava emprego para os demais irmãos. Com a baixa da produtividade e a venda do produto ainda como convencional, devido ao processo de transição, a família viu-se na necessidade de abandonar o campo e buscar alternativas de renda na cidade.

Na figura 11, imagens de algumas etapas do processo de pulverização de agrotóxico no controle da ferrugem, realizado na Laranja Azeda atualmente. Esse tipo de controle tinha sido abandonado durante o processo de transição, mas foi retomado com a volta ao manejo convencional.



FIGURA 11 – Aplicação de agrotóxicos.

- a) Dona Expedita abastecendo os galões.
- b) Pulverização costal.
- c) Pulverização costal.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

No cafezal, a doença que mais causa dano à lavoura e à produção é a ferrugem. *Até 1970 foi fácil tocar o café. Depois desse ano entrou a ferrugem. E se não cuidar, não dá. Tenho que passar veneno mesmo.* (Entrevista XVII, Água da Sede, 2007). Segundo o agricultor, a broca e o bicho mineiro também necessitam de atenção especial, pois podem causar perda de produtividade (Quadro 9). O controle, nestes casos, se dava com a aplicação de agrotóxicos. Contudo, as variedades resistentes associadas a variedades de boa qualidade produtivas são de extrema importância para a produtividade.

Aliás, estes não são os únicos problemas enfrentados pelos agricultores. Existem aquelas dificuldades que fogem ao controle, como as geadas, por exemplo. *O ano que eu achei que o café ia dar um lucrinho veio à geada! Se não é a doença é o frio [...] no outro ano quase perdemos todo nosso café. Ele já vinha do orgânico que acabou com ele, depois foi a geada* (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007). No Quadro abaixo se encontra uma descrição sobre a ferrugem do café, a broca e o bicho mineiro.

QUADRO 7 – Doença e pragas do cafezal

A ferrugem do cafeeiro é uma doença que ocorre de duas formas: a ferrugem farinhosa causada pelo fungo *Hemileia coffecolla*, ainda não encontrada no Brasil, e a ferrugem alaranjada causada por *Hemileia vastatrix* que é a principal doença nas regiões produtoras de café no país. Esse fungo ataca as folhas e provoca manchas “[...] amarelo-alaranjadas coberta por uma massa de esporos (cerca de 150 mil/pústulas) que são as sementes do fungo.” (MATIELLO *et. al.*, 2005:248). As lesões provocam a morte dos tecidos, começando pelo seu centro, que se torna marrom-escuro. A variedade do café influi significativamente na disseminação da doença. O Catuaí suporta mais o ataque que o Mundo Novo e este mais que o Bourbon e o Caturra, “[...] esses fatores influem tanto no nível de dano causado, quanto na forma de controle.” (MATIELLO *et. al.*, 2005:248). Na agricultura convencional o uso de fungicidas mostra-se eficiente e rápido no controle da doença. Na agricultura orgânica usa-se calda viçosa e tem se obtido bons resultados. Os ingredientes da calda viçosa são: sulfato de cobre, sulfato de zinco, sulfato de magnésio, ácido de bórico, água e cal. Costuma-se usar de 400 a 500 litros por hectare (GORRETA, 2001). **Broca:** A broca do café (*Hypothenemus hampei*) é causada por um pequeno coleóptero [besourinho] que consome a polpa do fruto comprometendo a produtividade e a qualidade do produto. A fêmea abre uma galeria chamada câmara de postura onde coloca os ovos. As larvas nascidas se desenvolvem dentro do grão e tornam-se adultas. Tem sido considerado desequilíbrio que pode dar maior prejuízo em vários países já que o comércio internacional restringe infestações superiores a 10%. O inseto localiza-se principalmente em áreas sombreadas, onde passam de uma safra para outra. O modelo de plantio adensado e a prática de arborização favorecem a permanência e o aumento da população desses insetos, sugerindo maiores cuidados nestes locais (MORALES *et. al.*, 2004:19). Os danos causados pela broca são: perda de peso e depreciação do café, ou seja, reduz a produção e interfere na qualidade da bebida, podendo ocasionar a entrada de fungos oportunistas produtores de micotoxinas. A longevidade da fêmea pode ser até de 156 dias, o que lhe permite passar de uma safra a outra em frutos secos no chão ou eventualmente na planta. **Bicho mineiro:** O bicho mineiro (*Leucoptera coffeella*) adulto é uma pequena mariposa de cor branca que fica escondida na parte de baixo das folhas. A larva eclode entre cinco e vinte um dias após a oviposição, dependendo das condições do tempo. A lagarta penetra nas folhas entre as duas epidermes (mesófilo foliar) formando minas - dando origem ao nome da praga - e ali se alimenta e se desenvolve. A lagarta tece um casulo branco, em forma de X, de preferência nas folhas dos baixeiros, onde passará a fase de pupa e dará origem a outra mariposa (MORALES *et. al.*, 2004). Os danos causados pelo bicho mineiro estão relacionados “[...] com a diminuição fotossintética da planta, tanto pela diminuição da área da folha, quanto pela sua queda prematura.” (MORALES *et. al.*, 2004:7). As maiores perdas nas lavouras do Paraná acontecem de outubro a março, ocorrendo também nos períodos secos do ano (MIP, folder 4, mai, 2002).

Fonte: Elaborado pela autora.

Encontram-se nos bairros as variedades produtivas Mundo Novo e Catuaí, que não são as mais apropriadas para a transição orgânica, segundo os agricultores. Com as pesquisas em melhoramento, variedades resistentes são desenvolvidas para possibilitar resistência das plantas perante as doenças. Contudo, de tempos em tempos surgem novas variedades. No campo de pesquisa, as variedades, assim como os cafezais, são *antigas*. A baixa resistência à ferrugem e a idade do cafezal foram os elementos que também comprometeram o processo de transição¹⁹. Com a queda das folhas houve um comprometimento da produção, pois a planta se tornou improdutivo. As variedades resistentes às doenças começaram a ser plantadas há pouco tempo pelos agricultores, que escolheram as variedades IAPAR 59 e Tupi, ambas desenvolvidas pelo IAPAR²⁰ e resistentes à ferrugem.

¹⁹ O cafeeiro (*Coffea arábica*) é um arbusto da família das rubiáceas, originário da Arábia e muito cultivado no Brasil. Assim como a maioria das culturas, o café é atacado por pragas e doenças (devido ao desequilíbrio do agroecossistema) sendo necessário algum tipo de controle para produzir. Os cafeeiros do Paraná “[...] são visitados por um grande número de insetos e ácaros, além de outros artrópodes, entretanto, apenas alguns podem ser considerados pragas. Dentre eles podemos destacar o bicho mineiro e a broca como os mais expressivos” (MORALES *et. al.*, 2004:5). Com exceção da ferrugem, outras doenças dos cafezais não podem ser consideradas doenças-chaves da cafeicultura.

²⁰ O IAPAR desenvolveu e desenvolve variedades de café resistentes a doenças. A variedade IAPAR 59, primeira a ser lançada pelo instituto em 1993, tem como característica básica: a boa resistência à ferrugem, diminuindo

Os controles naturais de insetos que atacam a planta foram, aos poucos, se tornando menos estranhos para os agricultores. Tecnologias, como o monitoramento da broca, passaram a ser utilizadas pelos agricultores e agricultoras. Essa tecnologia trata-se de uma armadilha que visa à captura do besourinho. De baixo custo e sem causar danos ao meio ambiente, teoricamente (pois hoje as armadilhas viraram entulhos e ficam espalhadas na propriedade e bóiam pelos córregos), a armadilha é de grande importância no monitoramento dos picos populacionais de insetos, indicando o período de maior trânsito da broca no campo. As armadilhas de monitoramento servem para identificar a densidade da população de insetos e não para controlá-las.

A armadilha é simples (FIG. 12a) e pode ser confeccionada com facilidade. Necessita-se de uma garrafa *pet* de 2L, um frasco de vidro com tampa com um pequeno orifício e arame nº19. Recorta-se uma das laterais da garrafa *pet* e coloca-se água na parte interna inferior. No vidro coloca-se uma mistura de álcool metílico (metanol) e álcool etílico (etanol) com pó de café puro (mistura chamada de essência), este será amarrado internamente na porção superior da garrafa. Essa essência exalará um cheiro atrativo que trará a broca para a garrafa onde cairá e morrerá por afogamento (MORALES *et. al.*, 2004). No Quadro 10, uma discussão sobre substâncias mensageiras ajuda na compreensão do processo de captura de insetos.

Contudo, essa técnica é apenas para monitoramento, não diminui o crescimento da população. No período de frutificação, as armadilhas podem ajudar na definição do melhor momento para aplicação de agrotóxico, usado na agricultura convencional, ou calda viçosa usada na agricultura de base ecológica. A calda bordalesa passou a ser usada contra o bicho mineiro, a calda viçosa para controlar a ferrugem, assim como a aplicação de zinco e cobre. As fotografias abaixo mostram algumas das técnicas de controle.

parcialmente o uso de agrotóxicos para o controle da doença, propiciando economia e evitando a contaminação do homem e do meio ambiente. Essa variedade se originou do cruzamento entre *Coffea arabica villa sarchi* 971/10 e o híbrido timor 832/2, realizado no Centro de Investigação da Ferrugem do Cafeeiro em Portugal, denominado H361. A segunda geração do H361 chegou ao Instituto Agrônomo de Campinas, e em 1975 ao IAPAR. A terceira geração do H361 recebeu o nome de IAPAR 59. Caracterizado pela boa adaptação ao Norte do Paraná e resistente a ferrugem, o IAPAR 59 foi testado de 1977 a 1992 e mostrou-se resistente as 30 raças de ferrugem conhecidas até então (CAFÉ IAPAR 59, 1993). Na seqüência, foram lançadas as variedades: IPR 98; IPR 99; IPR 103; IPR 100; IPR 106; IPR 104; IPR 101. (IAPAR NOVOS, 2005).



FIGURA 12 – Controle biológico.

- a) Armadilha de broca.
- b) Pulverização de calda viçosa.
- c) Preparação da calda.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

QUADRO 8 – Substância mensageira

“Os insetos dentre os vários grupos de animais são os que mais dependem do olfato para desempenhar suas atividades comportamentais. Os odores são muito importantes na localização de presas, na defesa e na agressividade, seleção de plantas hospedeiras, nas escolhas de locais de oviposição, na corte, no acasalamento e na organização de suas atividades sociais, assim como em diversos outros tipos de comportamento.” (ZAMBOLIM, 2003:47). “[...] os infoquímicos responsáveis pelas interações interespecíficas, isto é, entre diferentes espécies, são chamados de aleloquímicos, e os mediadores de interações intra-específicas, de feromônios.” (substâncias expelidas por insetos que servem de meio de comunicação entre indivíduos da mesma espécie e atraente sexuais) (ZAMBOLIM, 2003:48). A possibilidade de se manipular estas substâncias químicas permite provocar uma mudança no comportamento dos insetos, podendo ser uma alternativa viável para o manejo e a regulação de populações de insetos-*pragas*. Os insetos-*pragas* do cafeeiro sobre os quais as pesquisas com infoquímicos estão mais adiantadas são o bicho-mineiro e a broca-do-café, e isso se deve ao fato da importância econômica do café e a necessidade do uso de técnicas alternativas para o seu monitoramento e controle (ZAMBOLIM, 2003:48). Foi verificado que fêmeas da broca-do-café são atraídas pelos caimônios liberados pelo fruto, inclusive com capacidade de reconhecer os diferentes estádios de maturação. “[...] teste em olfatômetro mostraram que os voláteis eliminados pelos frutos cereja influenciam a escolha da broca.” (ZAMBOLIM, 2003:58). O emprego dos feromônios na agricultura é algo relativamente novo e com possibilidades crescentes de uso. Devido aos esforços em novas pesquisas e adaptações tecnológicas, as possibilidades de seu emprego vêm crescendo, principalmente para insetos de difícil controle. O uso de um dado feromônio não se constitui em fator de desequilíbrio para espécies não alvo, o que torna ecologicamente desejável. O manejo integrado de insetos, que integra diferentes métodos de controle de insetos, suprimindo a dependência única dos agrotóxicos, valoriza o controle biológico, o emprego de feromônios, de plantas resistentes a insetos e outros métodos. O monitoramento da população do inseto *praga* por meio de armadilhas com feromônios sexuais sintéticos é uma importante ferramenta para a tomada de decisão do agricultor. É importante ter em mente que a presença do inseto na lavoura não significa quase nada, o importante é que não ultrapasse certo nível, determinado com o uso de armadilhas de feromônio (ZAMBOLIM, 2003:61).

Fonte: Elaborado pela autora.

c) Colheita *no chão* e colheita selecionada

De acordo com os agricultores e com a observação de campo, a primeira etapa da colheita convencional consiste em derriçar todos os frutos no chão. A segunda etapa trata-se do rastelamento e separação dos frutos de outros materiais como folhas, galhos e pedras. Geralmente a separação é feita com uma peneira. Esta, ao mesmo tempo em que cõa a terra, é instrumento de abano na separação de materiais leves. Contudo, vale ressaltar que houve uma adaptação de parte deste processo ao longo do tempo, baseado nas disponibilidades de força de trabalho. As famílias tiveram que adaptar a redução da mão-de-obra familiar na propriedade com a mesma quantidade de trabalho.

Neste sentido, a adaptação dos objetos de trabalho (poucas pessoas no campo) com os instrumentos de trabalho (maquinário) sofreu forte remodelagem (NORDER, 2006). Há alguns anos, a colheita passou a ser feita em muitas propriedades da Limeira sob o auxílio da *maquininha*²¹, instrumento de trabalho próprio para a derriça dos frutos (FIG. 12). Desta maneira, uma única pessoa faz o serviço de derriçar. Outra adaptação foi a extinção da peneira. *Não se usa mais abanar o café*, os grãos caem num pano previamente disposto facilitando o recolhimento e ensacamento. O método economiza mão-de-obra contratada, já que a colheita pode ser feita pela família. Contudo, a aquisição deste instrumento depende de um investimento de R\$1.500,00 para a compra da *maquininha*.

As fotografias abaixo demonstram algumas etapas da colheita convencional no bairro Água da Sede. O agricultor, utilizando a *maquininha*, trabalha derrubando os grãos sobre um pano pré-disposto, e seu filho de 12 anos, utilizando um tipo de mesa de peneirar, separa o café das folhas, e este é transportado para o terreiro.



FIGURA 13 – Colheita de café, Água da Sede.

- a) *Seu Sidney* derriçando os grãos com a *maquininha*.
- b) Filho do *Seu Sidney* separando as folhas dos grãos de café.
- c) Terreiro do *Seu Belindo* secando café.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

A colheita no sistema orgânico é o início de uma etapa importante do processo de qualidade do café. É nesta etapa que os grãos devem ser colhidos selecionados na intenção de separar os que amadureceram dos que ainda estão verdes. Técnica nova para os agricultores que estavam acostumados a colher *tudo de uma vez*. *O café cereja é o melhor, só dá trabalho porque tem que ser colhido separado* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007) (FIG. 14a e 15b). A colheita seletiva começa mais cedo e freqüentemente acontece mais de uma vez. *Passamos catando uma vez e depois de novo* (Entrevista VI, Laranja Azeda, 2007). *Aprendemos muitas coisas com o orgânico. Aprendemos a fazer qualidade no café* (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

²¹ Instrumento que derruba os grãos do pé de café. Possui um motor semelhante ao motor da moto-serra (fabricado pela mesma empresa) acoplado a uma das extremidades de um cabo. Na outra extremidade pontas semelhantes a uma mão movimentam-se repetidamente. Ver FIGURA 13 a.

As orientações que os agricultores receberam do consultor para fazer qualidade na bebida está ligada a separação dos grãos maduros, verdes e vermelhos. Cada uma dessas colorações é responsável por um tipo e qualidade, sendo que café vermelho (cereja) é o melhor em qualidade e bebida. As bebidas não dependem apenas do ponto de maturação, mas também da variedade e do processo de colheita e secagem, e são avaliados pelo sabor e aroma. Os tipos são referentes aos aspectos do fruto e ponto de maturação.

Depois de colhidos, os grãos vão para a separação. Para a separação uma técnica simples é usada. Um recipiente com água pela metade onde os grãos são despejados. Os maduros ficarão na superfície, por estarem leves, e os vermelhos afundarão (FIG. 14b). Os secos vão para a secagem, seja no terreiro suspenso ou de alvenaria, e os vermelhos passam por uma máquina despulpadora (FIG. 14c). Contudo, vale ressaltar que o processo de separação dos grãos foi seguido por quase todos os agricultores em processo de transição, que de uma forma ou de outra adaptaram os recipientes para obter os mesmo resultados. Já despulpar o café cereja foi uma técnica menos freqüente entre o grupo. Constatou-se a existência de apenas duas máquinas de despulpar nas comunidades, uma em cada bairro.



FIGURA 14 – Colheita de café orgânico, Laranja Azeda.

- a) Colheita seletiva de café cereja no sítio do *Seu Fábio dos Anjos*.
- b) Sandra separando os grãos maduros dos verdes.
- c) Máquina de despulpar café cereja.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

O Quadro abaixo destaca algumas curiosidades sobre o café, sua origem, condições para qualidade e tipos de classificações e bebidas.

QUADRO 9 – Curiosidades do Café

Café, palavra derivada do árabe *qahhwah*, apesar de alguns etnologistas a relacionarem com Kaffa, província do sul da Etiópia, de onde a rubiácea é nativa. Kaldi, pastor etíope, ao perceber suas cabras agitadas notou que elas comiam folhas e grãos de um arbusto até então ignorado por todos. Foi pelos meados do século XV que pastor abssínio, da costa ocidental do mar vermelho quis saber a razão da diferença de comportamentos de seus animais. Tendo uma certa intuição decidiu fazer uma experiência: trouxe para o mesmo terreno as outras cabras e, em pouco tempo, elas também se modificaram, apresentando comportamento similar ao do grupo. Assim, concluiu que era daquelas frutinhas que as cabras extraíam sua maior vitalidade. E foi provavelmente do nome daquela região - KAFFA - que se originou o nome "Café", hoje usual ou semelhante em quase todas as línguas ocidentais. Mais tarde, o árabe Gemaledin Abou Muhammad Bensaid percorreu a região de kaffa e ao voltar para o Yemen, levou consigo sementes da planta milagrosa que a Arábia forneceria ao mundo anos mais tarde, com o nome de "Coffea

arábica". O estimulante proibido pelas suas propriedades foi considerado na mesma categoria das drogas alucinógenas, como o ópio muito difundido nas terras da Índia. Não somente no mundo árabe antigo, mas também entre os europeus, a má fama dessa bebida se espalhou rapidamente, provocando fortes reações das camadas mais conservadoras da sociedade. Conhecida como vinho do Islam, a bebida sofreu no início do século XVI sua primeira perseguição, chegando a ser proibida durante algum tempo pelos maometanos. Para manter o monopólio da rubiácea, os árabes somente permitiam que saíssem do país grãos previamente fervidos, que não germinariam em outras terras. Esta medida, porém, não impediu que os holandeses levassem a planta para Java, Sumatra e Ceilão e, posteriormente, para as Antilhas Holandesas, atingindo as colônias uma produção de cerca de 500 toneladas anuais. A partir do século XVII, o mundo europeu passara a adotar o café como bebida. Na Itália, onde entrou em 1615, através do porto de Veneza, o produto teve que vencer forte resistência da Igreja. Cristãos Fanáticos incitaram o Papa Clemente VIII a condenar o consumo da bebida, tida como invenção de Satanás. Ao provar o café, porém, o Papa declarou: "Esta bebida é tão deliciosa que seria um pecado deixá-la somente para os infiéis." O café é sem dúvida a bebida mais popular do mundo. A condição geográfica ideal para a produção de café são as regiões serranas, onde de dia as temperaturas são elevadas e à noite faz frio, pois a região onde ele é produzido é fator determinante do sabor do café. Tão importante quanto a região são os tratos desde o momento quando ele é plantado até a colheita e a secagem. Tudo interfere no seu sabor. É como um bom vinho, um bom queijo. As suas classificações variam em tipos e bebidas. Os tipos são referentes aos aspectos do fruto e ponto de maturação. As bebidas são avaliadas por sabor e aroma. Tecnicamente recebem as seguintes classificações: a) bebida Mole: sabor suave, mais aromático e mais doce; b) bebida Dura: menos aromática, mais consistente e forte; c) bebida Rio: sabor acre; d) bebida Riozona: com características da bebida Rio mais acentuadas. Essas denominações técnicas mostram a variedade de sabor e qualidade que interferem na cotação de seu preço no mercado (texto adaptado do site: <http://www.cafefarao.com.br/segredos.htm>).

Fonte: Elaborado pela autora.

d) Terreiro de alvenaria e terreiro suspenso

A secagem do café se dá no terreiro. Os frutos ficam espalhados sobre uma superfície plana de alvenaria - terreiro - e necessitam serem revolvidos com frequência para a secagem homogênea dos grãos. Para evitar o sereno noturno e o conseqüente umedecimento, os agricultores usam *amontoar* o café todas as tardes e *desamontoar* todas as manhãs. O café encontra-se seco quando todos os grãos estiverem pretos e leves.

No sistema orgânico, o terreiro suspenso foi a novidade que mais agradou os agricultores pelas facilidades que oferecia. Na Limeira quase todos os agricultores construíram um em sua propriedade. Segundo os agricultores, a secagem passou a ser feita em lotes, conforme a coloração do café. Afirmam, ainda, que para o café secar por igual é necessário que enquanto espalhado seja revolvido o maior número de vezes. Indicado como mais barato e útil, o terreiro suspenso não deixa o café *esquentar*²² sendo mais fácil de cobrir com lona no final do dia. Conforme a imagem abaixo, ele é feito de tela e madeira, podendo ser construído em área irregular, valorizando outros espaços da propriedade - característica que o terreiro de alvenaria não possui, pois para sua construção o terreno tem que estar plano.

²² Termo que faz referência ao aquecimento sofrido pelos grãos úmidos quando amontoados e cobertos.



FIGURA 15 – Técnicas que permaneceram.

- a) Terreiro suspenso do *Seu Gonçalo*, Limeira.
- b) *Dona Marina* e *Selma* colhendo a primeira safra da nova variedade.
- c) Terreiro de alvenaria do *Seu Zé Luiz*.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

As técnicas que melhoram a qualidade do produto final não são características apenas do sistema de produção orgânico, ainda que tenham chegado aos agricultores com a transição. São técnicas também usadas na agricultura convencional, que visam agregar preço ao produto. *Aprendemos muitas coisas com essa experiência. Aprendemos a fazer qualidade no café* (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007). *Aprendi a cuidar melhor terreiro, e arrumei serviço para as crianças, elas mexem o café o dia todo. Não faço essas coisas de deixar o café ensacado o dia todo. Duas vezes por dia trago para o terreiro, para não fermentar* (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007). *Aprendemos a fazer qualidade no café. Tivemos muitos cursos aqui, e aprendemos muitas coisas. O orgânico, no geral, trouxe muito conhecimento, esse contato com o mundo, com a França, com outro tipo de comércio* (Entrevista XIV, Limeira, 2007).

e) “Limpar o café em coco”

O beneficiamento é o processo de limpeza do *café em coco*²³. Nas comunidades estudadas o beneficiamento se dá pela contratação do serviço. Um caminhão, que possui a máquina de beneficiar acoplada, é contratado para *limpar o café* colhido pelos agricultores da Limeira e da Laranja Azeda. Com o término do barracão da minitorrefadora a máquina de beneficiamento que os agricultores possuem facilitaria o processo de limpeza dos grãos, e não seria necessária a contratação do serviço. Devido à geografia inclinada dos terrenos na região, o caminhão não chega a todas as propriedades, desta maneira escolhe-se uma propriedade viável para todos, inclusive para o caminhão, e cabe aos agricultores transportar sua colheita até o local combinado para o beneficiamento.

²³ Termo que faz referência aos grãos secos e na casca. A terminologia “limpar o café” é usual e faz referência ao processo de beneficiamento, descascar.

A armazenagem se dá em *tulhas* podendo ser a granel ou em sacos de estopa de 60 quilos. Em todas as propriedades visitadas notou-se a existência de, ao menos, uma *tulha*. As fotografias abaixo ilustram a descrição.



FIGURA 16 – Beneficiamento do café, Laranja Azeda.

- a) Caminhão contratado para o beneficiamento.
- b) Grãos “limpos” e ensacados.
- c) Mauro armazenando as sacas na *tulha*.

Fotografia: Fábio dos Anjos, 2003.

4.2.2 O pacote orgânico

Em meio à crise que a cafeicultura familiar vem enfrentando há algumas décadas, o café orgânico surgiu para os agricultores da ACAL e da APRALA como uma luz no final do túnel. O comércio com a França, através das relações solidárias, a presença da extensão rural, dos institutos de pesquisa e a própria novidade de poder produzir um café sem veneno fez com que os dois grupos acreditassem na mudança.

Mas como mudar? A gente nem sabia o que era orgânico? (Entrevista IX, Laranja Azeda, 2007). Mudar era aprender tudo outra vez, diz um agricultor. Tratava-se, para eles, de negar o conhecimento e o controle sobre a planta adquiridos durante anos de trabalho e experiência. Essa idéia foi reforçada pela maneira como se deu o processo de transição, uma vez que as ações foram direcionadas de um grupo para outro. O modelo de desenvolvimento que transfere tecnologia vem sendo incorporado também pelos projetos de desenvolvimento de agriculturas de base ecológica. Ao seguir um modelo ou um padrão de transição de um sistema de cultivo para outro, inibe-se a participação e a construção conjunta de alternativas. A frase do agricultor, acima, mostra o quão delicado e frágil seria o processo de transição para uma agricultura de base ecológica, do Projeto Café de Lerroville, uma vez não aproveitado o conhecimento local.

A mudança proposta pelo PCL foi arrojada para o grupo. Exigiria disciplina, esforço, cuidado e aprendizado de ambas as partes. Segundo os agricultores, nas primeiras reuniões deles com o Grupo Especializado, a nítida substituição de insumos químicos por orgânicos simplificou todo o processo. *Ao invés de adubos químicos, se usa adubos de bois, aves, cascas, casca de café, de arroz, casca de mamona* (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007). (FIG. 17c).

A perspectiva de agricultura orgânica está baseada na troca de pacotes tecnológicos e não levam ao redesenho do agroecossistema e nem a uma relativa autonomia dos agricultores. A transição agroecológica se faz diferenciada por considerar aspectos sociais e culturais das comunidades e valoriza o conhecimento local. A transição para agricultura orgânica em Lerroville, por exemplo, restringiu a participação dos agricultores por estar pautada num modelo de transição de substituição.

Ou seja, a transferência de tecnologia e conhecimento sem a participação dos agricultores no processo de construção do projeto e elaboração de alternativas segue a lógica difusionista da extensão rural ecotecnocrática. Embora em Lerroville a transição tenha assumido o discurso do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura sustentável, os procedimentos incorporaram a lógica da agricultura convencional, acrescida do interesse por um nicho de mercado.

Como já dito anteriormente, a agricultura orgânica aproxima-se muito ao modelo convencional “eco” de desenvolvimento rural. Ela se utiliza do discurso de sustentabilidade, mas tem a substituição de insumos, ou a substituição do pacote tecnológico, como princípio. Contudo, tem-se que concordar que ela tenta-se menos agressiva ao agroecossistema, não eliminando o dispêndio de produção e transporte de seus insumos.



FIGURA 17 – Adubo orgânico, Laranja Azeda.

- a) Cama de frango
- b) Crotalaria entre as ruas de café
- c) Casca de mamona.

Fotografia: Daniela Pacífico, 2007.

Embora houvesse a necessidade de mudança de técnicas produtivas, todos os agricultores imaginavam (como mostram as entrevistas) que se tratava de um processo lento, ora dividido por etapas de transição. *Não é de uma hora pra outra que se deixa de produzir café com veneno* (Entrevista XXIV, Limeira, 2007). Surpresos ficaram quando o consultor lhes informou que em três anos todo o cafezal estaria produzindo orgânico. Ótima alternativa para as famílias em crise financeira. *Três anos passam rápido. A gente vai vender pra França, e ganhar mais. O orgânico vai ser bom pra gente*. Apoiados na esperança de melhorar as condições e perspectivas de vida no campo, os agricultores avaliaram e *entraram no orgânico*.

De uma hora pra outra começamos no orgânico. Não fizemos um processo de ir deixando de usar veneno ao poucos, foi rápido (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007). A substituição de insumos não possibilitou a adaptação do sistema como um todo, não incluindo os próprios agricultores nas novas práticas. Ao decidirem submeter seus cafezais à transição, os agricultores foram orientados a deixar de aplicar adubos e agrotóxicos nos solos empobrecidos, descobertos, desgastados e acostumados às aplicações de nutrientes sintéticos, para introduzirem a adubação verde e os adubos orgânicos, controles biológicos e caldas. A falta de habilidade com as novas técnicas, e a mudança abrupta de tratamento fez com que *o café ficasse sentido*. A expressão ilustra o descompasso entre o costume da lavoura em receber fertilização e a oferta do agricultor durante o processo. Ao substituir a aplicação de insumos químicos por adubação verde, por exemplo, a captura da mesma quantidade de nutriente acontece em tempo distinto.

A substituição de insumos também requereu recursos de investimento. De acordo com os agricultores: *nós compramos um pó de rocha que falavam que vinha de Israel. O coronel mandava vir humorgan de longe para pôr no café* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). Isso demonstra a falta de autonomia dos atores ao novo sistema de produção, e a não consideração dos princípios para a sustentabilidade de uma agricultura de base ecológica. Descapitalizados, os cafeicultores não investiram na substituição do pacote de insumos. O que houve foi uma adaptação das tecnologias da agricultura orgânica às condições e necessidades de cada agricultor. De certa forma, isto acentuou diferenças entre eles e também incitou o desestímulo com a experiência, já que houve uma queda de produção, que mesmo esperada, não foi suprida pela venda diferenciada.

5 UMA INTERPRETAÇÃO DO PROJETO CAFÉ DE LERROVILLE

Este capítulo tem o objetivo de examinar a relação entre os atores, as etapas e as incoerências da trajetória de transição para uma cafeicultura orgânica. Através de uma leitura do método de transição utilizado no Projeto Café de Lerroville busca-se compreender os elementos presentes no processo de mudança para uma cafeicultura de base ecológica e comparar as ações do método com o discurso e as percepções dos agricultores. Todavia, o início do capítulo resgata as características e os papéis das intervenções nos projetos de desenvolvimento rural, da perspectiva orientada ao ator. O capítulo está dividido em dois itens, e são eles: característica da intervenção, e transição prescrita: método e participação.

5.1 CARACTERÍSTICA DA INTERVENÇÃO

O plano modernizador da década de 1970 originou um conjunto de ações integradas que deu início ao desenvolvimento rural integrado firmado sobre as técnicas e as estruturas de difusão de conhecimento e tecnologia (MOREIRA; CARMO, 2004). No Brasil, os aparatos de pesquisa e extensão datam esse período e são os responsáveis pela consolidação da modernização da agricultura, uma vez que ações direcionadas ao desenvolvimento da agricultura foram sendo desenvolvidas e pensadas para agricultores, comunidades e territórios. Com a missão de levar o desenvolvimento rural, através da modernização tecnológica, surgiu a pesquisa e a extensão rural com ações diretas (algumas instituições foram citadas e seus papéis delineados no capítulo 3). É característico de projetos e políticas públicas prescrever e homogeneizar a diversidade cultural, os estilos de agricultura, as culturas locais e até mesmo os interesses sociais dos grupos.

Na perspectiva orientada ao ator, Long (2001) afirma que as ações de intervenção são parte de uma cadeia de eventos localizada dentro de uma estrutura mais ampla dos aparatos do Estado e das ações dos grupos operantes na sociedade civil. As intervenções para Long (2001) são conjuntos de atividades definidas no tempo e no espaço, que necessariamente envolvem interações entre a parte interventora e o grupo.

Segundo Deponti (2007:3), “[...] a intervenção nunca é um projeto com limites claros no tempo e no espaço como é definido pelo aparato institucional do Estado ou pela agência que a aplica.” A intervenção é um processo mais complicado, uma vez que envolve a reinterpretação ou mudança da política, ou projeto, durante o próprio processo de aplicação. Pode-se afirmar que a re-interpretação e mudança devem-se às características locais, culturais, interesses sociais dos grupos, etc.

Deponti (2007:3), ainda diz, que “[...] a intervenção é uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses diferentes, constituída por contínuos esforços sociais e políticos dos vários atores envolvidos não representando simplesmente um plano de ação já especificado e com resultados esperados.” As intervenções do modelo de desenvolvimento integrado, frequentemente, se resumem no plano de ação especificado e modelado. O projeto analisado é fruto de uma dessas intervenções prescritas que chegam às localidades com formas de encaminhar atividades pré-prontas, desconsiderando, principalmente, elementos sociais e culturais.

Long (2001) critica a intervenção que aplica pacotes e projetos desenhados do exterior para o interior. Estes projetos têm como objetivo estimular atividades internas e frequentemente reafirmam que os grupos precisam de habilidades e capacitações, que somente os agentes de desenvolvimento podem oferecer. Seria como condenar um grupo ao não desenvolvimento se não houver o auxílio de tais agências, que muitas vezes suplantam o conhecimento e as capacidades, verticalmente. A percepção sobre desenvolvimento rural, do modelo homogeneizador, dos agentes de desenvolvimento está baseada na lógica de maximização econômica segundo a modernização tecnológica que suprime a participação dos atores no processo de elaboração das ações, e o conhecimento local é tido como ultrapassado.

O método de transição do PCL, que será discutido no próximo item, mostra como as ações diretivas e pré-concebidas por um grupo coagem as participações dos agricultores dando brecha há falhas ingênuas e há equívocos perceptíveis em outras situações. Acontecimentos dessa natureza corroboram o que Long e Ploeg (1989) afirmam sobre a teoria estruturalista, uma vez que esta vista como um conjunto de forças que impulsionam e explicam os fenômenos se torna insuficiente quando na análise heterogênea. Se as intervenções passam pela esfera social e cultural dos grupos, e as ações interventoras estão planejadas segundo o modelo de desenvolvimento da estrutura estatal, é quase impossível contemplarem o conhecimento local e o potencial de

mudança das pessoas, por não ouvirem, e nem observarem os indivíduos e o grupo como um todo autônomo.

É freqüente o aparato de desenvolvimento, com suas vias de pesquisa, extensão e aplicação de tecnologia - através de projetos e políticas públicas - não ser suficiente em projetos de desenvolvimento rural. Talvez, por uma peculiaridade cartesiana, padronizada pelo caráter homogeneizador da visão dos agentes de desenvolvimento. Segundo Caporal e Costabeber (2000), setores homogêneos da sociedade sustentam o modelo de desenvolvimento agora rebatizado de “Revolução Verde-Verde”, porém a extensão rural em alguns pólos do país tem tomado como desafio o desconectar das amarras ecotecnocráticas propondo realizar uma “[...] missão que supõem objetivos e estratégias subordinadas aos ideais da sustentabilidade ambiental e equidade social.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000:12).

As metodologias participativas estão na base da missão e das estratégias de rompimento das amarras citadas pelos autores acima. As metodologias participativas são no conjunto de métodos e técnicas e dão acesso aos mundos de vida, denominado por Long (2001). Mundos de vida é um termo usado por Schutz, em 1962, para desenhar o vivido como dado pelo ator social. As metodologias participativas são ferramentas que auxiliam na construção social de alternativas locais, e soluções de problemas (VERDEJO, 2006).

A abordagem agroecológica e a perspectiva orientada ao ator convergem quando se referem ao desenvolvimento como um longo processo de experimentação e inovação só possível através da habilidade e conhecimento dos atores sociais para formar um meio ambiente de maneira a alcançar metas de crescimento econômico, equidade, distribuição de renda e liberdade política.

A seguir, o método de transição trará para o debate outros elementos acerca da intervenção que deixa de privilegiar a participação dos atores, possibilitando assim a continuação do exercício de aproximação da teoria que parte do ator como principal agente de mudança e da Agroecologia como complementares.

5.2 TRANSIÇÃO PRESCRITA: MÉTODO E PARTICIPAÇÃO

Da parceria entre os agentes de desenvolvimento rural do Paraná¹ surgiu do Grupo Especializado em Café Orgânico de Londrina – responsável por gestar o PCL. Optou-se em construir este capítulo através do método de transição utilizado pelo Grupo Especializado para a compreensão das divergências e incoerências que contribuíram para o declínio do projeto e da transição para uma cafeicultura de base ecológica.

A partir do entendimento do processo de transição prescrito pelo Grupo pode-se averiguar a participação dos agricultores, seu envolvimento na mudança de sistema de cultivo, suas dificuldades e aprendizado. Todas as ações serão destacadas abaixo juntamente com a percepção e interpretação dos agricultores sobre o processo de transição, na intenção de confirmar, negar, aprovar ou desaprovar o prescrito pela metodologia (FIG. 18).

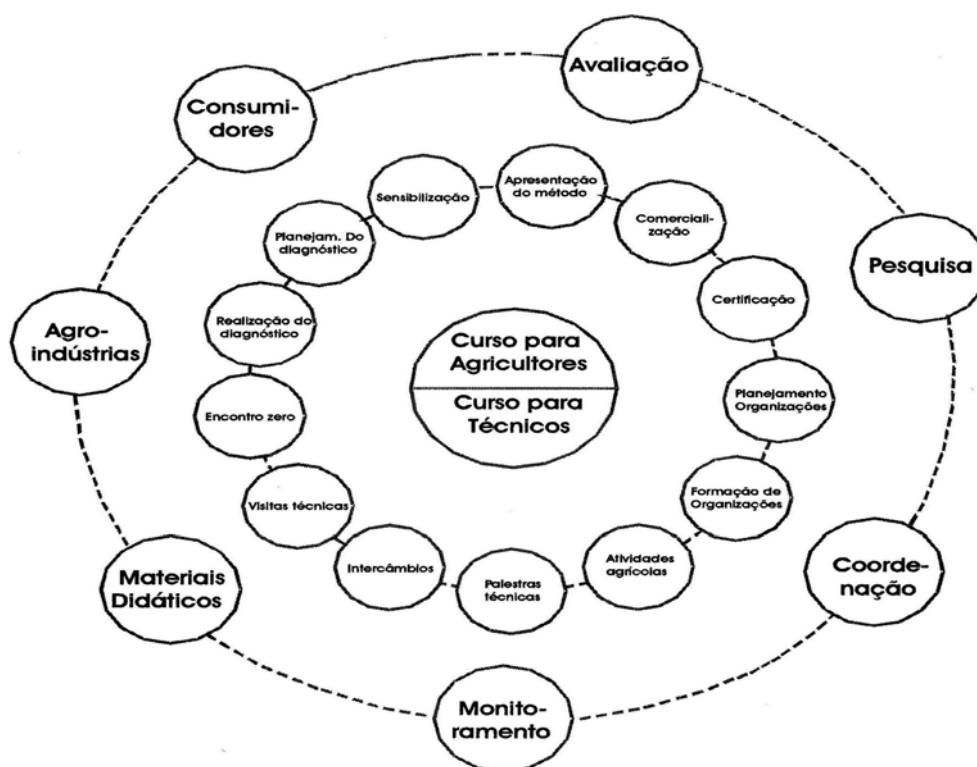
O objetivo do método era estabelecer, no período de três anos, uma linguagem comum entre os envolvidos no processo de transição. Contudo, a adequação da linguagem e a adaptação cultural e tecnológica requeriam um planejamento e uma demanda de tempo de preparação, articulação das atividades e principalmente formulação de uma consciência ecológica, e não deveria estar baseada em uma visão mercadológica do processo. Embora utópica esta afirmação - pois não se pode imaginar que os agricultores estarão dispostos a novas técnicas de manejo, sem garantir, no mínimo, a reprodução social da sua família - há possibilidades de formar consciências que busquem uma agricultura que agrida menos o meio ambiente, e que tenha como princípio a segurança alimentar humana e animal.

Como um dos objetivos da transição era produzir café orgânico para exportar para a França foi iniciada, rapidamente, a mudança do sistema convencional para orgânico, sem o cuidado de avaliar que a transição trata-se de um processo delicado que envolve elementos culturais, sociais, econômicos e ambientais. Segundo Costabeber (1998), é necessária a compreensão das complexas redes de relações e interações estabelecidas entre os atores e o meio ambiente num processo de mudança de sistema de cultivo, pois a transição trata-se de um esquema cauteloso de modificação de práticas, e

¹ Os atores – agricultores e agentes de desenvolvimento - e seus papéis foram citados no capítulo 4. Contudo, é importante ressaltar que os interventores da transição para uma agricultura orgânica em Lerroville foram: EMATER-PR, ligada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento; IAPAR; Câmara de Comércio Justo (através de uma representante), Prefeitura de Londrina, consultor em agricultura orgânica e universidade.

não deve ser uma fórmula aplicável em localidades como um receituário, um modelo. A construção social da transição, através das condições e características locais, é de fundamental importância para uma transição agroecológica, que por sua vez se distancia da transição orgânica e não se resume a substituição de insumos, tendo como princípio elementar a sustentabilidade dos agroecossistemas.

Cada um dos círculos da mandala, abaixo, é uma atividade e possui objetivos para promoção, no conjunto das ações, do desenvolvimento sustentável através da agricultura orgânica. No capítulo 2, quando discutidas as perspectivas do desenvolvimento, delimitam-se as abordagens e modelos de desenvolvimento. A agricultura orgânica mostra-se mais envolvida com uma perspectiva de desenvolvimento que privilegia a lógica atual de mercado, e a substituição de insumos. Ou seja, a agricultura orgânica tem uma forte tendência de incorporar a lógica da agricultura convencional.



Diagramação: Antonio Carlos Picinatto
 Edição eletrônica: Lazair Antonio Santana

INSTITUTO MAYTENUS PARA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL - CNPJ 04.401.102/0001-70
 Rua Pedro Rosseto, 257 - Fone: (45) 9976-6800 - 9974-5435 - Fone/Fax: (45) 278-7280 - Jd. Concorórdia - CEP 85906-640
 e-mail: maytenus@uol.com.br - TOLEDO - PARANÁ - BRASIL

FIGURA 18 – Diagrama do método mandala.
 Fonte: PICINATTO; KREZMANN; PORSCH P, 2002:9.

5.2.1 Apresentação do método

O Instituto Maytenus possui um programa de desenvolvimento para agricultura orgânica em parceria com o SEBRAE-PR, por isso, frequentemente, a apresentação do método e a sensibilização dos agricultores e parceiros seriam atividades desenvolvidas pelo coordenador regional do SEBRAE, e pelo consultor em agricultura orgânica do instituto. A exposição e a explicação sobre como seria desenvolvida a agricultura orgânica na comunidade ou município seriam as ações básicas de interação, para despertar o interesse de agricultores e parceiros. Nesta etapa, seriam apresentados os efeitos maléficos dos agrotóxicos, tanto ao meio ambiente quanto ao solo, a água e a saúde humana, e também os procedimentos técnicos para a agricultura orgânica, suas vantagens econômicas e sociais.

Segundo os agricultores entrevistados, as reuniões aconteceram aos sábados na *tulha* do *Seu Pedro Emiliano*, ao lado do sítio do *Coronel*, na Laranja Azeda, e tinham como objetivos formar os agricultores em um curso de agricultura orgânica, e sanar as dúvidas sobre a transição do cafezal. Os discursos dos agentes de desenvolvimento realçaram os melhores preços e a possibilidade de exportar café para a França, dizem os agricultores. Esses elementos soaram como alternativa de melhoria das condições de vida dos agricultores. Nas entrevistas, 90% dos agricultores atribuíram seu interesse pela transição ao aumento do preço do café orgânico em relação ao café convencional, como vimos em alguns trechos no capítulo anterior.

A intenção inicial de inserir as associações na rede de comércio justo foi transfigurada para um projeto de transição, com prazos e datas, previamente definidos, valendo-se do apelo econômico, basicamente. A transição agroecológica, diferentemente, trata-se de um processo lento e gradual. Alguns estudiosos referem-se á aspectos mais técnicos, quando tratam da transição agroecologia, e outros de aspectos mais sociais e culturais. Contudo, todos concordam que visar o nicho de mercado e substituir os insumos químicos por orgânicos não garante a sustentação do sistema de base ecológica.

5.2.2 Planejamento e diagnóstico

O *planejamento e a realização do diagnóstico* seria o momento de reunir as instituições parceiras e definir a comunidade, ou as propriedades rurais, que seriam diagnosticadas para o início das atividades. Seria o momento de conhecer as lideranças comunitárias locais e levantar informações para o planejamento do processo de transição. As decisões seriam tomadas em grupo e os agricultores que participaram do diagnóstico seriam convidados a participar das demais etapas. Teoricamente, o diagnóstico consiste em avaliar o potencial das propriedades rurais, avaliando qualidade do produto, produção, possibilidades de melhorias e interesse dos agricultores em mudar de sistema de cultivo.

Em Lerroville foram levantados dados sobre a comunidade e foi feita uma lista dos agricultores interessados na transição dos cafezais. Neste momento da metodologia os dados econômicos, sociais e culturais deveriam ter sido detalhados para a composição do diagnóstico sobre a comunidade. Contudo, a rapidez com que o projeto se iniciou negligenciou a elaboração do conjunto dos dados.

As atividades do curso de formação em agricultura orgânica, as discussões sobre o comércio justo e as iniciativas para a construção do barracão começaram ao mesmo tempo, sem a possibilidade de amadurecimento das idéias do Grupo como um todo. O café é o cultivo determinante da economia das famílias da região, e em hipótese alguma a reprodução social e econômica familiar poderia ter sido colocada em risco. O consultor em agricultura orgânica, responsável pelo projeto, fez menção, durante a entrevista, ao quão incompleto foi este diagnóstico. Na visão dele: *ouve uma má avaliação, da parte de todos, principalmente, do quanto à ferrugem iria castigar* (Entrevista XXI, Técnico, 2007).

Além da não verificação sobre as variedades de café e o tempo de vida deste, deixou-se de verificar a importância do uso das entrelinhas para o plantio de alimentos para a família e para os animais. Assim, como não se verificou a tênue rivalidade entre os bairros, as possíveis dificuldades com as novas técnicas de manejo e a relativa falta de recursos dos agricultores para a substituição de insumos. Percebe-se a relevância dos aspectos técnicos da transição nas justificativas e nas explicações sobre o final da transição, por da parte dos técnicos e dos agricultores. Contudo, aspectos sociais e culturais também contribuiriam para a desistência dos agricultores.

5.2.3 Encontro zero

Este encontro teria o objetivo de reunir os agricultores para o início do curso em agricultura orgânica ministrado pelos técnicos locais e pelo consultor em agricultura orgânica. Regular a cada quinze dias, o curso desenvolveria assuntos determinados e gradativamente demonstraria as tecnologias em agricultura orgânica. Ele prepararia os agricultores para fazerem seus planos de conversão, de modo interativo com os técnicos locais.

O encontro de número zero reuniu 36 agricultores, dos 47 pertencentes às duas associações, e deu início às atividades de transição e a organização da cooperativa. Segundo os agricultores, o curso se tornou repetitivo e passou a consumir grande parte do tempo, disponível em outras épocas para o descanso e o lazer. Segundo um agricultor:

Nós fomos em muitas reuniões (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). Fazíamos reunião todos os sábados, e falava sempre a mesma coisa. Nós já não agüentava mais. Não podia fazer outra coisa [...] teve uma vez que ele quis fazer até alongamento antes de começar a reunião. [...] outra vez o consultor apareceu aqui numa Sexta-Feira Santa. Vê se pode! Somos todos católicos (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007). [...] começaram a exigir demais da gente; às vezes tínhamos reunião duas vezes por semana, aí num dá! Ninguém larga o sítio tantas vezes por semana (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

O conflito entre a lógica do agricultor e a lógica dos técnicos acerca do tempo e do número de atividades pôde causar uma indisposição da parte do agricultor. A lógica de vida e reprodução social do sitiante, citada por Antonio Candido, é diferente da lógica de vida moderna e do ritmo da própria extensão rural. Para Roberto DaMatta (1979) por exemplo, o tempo é regido pelo número de tarefas realizadas. Dessa maneira, o agricultor imerso no ritmo de atividades diárias e semanais de trabalho - onde ele faz seu tempo e dita suas regras - busca no sábado e no domingo a manutenção de sua vida social. A interferência ou a intersecção das atividades, de certa forma, pôs em risco ou ameaçou essa lógica.

A sutil indisposição em participar das reuniões semanais leva a entender que o sábado é o dia de parar mais cedo o trabalho e fazer compras na cidade. Assim, como o domingo é dia de descansar, ver os filhos e os amigos, ir ao campo de futebol,

etc. Apesar de destacarem também, nas entrevistas, o quão importante foi buscar informações e aprender coisas novas, não eram todos os sábados que os agricultores estavam dispostos e disponíveis para reuniões. Uma prévia avaliação dos costumes locais e das atividades “pós-horário” de trabalho no campo, faz parte de um diagnóstico cuidadoso, ou ao menos de um diálogo entre participantes de um projeto de desenvolvimento.

Segundo um agricultor, a transição foi abrupta, não houve uma preparação da planta para a conversão, com substituições paulatinas e regulares. A intervenção, neste caso, direcionou e impôs o ritmo das atividades. Os trechos abaixo são frases dos agricultores sobre a mudança abrupta de sistema de cultivo e explicam como eles interpretam o processo:

Para transformar uma propriedade em orgânica tem que ser aos poucos. Saí do orgânico, e no outro ano colhi 300 sacos, e meu irmão que ficou, colheu 40. Ai ele saiu também. Não dá para viver assim (Entrevista XI, Limeira, 2007).

O que fez não dar certo foi fazer o orgânico num tapa, rápido demais. Essas coisas têm que ser aos poucos. Tinha que ser mais conversado. E aos pedaços, não o sítio inteiro. Comprometeu tudo, e a vida de todos nós (Entrevista XI, Limeira, 2007).

Os agricultores fizeram diversas comparações para exemplificar a maneira como se iniciou a transição. Vale o destaque de algumas metáforas para compreender o significado, para eles, da substituição de um sistema por outro:

A dificuldade do orgânico foi na adubação. O nosso café é acostumado com a comida no pé. É como uma criança que está acostumada com leite e começa a beber água, ela vai enfraquecer muito (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

O vizinho brigou com ele (consultor) por achar que não pode entrar de uma vez no orgânico, a planta tá acostumada com o adubo, e se tirar ela sente mesmo. Fica sem comer pra ver se você não cai. E a planta é assim também (Entrevista X, Limeira, 2007).

Pra mim precisava, ao menos, um adubo químico! Mas ele (consultor) dizia que não. É a mesma coisa de uma criança que está acostumada a beber leite, e de uma hora pra outra deixar ela só com chá (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

Nosso café aqui tem 46 anos, foi plantado em 1961, antes do fogo; aqui queimou esse café. É muito velho para essas coisas. É como pegar um velho, que toma viagra, e fazer ele tomar chazinho, me perdoe e exemplo escandaloso (Entrevista XI, Limeira, 2007).

Após a lista de metáforas das impressões sobre o início da transição, o leitor pode-se perguntar: se eles desconfiavam do insucesso do método porque continuaram a seguir as coordenadas dos técnicos? Se se considera que projetos de desenvolvimento e a introdução de tecnologias modernas no campo são legitimados e aceitos pelos agricultores através de suas representações sociais acerca do moderno e do tradicional, do produtivo e do improdutivo, do eficaz e do ineficaz, da ciência e senso comum, compreende-se que os agricultores depositaram confiança no projeto de transição por confiar nas instituições presentes². Uma lógica de valorização e legitimação do conhecimento “verdadeiro” foi constituída e domina as mentes e as escolhas das pessoas. O próprio discurso da modernização tecnológica, fruto do desenvolvimento rural de base exógena, incutiu nos agricultores uma visão de modernidade que eles assumiram como a “correta”.

É importante ressaltar que a modernização da agricultura é fruto do processo de política de Estado. Foi uma necessidade criada e estimulada para atender, de certa forma, uma demanda, mas sem soma de dúvidas para atrair capital externo e gerar desenvolvimento agrícola no país. Ela foi direcionada ao latifúndio e a produção em larga escala, e esta ligada a vertente do desenvolvimento que integra a economia de mercado.

5.2.4 Visitas e palestras

As visitas e as *palestras técnicas* somadas *aos intercâmbios* de agricultores compõem outro momento: “[...] seria um apoio para aqueles agricultores que já estão convictos de que tornarão a propriedade 100% orgânica, e que o ambiente é propenso para que ocorra a conversão.” (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:18). As visitas seriam feitas pelo consultor em agricultura orgânica, e não podem

² Para Lia Albuquerque (2005), estudiosa da teoria do habitus, as representações são via de acesso ao esquema do habitus e são acesso à interiorização e exteriorização das estruturas do mundo social. Assim, a cultura dominante de uma sociedade, sendo fruto da cultura da classe dominante, não perpassa apenas os campos da estética, da moda, da arte, da literatura, da alimentação, dos relacionamentos, etc., mas também incentiva as decisões e as escolhas no âmbito profissional e as decisões políticas. Para Bourdieu (2001), o efeito ideológico produz, separa e legitima uma definição de mundo segundo o interesse da classe dominante.

ser confundidas com assistência técnica, pois seriam na verdade consultorias para as propriedades em conversão, um tipo de validação do processo.

Os intercâmbios seriam visitas realizadas pelo grupo de agricultores às propriedades que já praticam a agricultura orgânica. “[...] será importante que ocorram no mínimo cinco intercâmbios, o primeiro direcionado para as tecnologias de produção, o segundo para as tecnologias de transformação e o terceiro para entender as estratégias de comercialização do mercado local e a logística de exportação de produtos.” (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:20). As palestras técnicas seriam referentes aos assuntos específicos: café orgânico, soja orgânica, uva orgânica, leite, etc.

Para os agricultores visitas e palestras freqüentes trouxeram informações importantes. Segundo entrevista, durante o curso de formação em agricultura orgânica, os agricultores visitaram algumas propriedades de café orgânico, para conhecer as atividades e conversar com os outros produtores. Os agricultores visitaram produtores de café orgânico em Machado – Minas Gerais, e em Jesuíta, oeste do Estado do Paraná. No entanto, diz um agricultor: *tenho a impressão que só mostraram as coisas boas pra gente* (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007). *Fomos fazer várias visitas, em propriedades orgânicas, aí tomei o maior susto! O café tava no puro mato, mais esse produtor tinha uma diversidade de coisas que geravam lucro na propriedade* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

Quando o agricultor se refere que *só mostram as coisas boas pra gente*, ele destaca que nas visitas as propriedades orgânicas o mostrado mascarava a realidade. Atitude só entendida quando passou a se reproduzir nas propriedades em Lerroville. Em uma entrevista, um agricultor cita sua indignação com o consultor por este lhe pedir que mostrasse a melhor área de seu café durante a visita de um grupo de pessoas. *O Consultor queria mostrar só as partes mais bonitas aqui na nossa roça, quando outras pessoas vinham ver. E eu falei que não [...] que era pra mostrar tudo* (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

5.2.5 Atividade agrícola

Nesta fase, os agricultores juntamente com os técnicos optam pelo cultivo a ser desenvolvido ou potencializado. “Será uma ação estratégica para o

surgimento ou otimização da atividade agrícola no padrão orgânico, visando a sua consolidação pela produção, transformação e comercialização.” (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:22).

Os agricultores optaram pela potencialização do cultivo de café, porque todas as propriedades familiares têm no café sua base econômica. Embora algumas propriedades tenham outra fonte de renda, que não o café, é mínimo o número de famílias que se dedicam à diversificação agrícola.

5.2.6 Formação de organizações e planejamento

Segundo o método, o grupo de agricultores que participaram do curso tenderia a se oficializar numa pessoa jurídica, momento da *formação de organizações e planejamentos*. Surgiria uma associação ou uma cooperativa que iria se adequar às exigências das normativas e diretrizes da certificadora. A assessoria seria organizada pelo consultor em agricultura orgânica e pelos parceiros em geral.

O grupo de agricultores irá sentindo a necessidade de se organizar para superar alguns obstáculos que serão comuns aos vários participantes que estarão em fase de conversão, como por exemplo, a necessidade de assistência técnica, compra de insumos, certificação e reconhecimento da sua formação em Agricultura Orgânica. Comercialização dos produtos e busca de informações, culminando na oficialização da organização (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:24).

A assessoria aos agricultores seria dada pelo Grupo Especializado, e consistiria em auxiliar: “[...] o exercício das funções do conselho de ética, diretor técnico, comercial, de comunicação e presidente teriam que ser estimuladas até serem internalizadas pelos associados.” (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:26). Na prática, essas idéias tomam outra forma, até mesmo porque nesse tipo de trabalho a integração e adaptação com a comunidade devem estar de acordo com a realidade local. A valorização do conhecimento e da localidade são formas de respeito aos processos sociais e as interações entre os indivíduos, e devem ser tomados como base dos projetos de desenvolvimento. A metodologia participativa nada mais é que a construção em grupo, e o debate em torno da melhor maneira de realizar uma atividade coletiva.

A cooperativa COASOL - fruto da necessidade burocrática - surgiu nesta etapa do método de transição, e não foi desejada pelos agricultores. A construção do barracão para a minitorrefadora passou a ser o símbolo da cooperativa. Para os agricultores, a cooperativa só estaria pronta quando o barracão estivesse terminado e com todas as máquinas de processamento funcionando.

O recurso para a construção do barracão, ou seja, para a construção da cooperativa foi investido em uma empresa construtora que não terminou a obra, alegando falência. A comunidade já não se sentia cooperativa e o princípio de cooperação fazia pouco sentido no grupo. Depois deste episódio a descrença no PCL, como um todo, tomou conta das comunidades. Essas afirmações somente são possíveis quando tomado por base falas dos agricultores, e o conjunto da história contada por eles. Claro que se trata de uma interpretação, das muitas possíveis para o caso, mas os trechos abaixo corroboram o que vem sendo afirmado:

A cooperativa? Você viu lá! Ta parada daquele jeito, sem terminar (Entrevista, XXI, Limeira, 2007).

Aí teve que virar uma empresa, e fomos discutir o que era cooperativismo com o pessoal. E vinha um pessoal da EMATER para fazer oficina (Entrevista III, Laranja Azeda, 2007).

Começamos com o comércio justo, depois veio o orgânico e a cooperativa. A cooperativa ainda existe, às vezes nos reunimos. O difícil foi não ter acabado o barracão da cooperativa (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

O dinheiro do barracão pegaram e sumiram com ele. O pior é que pode complicar os produtores. Porque na hora que saiu o dinheiro ninguém veio fazer reunião pra ver se podia dar para essa construtora, pelo contrário nem ficamos sabendo. Eu quero só ver se vier problemas pra nós (Entrevista XXIV, Limeira, 2007).

Como o barracão da minitorrefadora não foi terminado, na percepção dos agricultores a cooperativa *não deu certo*. A minitorrefadora era mais que a concretização e forma de autonomia no processamento do café, ela é símbolo e expectativa de melhores preços. Na estrutura inacabada da FIG. 7c, do capítulo 3, está selada a esperança, e um período difícil de espera e adaptação do sistema de cultivo orgânico.

5.2.7 Agroindústria, certificação e comercialização

O método destaca, como ação importante, a mobilização das *agroindústrias* para agregação de valor. Através de articulações, os gestores de agroindústrias, os empreendedores e os sócios da organização de agricultores que desejassem transformar a matéria-prima, por intermédio de projetos, e do consultor em agricultura orgânica, poderiam se reunir e discutir maneiras de se vincular a cooperativa, para o processamento de produtos (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:32).

O objetivo principal da assessoria às agroindústrias será promover a agregação de valor aos produtos orgânicos, e também dar mais tempo de vida útil aos produtos perecíveis. Também é importante considerar a geração de postos de trabalho no campo, revitalizando as comunidades rurais e dando perspectivas aos jovens (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:32).

O Grupo Especializado optou por auxiliar a formação da cooperativa e junto dela uma minitorrefadora para processar o café, e não contratar o serviço de uma agroindústria. Segundo o coordenador da cooperativa, em 2004, a EMATER-PR encaminhou um projeto para o projeto Paraná 12 Meses orçado em R\$ 370.000,00, para construção do barracão, de 600 m², na Laranja Azeda, onde deveriam ser instalados equipamentos de beneficiamento, torrefação, moagem e empacotamento do café.

Também pelo Paraná 12 Meses foram adquiridas máquinas de beneficiamento e de selecionar os grãos por peso, que, ainda hoje, estão no Iapar, e/ou com os fabricantes. Para *Seu Fábio dos Anjos: se a cooperativa possuir seu próprio espaço de transformação do café, agregaria valor ao produto e criaria empregos para as mulheres e jovens da comunidade.*

Segundo o método, a *certificação e a comercialização* seriam organizadas pelos assessores ou pelo Grupo Especializado, no caso do PCL, assim como a orientação quanto aos procedimentos necessários para requerer e receber a certificação do produto.

Esta assessoria implica em orientação para preenchimento de cadastros de requerimento, avaliação dos planos de conversão, esclarecimento quanto às normas da certificadora escolhida, orientação para o encaminhamento dos cadastros à certificadora, apresentação da organização de agricultores à certificadora, estruturação do sistema de controle interno da organização, acionamento da inspeção da certificadora e acompanhamento aos inspetores nas propriedades que serão inspecionadas (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:28).

O papel da assessoria corrobora a crítica da teoria orientada ao ator para as teorias estruturalistas. O engessamento da ação dos atores por parte dos agentes de intervenção reproduz o modelo de extensão rural difusor de tecnologias e pacotes organizados. O quadro vem sendo alterado aos poucos, como ressaltado por Caporal e Costabeber sobre a extensão rural. Esses autores destacam as mudanças ocorridas na extensão rural pública do Rio Grande do Sul, mas paralela a este desafio da extensão rural citada por eles, outros pólos no país estão assumindo este desafio, e encarando a extensão como ferramenta de uma nova missão de desenvolvimento.

A certificação por parte das instituições confirma a dependência dos agricultores à lógica de compra de serviços externos, típico da agricultura convencional. O Grupo Especializado, enquanto assessoria teria o papel de contribuir para as estratégias de mercado, seja para venda em feiras, entregas de cestas para consumidores organizados, alimentação escolar, empresas comercializadoras e ongs. A organização dos consumidores é uma das atividades propostas pelo método, e os agricultores, as instituições parceiras e o consultor em agricultura orgânica deveriam se reunir com líderes da sociedade civil em geral para divulgar os produtos. O objetivo do encontro seria desenvolver ações para conscientizar o consumidor, mostrando a importância de adquirir produtos saudáveis, tanto para a saúde humana e animal, quanto para meio ambiente e agricultura familiar.

As certificações dos produtos ecológicos, no geral, necessitam de investimentos, e geralmente são demoradas e trabalhosas. No Brasil, a certificação do Instituto Biodinâmico é uma das mais conhecidas, embora existam outras certificadoras e, mais recentemente a certificação participativa vem ganhando espaço por possuir outra lógica de certificação. As avaliações na certificação participativa são feitas através de uma rede de atores que estão envolvidos com a agricultura de base ecológica, fugindo da lógica da compra de serviços. No entanto, é fundamental a articulação de uma rede de pessoas para tal finalidade, e esse processo tem sido bem sucedido no sul do país, mais especificamente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, embora ainda não presente no Norte do Estado.

Vale ressaltar, que no Estado do Paraná as certificações institucionalizadas para produtos orgânicos estão cada vez mais comuns. Segundo Hamerschmidt - coordenador da Agricultura Orgânica na EMATER-PR - o Paraná vem desencadeando ações na área de agricultura orgânica desde 1982, e atualmente encontra-se em franca expansão possuindo 4.138 produtores orgânicos, cuja média de exploração

é de 3,0 hectares por família. A área total de produtos orgânicos plantada na safra 2004/05 foi de 11.330 hectares e atingiu 75.900 toneladas, cujos principais produtos são a soja e o açúcar mascavo. Respectivamente, 98% e 50% da produção são exportadas para Europa, Ásia e Estados Unidos. Hortaliças, frutas, milho, feijão, café, plantas medicinais, arroz, mandioca e trigo visam o comércio interno e são de circulação local (HAMERSCHMIDT, 2006)³.

Segundo estimativas, a área certificada no Brasil com produção orgânica está próxima de 100 mil hectares e os dados mais recentes apontam que o crescimento do mercado orgânico, que vinha aumentando desde o início da década de 1990, cerca de 10% ao ano, chegou próximo a 50%, em 2000. Crescimento superior ao de países da União Européia e dos Estados Unidos, onde o mercado cresce de 20% a 30% ao ano. O Estado do Paraná é atualmente o que possui maior número de produtores orgânicos certificados, representando a metade dos produtores certificados no país. As safras 1999 e 2000, segundo os dados do Instituto Biodinâmico (IBD), Cooperativa Coolmeia, etc., mostraram que no Paraná existem 2.400 produtores orgânicos certificados, seguido do Estado do Rio Grande do Sul e São Paulo com 800 produtores respectivamente (DAROLT, 2000).

No entanto, os entraves para a liberação do selo certificador são tantos que inviabilizam ações de base ecológica em muitos casos. A certificação que a COASOL necessitava para exportação do café orgânico referia-se a dois tipos de selo, um referente ao comércio justo e outro de produto orgânico. O selo do IBD foi pedido através da cooperativa, e por se tratar de uma cooperativa o valor foi reduzido. Embora reduzido o custo da certificação, a COASOL não dispunha do recurso para certificar seu café. A rede de comércio justo solidário, através de articulação da representante da CCJ, emprestou recursos para a certificação, viabilizados depois dos primeiros agricultores começarem a abandonar o processo de transição.

Os entraves para a aquisição do selo estão ligados, primeiramente, ao tempo estipulado pelas certificadoras para transição, no caso de culturas permanentes, e pelo encargo das visitas técnicas especializadas, que apenas os membros das certificadoras podem fazer. Trata-se de uma certificação cara, que se propaga em tempos de discurso da sustentabilidade, especulando e se tornando um próprio nicho de mercado.

³ Ver Anexo E: pólo de produtos orgânicos no Paraná.

5.2.8 Avaliação dos agricultores

A *avaliação* seria a “[...] reunião dos parceiros para avaliar as ações e os objetivos, partindo do pressuposto de que se estiverem alcançando os objetivos, também seriam alcançados os resultados esperados após os três anos de transição e projeto.” (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCHE, 2002:37). O objetivo seria garantir que as ações aconteçam com qualidade, e que cada uma das organizações parceiras de fato contribuísse com suas funções.

Optou-se, nesta fase do método, por continuar dando voz às interpretações dos agricultores e avaliar, segundo eles, como se desenvolveu o Projeto Café de Lerroville. As impressões dos agricultores sobre as atividades foram muitas. Alguns trechos, contendo as resistências e o aprendizado dos agricultores, foram destacados, e estes trechos referem-se: a) manejo de plantas invasoras e controle biológico, b) variedades produtivas e observação da terra, c) adubação verde e qualidade do café, d) produtividade, e) participação dos agricultores, e autonomia durante o processo de transição e compra de insumos. Os itens a seguir são interpretações da avaliação dos agricultores sobre a metodologia de transição para uma cafeicultura orgânica.

a) Plantas invasoras e controle biológico

Segundo os agricultores as práticas tradicionais e as novas técnicas do sistema orgânico entraram em atrito e causaram certa ansiedade. A falta de costume com a nova paisagem, agora contemplada pelo manejo das plantas invasoras, causou antipatia por parte de alguns:

No manejo a pior coisa foi ter que deixar o café no mato. Nunca na história se ouviu falar que dá café no mato. Nós não estamos acostumados com a roçada. O que de início parece vantajoso, passa a ser oneroso pela nossa falta de prática mesmo. Era preciso acostumar com as técnicas. Elas não foram discutidas em grupo, afinal de contas todos estavam passando pelas mesmas dificuldades (Entrevista XIV, Limeira, 2007).

A aquisição de insumos orgânicos para fertilização também foi obstáculo para os agricultores. Em Londrina apenas uma loja disponibiliza esse tipo de

produto com preços altos. No trecho abaixo, pode-se verificar como foram feitas algumas das compras:

Tinha um pó de rocha que compramos, e veio de Israel, dava o maior trabalho pra esse composto chegar aqui, demorava muito. Sem contar que não podia por adubo, era só o adubo verde. Eu tinha no orgânico mais de 20 mil pés de café (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

Uma agricultura sustentável tem como princípio a otimização dos insumos e dos instrumentos do agroecossistema, e uma demanda mínima de insumos externos (GLIESSMAN, 2000). A transição agroecológica privilegia, além da utilização dos recursos da localidade, a valorização do comércio local. O dispêndio com a compra do pó de rocha, por ser um insumo externo, e os gastos com frete, etc., não se justificam por se tratar de um processo de transição para uma agricultura de base ecológica.

Para aplicação de caldas e melados os agricultores foram orientados a usar pulverizadores (máquinas costais). Contudo, os pulverizadores que eles possuíam não serviam para a atividade por terem sido usados com agrotóxicos, anteriormente. Assim, houve a necessidade da compra de outras máquinas. Embora a compra tenha sido feita e os pulverizadores tenham sido usados apenas para tal atividade, a garantia do sucesso da atividade dependia de outros fatores, como: o controle das doenças e dos insetos, manutenção acessível do equipamento e retorno do dinheiro investido.

Pra passar a calda bordalesa não podia ser a bomba costal que eu vinha usando, daí comprei bombas novas, uma bomba específica para orgânico que acabou estragando e não tem peças para repor. Resultado: estão paradas aí! E eu gastei 300 reais (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

No controle de insetos e doenças, a tecnologia indicada não deixou o agricultor satisfeito. Talvez por estarem acostumados a um tipo de resultado rápido e eficaz, e não disponibilizarem de capital para o investimento diferenciado que a nova tecnologia, da maneira como foi colocada, exigia.

A broca, no orgânico, não dá para controlar. Pode ser que dê certo numa terra equilibrada. Um cara do IAPAR falou, bem depois, que a armadilha não é para acabar pra praga, mas pra saber o quanto de praga tem. O Consultor deu uma tabelinha pra gente controlar o numero de mosca que caía na armadilha por dia. O neem também não resolve, eu não usei, mas acho que não resolve. O neem, comparado com o veneno é mais caro. O veneno contra a broca custa 15 reais, e o óleo de neem 60 reais, e se chove ele vai embora, o veneno não, ele fica mais tempo (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

A percepção dos agricultores sobre as técnicas de controle biológico está ligada a lógica de controle da natureza, típica da modernização da agricultura.

No veneno pra ferrugem paguei 150 reais. No orgânico eu beneficieei 38 sacos de café e era acostumado a produzir de 200 a 250. Ai não compensa pagar caro num produto que não funciona (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Meu pai cuida muito do café. Ele coloca adubo de acordo. Ele sempre foi arrendatário. Depois ele comprou 2 alqueires, e o sítio dele é um sítio modelo (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

A troca de insumos externos químicos por insumos externos orgânicos incorpora o padrão convencional da agricultura e mantém os agricultores na mesma relação de dependência. Em Lerroville, grande parte das propriedades familiares são faixas de terras completas de café, e sem animais. Ora, a possibilidade de potencialização dos insumos da propriedade para fertilização dos cafezais mostrava-se inexistente. Contudo, uma transição lenta e gradual possibilitaria a busca de alternativas locais para esse impasse. Uma mudança de sistema de cultivo (mesmo orgânico) baseada na substituição de insumos externos à propriedade, dificilmente seria promissora.

Segundo Caporal e Costabeber:

A atual dependência do setor agrícola por máquinas, equipamentos e insumos, intensivos em capital e energia se faz sentir não somente naqueles setores já modernizados, mas também nas unidades familiares de produção. Continuar a difusão desse modelo, que privilegia o uso de recursos naturais não renováveis especialmente o petróleo, e que desemprega a crescente força de trabalho do meio rural, é de fato pouco promissor (CAPORAL; COSTABEBER, 2000:14).

Os agricultores a todo o momento comparam o modo de conduzir a propriedade, antes e depois da transição, na busca por mostrar que mesmo *sem tanto conhecimento das coisas* - como depois da transição - eles conseguiam controlar a economia da família e manter os filhos próximos de casa. Em suma, o modo de conduzir e administrar a propriedade convencional colocava o alimento na mesa, e não os deixava com dívidas.

Meu pai nunca quis entrar no orgânico. Ele sabia que não ia dar certo. E ficou muito bravo com a gente. Na época do orgânico nós pensamos em ir para a cidade. Não dava para nos sustentar aqui. Hoje está voltando a melhorar. Produzimos convencional mesmo. Meu pai em 2 alqueires colhe 500 sacos de café (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Algumas afirmações nas entrevistas apontam desrespeito - por parte dos técnicos - aos seus estilos de agricultura e modo de vida. Outros ainda buscam dizer que *certo, ou mais correto*, foram aqueles que *não entraram no orgânico*.

b) Variedades produtivas e observação da terra

As variedades produtivas dos cafezais, por impedir uma melhor resposta às tecnologias de controle de insetos, doenças e fertilização, também influenciaram a transição. Segundo um agricultor, a não avaliação por parte do Grupo Especializado comprometeu a transição e a vida dos agricultores:

Nunca nos avisaram sobre as variedades, soubemos só depois quando já era tarde. Para você ter uma idéia, quando vimos que o café estava morrendo resolvemos adensar, e plantar mais café no meio do café velho, estávamos esperando o velho morrer, e garantindo uma nova roça. Olha em que grau chegamos! Estávamos cientes que nosso café velho poderia morrer, e por isso íamos garantir as próximas safras. Por aí você vê o nosso entusiasmo com o orgânico (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Nesta passagem da entrevista, a alternativa local para sanar os efeitos negativos da falta de informação sobre os riscos que trazem variedades não resistentes foi o plantio adensado de novas mudas de café. O adensamento, plantio próximo de mudas, garantiria, segundo o agricultor, o processo de transição e renda familiar.

Chegamos a passar necessidade aqui em casa, na época do orgânico. Ele (marido) teve que ir trabalhar de peão pra entrar algum dinheirinho (Entrevista XXV, Laranja Azeda, 2007).

A queda da produção, no segundo e no terceiro ano da transição, desestruturou o orçamento de muitas famílias, e atitudes emergenciais foram tomadas, como citado na entrevista. Na mesma época em que os agricultores se envolveram no PCL, e nas atividades de transição, alternativas diferenciadas de renda surgiram para a comunidade, visando, principalmente, dar autonomia financeira as mulheres e permitir a contribuição dela no orçamento da família, sem auxiliar o marido no trabalho no campo. Diversos projetos chegaram a Laranja Azeda e a Limeira através da extensão rural. As reuniões com as mulheres também aconteciam na *tulha* do *Seu* Pedro Emiliano.

A junção das mulheres dos bairros também foi conflituosa, por elas compartilharem de interesses, imagens, representações e parentesco diferenciados. Optou-se por separar em dois: o grupo das mulheres da Limeira, e o grupo das mulheres da Laranja Azeda. Na Limeira optou-se por uma mini-fábrica de doces e conservas. O projeto ficou no papel. Na Laranja Azeda, as mulheres optaram por artesanato. A intenção era bordar, fazer crochê e costurar para algum tipo de loja ou distribuidora. As

peessoas que se propuseram a ajudar (elas não sabem dizer quem são) simplesmente deixaram de ir às reuniões sem dar satisfação.

Contudo, outros projetos apareceram na comunidade, inclusive de grupo ligado a Universidade Estadual de Londrina, de caráter interdisciplinar, ligado ao centro de ciências biológicas e ao centro de ciências sociais aplicadas, cujos estagiários pertenciam ao curso de psicologia e serviço social. Nesse momento as opções se inverteram, e foi na Limeira que o artesanato começou a ser produzido e vendido para os bairros vizinhos, e em Londrina, através da articulação das estagiárias.

O trecho abaixo resume, em linhas gerais, o processo:

Depois que chegou o orgânico teve o projeto do frango que não foi pra frente. Foi o pessoal da EMATER que ajudou, e não deu. [...] O Consultor fez uma reunião com a mulherada. Ele queria criar uma diretoria para buscar melhoria na saúde, transporte e educação, pois queriam tirar as escolas rurais, na época. Essa reunião era pra ver também uma alternativa de renda para nós e não precisarmos ir para a roça. Tínhamos varias idéia: tricô, pintura, crochê, bordado, e não deu em nada. Pensando bem, se ele não conseguiu lidar com os homens (que falam a mesma língua) imagina com a gente (Entrevista IX, Laranja Azeda, 2007).

Além da maneira desordenada e descomprometida que muitos projetos chegaram à comunidade, a ligação dessas atividades com as atividades da cooperativa, e atividades da cafeicultura foi linear. Os agricultores e suas esposas associaram diretamente o convite às novas alternativas produtivas, e de renda, com o PCL, resultando um conflito. As mulheres dos agricultores que não pertenciam à cooperativa e a transição, não se sentiam aptas para os projetos de artesanatos, doces e conservas. No geral, associou-se as atividades das mulheres como as atividades pertencentes a cooperativa e a transição, ora restrita aos cooperados.

As mulheres foram convidadas para o curso de formação em agricultura orgânica, e algumas freqüentemente compareciam. Contudo, em alguns momentos confundiam-se os assuntos, pois a busca por melhorias médicas, transporte escolar e alternativa de renda misturava-se com a transição dos cafezais, causando um desconforto entre as participantes e a perda de foco da atividade.

Acho que misturou muito as coisas. Misturou o orgânico com outras necessidades como saúde, educação, transporte. Deixaram muita coisa pra gente fazer, e não adianta, a gente não faz. Fazemos pouca coisa. Tinha que ter sido uma coisa de cada vez, e não misturar o orgânico com outras atividades. Desta maneira não sabíamos quando era reunião do orgânico ou quando era reunião para outra coisa (Entrevista IX, Laranja Azeda, 2007).

Além da mudança nas interações sociais e nas relações do grupo, outras mudanças foram percebidas pelos agricultores. Com a mudança do sistema convencional para o orgânico, os agricultores passaram a observar a modificação da terra com as novas técnicas:

Ao parar de usar agrotóxico até o cheiro da terra mudou, a vida da terra mudou. Apareceram cobras. O que veio de cascavel pra cá foi fora de sério. Porque tinha o que elas comer. A terra ficou farta de bichinhos. Os pássaros voltaram. O café ficou cheio de ninhos. Tendo o que comer os bichos voltam. Os tatus vinham na porta de casa. O orgânico trouxe vida para o sítio (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

Faz 4 anos que o Luiz não usa mais veneno, e nós sentimos muita diferença. Aqui voltou a ter mamão, há muitos anos não dava, nascia e morria. Agora ele nasce sozinho, tiramos 8 carriolas de mamão. Distribuimos para os vizinhos. Coisa boa! Deixar de usar agrotóxico foi solução para alguns problemas que essa família atribuía como insolúvel, como a extinção dos mamoeiros. O tomatinho também voltou a ter, nasce sozinho. A serralha⁴, que dá no meio do café agora no frio, é parecida com almeirão, e fazia muito tempo que não dava. O mentruz⁵ também dá sem plantar, e fazia tempo que não aparecia (Entrevista IX, Laranja Azeda, 2007).

A transformação na terra e o aparecimento de plantas, que há muito tempo não apareciam, marcaram a mudança de sistema convencional para orgânico para essa família na Laranja Azeda. Embora a época do orgânico tenha sido uma fase de dificuldades financeiras para todas as famílias envolvidas com a cooperativa, nenhuma delas chegou a negar a importância do aprendizado para a comunidade.

c) Adubação verde e qualidade do café

Juntamente com as mudanças da terra, as plantas inseridas nas ruas dos cafezais para adubar e restabelecer o solo são importantes do ponto de vista ecológico. Com a substituição de insumos químicos por orgânicos, algumas vantagens para o solo podem se apresentar por se mostrarem menos agressivas ao agroecossistema, mesmo que a agricultura orgânica tenha como objetivo suprir um nicho de mercado. A vegetação de cobertura, também conhecida como adubo verde, está entre os itens mais citados pelos

⁴ “Erva humilde da família das compostas (*Sochus oleraceus*), de origem européia, e subspontânea no Brasil, onde é planta ruderal. Tem folhas muito recortadas e serruladas, e os capítulos são solitários e amarelos. É cultivada como hortaliça.” (DICIONÁRIO,).

⁵ “Pequena erva da família das crucíferas (*Senebiera pinnatifida*), que aparece ocasionalmente em canteiros e vasos, e cujas folhas, muito subdivididas, têm propriedades medicinais.” (DICIONÁRIO).

agricultores - quando questionados sobre o aprendizado no processo de transição. Ao substituir a técnica de capina pelo *manejo do mato* e plantio de adubo verde, alguns agricultores apreciaram positivamente a diferença:

Deixar o café no mato faz bem. O mato protege a terra do sol. O mato deixa dar liga na terra, antes era só pó. Eu já plantava adubo verde, mas depois passei saber por que era importante, e passei a me preocupar mais. A adubação verde é cobertura (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

Aprendemos muito com o orgânico. Nós já plantávamos adubo verde, e não precisa ser orgânico para plantar, ele ajuda muito o café. Não é igual o adubo, mas ajuda bastante. Adubo químico é como estar doente e tomar remédio na veia (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

Eu plantei guandu no meio do café pra ajudar a fazer sombra e ajudar a terra a ficar úmida (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007). A adubação verde foi a técnica melhor recebida entre os agricultores. Talvez por ser conhecida de alguns, ou por que os resultados aparecem com rapidez. Não se pode desconsiderar a ansiedade por resultados da parte dos agricultores. Eles estavam acostumados a um sistema de cultivo de respostas rápidas, e uma das dificuldades apontadas por eles, no novo sistema, seria a lentidão de resultados e a incerteza de produção:

Eu sempre planto adubação verde, mesmo agora não sendo orgânico, pois aprendi que é bom. E é mesmo, deixa o solo úmido por mais tempo e retêm o nitrogênio na terra. Plantei café adensado, e deixei um espaço de 3 metros entre as ruas para plantar feijão. E planto adubo verde bem perto dos pés, assim valorizo o espaço (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

Começamos a usar mais adubo verde. Têm alguns adubos verdes que não deixa sair mato, e isso foi bom à gente saber (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007). O *manejo do mato* veio também como uma alternativa de economia para as famílias, sendo que a adubação verde possibilita ao solo um enriquecimento em nitrogênio, matéria orgânica e controle das plantas invasoras, aumentando a vida do solo (FIG. 19). Essa técnica de controle do mato e fertilização deve ser associada à “*colheita no pano*” e/ou seletiva. Uma vez o solo estando coberto, as técnicas tradicionais de colheita⁶ não são às mais indicadas, segundo os agricultores. Neste sentido, não se pode compreender as técnicas inseridas pelo projeto em separado, uma vez que uma ação depende da outra para completar o conjunto de atividades alternativas da agricultura de base ecológica.

⁶ A colheita tradicional se refere aos métodos de derrubada dos grãos no solo, seguidos do rastelar e abanar. Na agricultura orgânica, é frequente o manejo do mato, que se dá pelo roçar, o que dificultaria o rastelar os grãos.



FIGURA 19 – Percepção das técnicas ecológicas.

a) Manejo do mato.

b) Mamoeiro sadio, Laranja Azeda.

c) Espaço central, lavoura temporária de milho e adubo verde (mucuna), Limeira.

Fotografia: Daniela Pacifico, 2007.

Em busca de qualidade para o café, os agricultores optaram por mudar as técnicas de colheita, e necessariamente tiveram que passar por uma mudança nos costumes com a *lida* do cafezal. Deve ser levado em conta que desde a chegada dos pioneiros a colheita é feita da mesma maneira. O modo de trabalho foi interiorizado e exteriorizado durante décadas, reproduzindo a prática herdada, e mantendo a lógica produtiva da comunidade. Uma mudança tecnológica foi para atender uma demanda do mercado por produtos de qualidade, ora, as técnicas deveriam ser diferenciadas.

Aprendi a fazer qualidade no café. Aprendi a cuidar melhor no terreiro. Não faço essas coisas de deixar o café ensacado o dia todo. Duas vezes por dia trago para o terreiro, para não fermentar dentro do saco (Entrevista XVI, Água da Sede, 2007).

Aprendi a fazer qualidade no café. Essa coisa de mexer no terreiro várias vezes no dia. Aprendemos a ver o que a planta precisa. Não é porque aparece um negócio lá que precisa passar veneno. Às vezes não tinha nenhuma pintinha nas folhas, mas chegava à época de passar veneno estávamos nós passando. Sempre em novembro e dezembro, e depois em fevereiro. Tudo isso porque seguíamos que os agrônomos falavam, e não prestávamos atenção na roça para ver do que ela estava precisando (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

É interessante destacar, que mesmo após o abandono da transição os agricultores continuaram a praticar o manejo da colheita segundo as técnicas inseridas pelo PCL. As técnicas de colheita e secagem foram interiorizadas por eles, possibilitando, fortemente, um refazer da herança com práticas que garantem um produto final de qualidade. O uso dos agrotóxicos também foi regulado segundo a “necessidade”, e não segundo as prescrições que recebiam de profissionais agrícolas. *Começamos a usar veneno controlado. Não fomos mais na conversa dos agrônomos. Acho que agora temos mais noção do que estamos fazendo. Começamos a discutir com eles (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).*

O reconhecimento, pelo esforço de tornar a qualidade do café superior, veio no primeiro ano de mudança tecnológica. Em 2004, três prêmios do I Concurso de Qualidade de Café do Paraná⁷, hoje na sua quarta edição, foram para a COASOL, que recém tinha começado o processo de transição. O primeiro lugar saiu para a comunidade da Laranja Azeda, para o agricultor Marcos Antônio Pereira, um dos últimos a abandonar o processo de transição. *Eu ganhei o primeiro Concurso de Qualidade do Café do Paraná. Foi em 2004, segui as orientações do consultor em agricultura orgânica pra secagem* (Entrevista VII, Laranja Azeda, 2007).

As etapas *para fazer qualidade no café* eram desconhecidas pelos agricultores. Os cuidados se restringiram em: colheita seletiva, revolvimento no terreiro para secar *pareio*⁸, e armazenagem em local seco. Das famílias cooperadas que iniciaram o processo de transição apenas três continuam com o objetivo de tornar os cafezais orgânicos, sendo que o *Seu Fábio dos Anjos* é o único que produz e vende o café como orgânico, hoje. Os produtores, dois na Laranja Azeda e um na Limeira, não abandonaram o propósito, no entanto, desaceleraram a transição e diminuíram a área destinada a transição. *O que precisa ser diferente é começar por partes, ter uma variedade melhor, e nos acostumarmos com a técnica* (Entrevista XVIII, Água da Sede, 2007). *Para transformar uma propriedade em orgânica tem que ser aos poucos* (Entrevista XI, Limeira, 2007). *Hoje nosso café não é 100% orgânico, mas aprendemos a usar o veneno* (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

Nós gostamos da agricultura orgânica, e, no entanto, vamos seguir aos poucos, do nosso jeito, sem ser radical. Temos a idéia de plantar um cafezal novo e começar no orgânico desde cedo. Com uma variedade melhor que não pegue praga, vou plantar a variedade Tupi e Iapar 99, que são variedades boas. O café amarelo eu não planto, porque ele sai em julho e é arriscado pra nós aqui. Pois pode acontecer de gear (Entrevista I, Laranja Azeda, 2007).

d) Produtividade

Segundo os agricultores, a experiência do café em processo de transição culminou uma baixa produtividade inesperada. Acostumados a colher 120 sacas em média, se viram colhendo trinta 30, 40, e se desesperaram. Não possuíam certificação por não terem completado três anos sem insumos químicos, tempo mínimo exigido para

⁷ O Concurso Café de Qualidade é desenvolvido pelo Governo do Estado do Paraná e tem como objetivo premiar, em dinheiro, os cinco primeiros colocados na qualidade de bebida. A última edição do concurso leiloou o lote ganhador, e o que se diz é que o preço das sacas saiu muito mais do que o esperado.

⁸ Secar por igual. Termo usado freqüentemente pelos agricultores, refere-se ao adjetivo parelho.

certificação de produto orgânico. No primeiro ano houve desistência de alguns agricultores, que além de abandonarem a transição, abandonaram também a cooperativa. Os trechos abaixo ilustram estas afirmações.

Na nossa região o café é velho, e é mundo novo. Quando chega a época da ferrugem, se não cuidar perde mesmo, não adianta. Café velho no orgânico não dá. Eu comecei a plantar café novo e nessa época eu queria deixar no orgânico, esse pequeno. Estava desanimado, mas ia continuar com esse (Entrevista IV, Laranja Azeda, 2007).

O próximo item diz respeito à participação dos agricultores na concepção do Projeto Café de Lerroville, transição dos cafezais e cooperativa, uma vez que a COASOL também foi uma etapa do processo de transição planejada pelo método sem a participação dos agricultores.

e) Participação dos agricultores

Segundo os agricultores, o curso de formação em agricultura orgânica transferiu conhecimentos e técnicas e “preparou” os agricultores para transição do sistema convencional para orgânico. Durante o período de três anos, ações encadeadas direcionavam as atividades desenvolvidas, no entanto, a prescrição de cada etapa imobilizou a construção conjunta das ações. A metodologia, por prescrever ações, engessou o diálogo e a possibilidade de antecipar possíveis contratempos.

Não deixaram a gente pôr só uma parte do café, tivemos que colocar o sítio inteiro. Criamos uma dívida grande e tivemos que vender uma F1000, que era nosso xodó (Entrevista VIII, Laranja Azeda, 2007).

Os discursos dos agricultores mostraram como a transferência de tecnologia e conhecimento foi vertical e seguiu os moldes das instituições do Estado que direcionam o desenvolvimento rural, fomentando a estrutura dominante da agricultura convencional. O Projeto Café de Lerroville, mesmo composto de elementos importantes, como mercado justo, agricultura de base ecológica, organização de agricultores, etc., incorporou, através de sua metodologia de transição, o modelo de transferência e conhecimento, e a não participação dos atores envolvidos.

5.2.9 Atividades finais da metodologia de transição

Esta exposição não seguiu a ordem da disposição das ações do método da figura 18, por privilegiar a linha discursiva, quase unânime, das entrevistas. As entrevistas começaram pela história da família e informações sobre a cafeicultura e a transição dos cafezais para uma cafeicultura orgânica. Percebeu-se que as histórias contadas seguiam sempre uma mesma linha discursiva e tentou-se transferir essa estrutura para a disposição dos itens deste capítulo. Desta forma, pouca informação se tem a respeito de algumas ações do método que não chegaram a ser desenvolvidas durante o projeto. Contudo, um estudo da figura, segundo o manual do Instituto Maytenus, possibilitou algumas considerações sobre as etapas que não aparecem nas entrevistas, e elas estão organizadas a seguir.

Segundo a descrição do método, a elaboração do *material didático* contaria com a organização do conteúdo básico do curso em agricultura orgânica, que forneceria aos participantes materiais com o conteúdo discutido. Embora o curso tenha tido um desfecho considerável, devido à participação dos agricultores, a organização de um material sobre o curso foi lançada para um segundo plano no desenvolvimento das atividades, e não aconteceu.

A *pesquisa* seria a ação que recolheria informações qualitativas e quantitativas conseqüentes do processo de transformação do sistema de cultivo e deveria ser realizada com as instituições de pesquisa. O material levantado com esta ação forneceria elementos para a avaliação.

As realizações das pesquisas ficarão como função da instituição parceira, auxiliada pela consultoria em agricultura orgânica. A sugestão de parceria é com Universidades, IAPAR, TECPAR, EMBRAPA e outras que se interessem no assunto. (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCHE, 2002:34).

O *monitoramento* da propriedade agrícola em conversão ocorria entre o final do segundo ano do processo de transição. O objetivo desta ação seria a averiguação dos resultados esperados e a veracidade de sua concretização. A monitoria deveria ser realizada pelo consultor em agricultura orgânica, porém, não o mesmo consultor que desenvolveu o projeto. Outro consultor seria responsável por esta monitoria. Para cada região em que o método estivesse sendo aplicado, existiriam agrupamentos de consultores em agricultura orgânica, e os coordenadores de cada grupo avaliarão e

orientarão os demais consultores (PICINATTO; KRETZMANN; PORSCH, 2002:34). O objetivo principal desta ação seria a manutenção da unidade metodológica, que forneceria elementos para a avaliação do método e da implantação da transição orgânica. Como o método foi aproveitado no projeto, e não tinha respaldo da estrutura do Instituto Maytenus, não houve grupos avaliadores do processo de transição.

6 O PALCO E OS BASTIDORES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A pesquisa possibilitou uma interpretação do Projeto Café de Lerroville, e indicou os diversos aspectos que definiram o processo de transição para uma agricultura de base ecológica, nos bairros rurais de Lerroville. Estes aspectos foram analisados sob quatro dimensões: social, cultural, econômica e política, e foram organizados, nestas considerações finais, através da metáfora o palco e os bastidores da transição.

Os aspectos visíveis da experiência de transição - o palco - tratam das dimensões econômicas e políticas, e os aspectos encobertos - os bastidores - tratam das dimensões sociais e culturais. Esta metáfora é um exercício inspirado na seguinte afirmação de Costabeber e Moyano (2000): “[...] a dimensão econômica tão freqüente nas explicações dos processos de câmbio na agricultura é insuficiente para dar conta da complexa e heterogênea realidade da agricultura enquanto espaço de produção e reprodução sociocultural, econômica e ambiental.”

As dimensões, econômica e política, referentes à geração de renda e relações de interesses, são as mais aparentes e as mais citadas nas entrevistas de campo, como aspectos orientadores para o abandono do processo de transição para uma cafeicultura orgânica. Contudo, os aspectos sociais e culturais também tiveram participação relevante e juntos definiram o processo de ação coletiva na agricultura. Foram pinçados, para estas considerações finais, os aspectos do palco e dos bastidores na intenção de responder a questão central do trabalho.

As associações ACAL e APRALA foram a primeira forma de organização dos agricultores, e tiveram como objetivos orientadores aspectos econômicos e políticos, uma vez que os agricultores se articularam para acessar créditos, adquirir equipamentos, buscar novos mercados, criar e diversificar a renda, melhorar a infra-estrutura para melhorar a produção, o processamento e a comercialização. Os agricultores organizados buscaram alternativas para superar ou amenizar as dificuldades enfrentadas na agricultura, e através dos interventores foram levados ao Projeto Café de Lerroville, na intenção de adquirirem certa autonomia e independência, tanto do mercado como dos insumos externos. Contudo, grande parte das ações de intervenção ainda segue os receituários e o modelo de desenvolvimento que prescreve atividades sem levar em conta a localidade. Também a agricultura orgânica, da maneira como está

posta, incorpora os princípios da agricultura convencional e mantém a sua lógica, mantendo também o agricultor na dependência de tecnologias e insumos.

No resumo das entrevistas de campo, os agricultores referem-se às estratégias do Grupo Especializado como autoritárias e não-participativas, e às classificam como originárias das incompatibilidades e divergências no grupo. O Projeto Café de Lerroville enquanto projeto de desenvolvimento deve ser visto como ação da estrutura do Estado e seus aparelhos de desenvolvimento. O Estado através de suas vias de desenvolvimento rural possibilitou a formação de uma rede de agentes interventores, que seguem um modelo de desenvolvimento “desacostumado” com a participação e opção dos atores.

O não término do barracão da minitorrefadora, a metodologia de transição - prescrita e com prazo -, as especulações das empresas certificadoras, a origem burocratizada da cooperativa e o uso da imagem da ciência, do científico e da tecnologia como forma legitimada de moderno, de progresso e desenvolvimento são frutos de relações políticas, onde os interesses coordenam as ações.

Por mais que o discurso ecotecnocrático do desenvolvimento rural sustentável se vista de verde, ele se vale da maximização da tecnologia e dos interesses da classe dominante. Os impasses entre agricultores e interventores não deve ser pessoalizado e apontar este ou aquele elemento como responsável por isso ou aquilo, mas deve ser levada em consideração uma lógica equivocada e um modelo de decisões enrijecido pelas políticas de desenvolvimento rural. A teoria orientada ao ator entende essa perspectiva e a nega, e busca na ação contrária compreender como se dão as mudanças dentro das estruturas e como os atores tomam decisões e fazem escolhas.

Os bastidores da transição para uma cafeicultura orgânica mostraram alguns elementos que orientaram as mudanças, as ações e as escolhas dos atores sociais pela transição e pela volta a produção convencional. A abordagem social e cultural da experiência de transição privilegiou a observação das práticas auto-organizadoras dos que habitam o espaço rural, e transformam os contornos da paisagem com procedimentos, estratégias, discursos, interesses, identidades, repertórios culturais, percepções, histórias, concepções de espaço e tempo.

A teoria dos atores contribuiu para responder a questão e entender os bastidores do processo de transição e as sutis práticas cotidianas que os permeiam. O ritmo de vida, os costumes, as crenças religiosas, os hábitos, a organização social, cultural e econômica dos atores quando organizados pela história de vida, que se mescla

com a história da região - fruto da migração para o Norte Novo do Paraná em busca de riqueza e sucesso - fomentam e constroem representações sociais e tradições. Estes aspectos, sutilmente, estiveram presentes nas decisões das famílias durante o processo de transição e abandono da experiência, orientando as escolhas através dos costumes e conhecimentos acumulados, e transferidos de geração em geração.

A cafeicultura, cenário das representações e da tradição, é responsável não só pela reprodução social dos atores, mas construiu as relações de parentesco, compadrio, amizade, reciprocidade e sociabilidade do grupo ou região, que valoriza a imagem e o discurso dos pioneiros. Pode-se arriscar a dizer que há uma tradição cafeeira movendo e fazendo história ainda nos dias de hoje, nas comunidades em Lerroville. A opção pela cafeicultura orgânica está ligada, contraditoriamente, a legitimação do processo modernizador e a conservação dos costumes e da tradição dos pioneiros, uma vez que garante, segundo eles, a sobrevivência da família.

Os bairros rurais, unidades de fomentos identitários, conservam as relações de reciprocidade responsáveis pela formação de redes sociais que estimulam a manutenção da sociabilidade, do refazer da herança e do cultivo de remanescentes de uma época passada, ao mesmo tempo em que diferencia seus grupos e valoriza seus pioneiros. A moralidade, instituída através da troca, e a afinidade dos moradores da Laranja Azeda possibilitaram o surgimento da associação dos produtores do bairro. Assim como, a afinidade e a sociabilidade dos moradores da Limeira fizeram surgir na comunidade à associação dos cafeicultores. A COASOL, quando reuniu as duas associações desconsiderou as sutis diferenças e as divergências produtivas entre os agricultores, reunindo histórias de vida semelhantes com representações e estilos de agriculturas variadas.

As representações variam segundo a posição e o *habitus* e estão vinculadas aos interesses ligados às representações. A Limeira, por seu perfil inovador e investidor, liderou o início da transição para uma cafeicultura orgânica, investiu (parcialmente - embora mais que o outro bairro) em tecnologia e apostou no modelo de transição, até o momento em que a produção caiu drasticamente. Neste bairro também, as primeiras desistências do processo de transição foram constatadas, e até o final do terceiro ano da transição apenas um agricultor manteve-se no propósito. Diferente da Limeira, os agricultores da Laranja Azeda - aqueles que cultivam remanescentes de uma época passada - adaptaram a tecnologia prescrita da maneira que puderam, e a “duras penas” resistiram mais tempo, e acabaram desistindo da transição, também. Contudo,

ainda resta uma propriedade na Limeira, e duas na Laranja Azeda que pretendem produzir café orgânico, além de *Seu Fábio dos Anjos*.

O lazer das duas comunidades resume-se no futebol para os homens e as atividades religiosas para as mulheres e são símbolos do momento de desordem e da manutenção social do grupo. A preparação das festas são momentos de resgate da tradição e reinvenção da herança dos pioneiros. Esta ocasião passa a ser um rito que envolve todas as mulheres em um momento de diversão. As atividades do Projeto Café de Lerroville demandavam disciplina e dedicação, uma vez que seguiam ações prescritas e tempo determinado para conclusão. A convergência de momentos opostos - lazer e trabalho - colocou em risco não só o descanso das pessoas, mas a manutenção social do grupo.

Para os agricultores, houve embate e desconforto entre as técnicas produtivas convencionais e as inseridas pelo Projeto Café de Lerroville. O desacordo entre a metodologia de transição - direcionada e dirigida - e o agroecossistema, com lavouras permanentes *antigas*, restringiu a eficácia das técnicas utilizadas nas agriculturas de base ecológica. Variedades pouco resistentes a doenças (com trinta e quarenta anos de produção) associadas ao uso frequente de fertilizantes e agrotóxicos, quando deparadas com manejo ecológico não “responderam” da maneira como os agricultores estavam acostumados e levaram a redução da produtividade, e conseqüentemente a redução da renda das famílias.

A adubação verde e controle biológico, segundo os agricultores, foram insuficientes para garantir a transição para uma cafeicultura orgânica que não comprometesse a reprodução social das famílias. A adubação verde, muito valorizada pelos agricultores atualmente, impossibilitou, no início da transição, o plantio de raízes e vegetais nas entrelinhas. No entanto, o benefício que esta técnica trouxe para a terra levou o agricultor a encontrar alternativas para associar a adubação verde aos alimentos para casa e animais. Alternativas locais são encontradas pelas comunidades quando estas passam a construir o processo.

Estas afirmações corroboram as idéias da teoria orientada ao ator. Ploeg (2000) menciona a importância do conhecimento local para a reinvenção da agricultura e da localidade, e Long (2001) destaca que os interventores dos projetos de desenvolvimento devem estar cientes da natureza não linear da intervenção, por ser complexa e composta de percepções culturais e interesses sociais diversos. O elo fundamental para a aproximação de grupos locais e agentes interventores são as

metodologias participativas, uma vez que estas são ferramentais de acesso e construção de estratégias locais endógenas de soluções e alternativas coletivas.

A transição para uma cafeicultura orgânica, em Lerroville, prendeu-se na lógica da agricultura convencional devido aos princípios da agricultura orgânica, que privilegia a substituição de insumos para a mudança de sistema de cultivo. Uma agricultura de base ecológica, que incorpora a lógica convencional de produção, mantém a insustentabilidade do agroecossistema e a dependência do agricultor aos insumos externos, e ainda passa a fomentar outra rede de especulações muito comum nesse tipo de agricultura, a rede de certificações.

A abordagem agroecológica e a perspectiva orientada ao ator proporcionaram uma interpretação do Projeto Café de Lerroville por compartilharem princípios comuns sobre a participação primordial dos homens comuns na mudança da direção da sociedade e da história. Os estilos de agriculturas locais de Ploeg, que ressaltam as especificidades dos grupos, da região e levam em consideração a cultura e o costume da localidade, agregados aos estilos de agricultura de base ecológica, de Sevilla-Guzmán, fruto da transição agroecológica e do modelo de desenvolvimento rural sustentável ecossocial, interessado na reconfiguração da sociedade têm contribuições importantes para a compreensão das mudanças sociais e projeto de desenvolvimento rural, e devem ser estudados com mais profundidade.

Portanto, pode-se dizer que o processo de transição para uma agricultura de base ecológica, do Projeto Café de Lerroville, foi definido pelos aspectos socioculturais, econômicos, políticos e técnicos presentes nas relações e nas interações entre os grupos envolvidos, e confirma a hipótese inicial de que a substituição de insumos do modelo atual de agricultura orgânica sustenta os padrões convencionais de transferência tecnológica, prescreve a transição sem estar atrelada a metodologias participativas e deixa de permitir relativa autonomia do agricultor. O nicho de mercado para produtos orgânicos, as representações sociais sobre os sistemas de cultivo, a transferência vertical de conhecimento e o procedimento com as normas sociais e costumes da comunidade (por parte das instituições) definiram a trajetória do Projeto Café de Lerroville.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. P.; OLIVEIRA, D. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: Editora AB, 1998.
- ADUM, S. M. S. L. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina. 1930/1960**. 1991. (Dissertação de Mestrado em história) - Departamento de História, Unesp/Assis-SP, 1991.
- A HISTÓRIA E OS PIONEIROS DE TAMARANA. Londrina: MR – Gráfica e Editora, set, 1996.
- ALBUQUERQUE, L. M. B. **Habitus, representações sociais e construção identitária dos professores de Maracanaú**. 2005. (Tese de Doutorado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- ALCÂNTARA, A. V. Imagens e memórias do cotidiano: o que os olhos vêem? In: ALVES, N.; SGARBI, P. (Org.). **Espaços e imagens na escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ALMEIDA, A. M. C. **A morada do vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre as famílias do Heimtal**. Londrina-PR: Editora da UEL, 1997.
- ALMEIDA, C. C. S. **O Processo de inserção das associações rurais ACAL e APRALA no comércio justo**. 2005. (Dissertação de Mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento), Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2005.
- ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2ª ed. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.
- ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975**. Londrina-PR: Editora da UEL, 1998.
- AUMONT, J. **A imagem**. 5ª edição. Campinas-SP: Papyrus, 1993.
- BOLOGNESI, R. **Propaganda e ideologia: a constituição de um discurso sobre Londrina e Região**. 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina/Londrina-PR, 2003.

- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAILLÉ, A. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.38, 1998, p.5-38.
- CANCIAN, N. **A Cafeicultura paranaense 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6 edição. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1982.
- CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade**. X Congresso of Rural Sociology. Rio de Janeiro: IRSA, 2000, 15p.
- CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis**. Disponível em: <http://planetaorganico.org>. Acesso em: 5 fev. 2008.
- CAPORAL, F; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.
- CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- COEHN, I. J. Teoria da estruturação e práxis social. IN: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COSTABEBER, J. A. **Acción coletiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. (Tese de Doutorado em Agroecologia, Campesinato e Historia), ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.4, p.50-60; out.dez/2000.
- DAL SOGLIO, F. Agrobiodiversidade, agricultura familiar, biotecnologia e estruturas institucionais no Brasil. In: **Estratégias participativas de manejo da agrobiodiversidade**. Florianópolis. NeaBio, 2006.
- DALBELLO O.; FRANZ, D. Cooperativismo - organização social como base do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Manuscrito.
- DAROLT , M. R. **As dimensões da sustentabilidade: um Estudo da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná**. 2000. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2000.

- DEPONTI, C. M. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2007, Londrina. **Conhecimentos para Agricultura do Futuro**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. 1 CD.
- DICIONARIO. **Aurélio Século XXI**. Versão 3.0 digital. São Paulo: Nova Fronteira.
- DOMINGUES, J. M.; HERZ, M.; REZENDE, C. Entrevista com Anthony Giddens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1992.
- EMATER. Manejo integrado das principais pragas do café. Londrina-PR: EMATER-PR, maio, 2002.
- ESQUIVEL. L. **Como água para chocolate**. 5 edição. São Paulo: Martins fontes, 1993.
- FOLHETO. **A história e os pioneiros de Tamarana**. Londrina: MR – Gráfica e Editora, 1996.
- FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- _____. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FRANÇA, J. L. **Manual de normalização de publicações técnico-científicas**. 8 edição. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2 edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GNACCARINI, J. C. O rapto das donzelas. **Tempo social**; Revista de sociologia. USP. São Paulo, v.1, n.1, 1 semestre, 1989.
- GODOI, E. P. de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. São Paulo: EDUNICAMP, 1999. p. 109-150.
- GORRETA, R. Introdução a cafeicultura orgânica. Curitiba: EMATER – Paraná, 2001. 32p.
- GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007 (Dissertação de Mestrado em desenvolvimento rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

- GUTIERREZ, M. R. Testimonio y poder de la imagen. In: BAZTÁN, A. **Etnografía: metodología cualitativa en la investigación sociocultural**. Barcelona: Marcombo, 1995.
- GUZMAN CASADO, G.; GONZALEZ DE MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. (coord) **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.
- HAMERSCHMIDT, I. Panorama da agricultura orgânica no Paraná. Curitiba: EMATER-PR, 2006. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trab>. Acesso em: 09 fev. 2008.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História**. 6 edição. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- HERZLICH, C. A problemática da representação social e sua utilidade no Campo da doença. Revista **PHYSIS Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2005, p.57-70.
- IAPAR. Café Iapar 59. Londrina: Iapar/Secretaria da agricultura, 1993.
- _____. Modelo para a utilização de adubos verdes na cafeicultura. Londrina: Iapar.
- _____. Novos cultivares de café Iapar. Londrina: Iapar, 1998.
- _____. Benefícios da adubação verde na lavoura cafeeira. Londrina: Iapar.
- IBGE. Produção agrícola municipal. IN: IPARDES - **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense** – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.
- Relatório de atividades**. In: INSTITUTO MAYTENUS. Julho de 2003. Disponível em: <http://www.mautenus.org.br>. Acesso em: 08 fev. 2007.
- Estatuto Social**. In: INSTITUTO MAYTENUS. Julho de 2002. Disponível em: <http://www.maytenus.org.br>. Acesso em: 8 de fev. 2007.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense** – Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Org.). **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- JORNAL. A situação dos distritos. **Jornal de Londrina**, Londrina-PR, p. 8, 13 de ago. 1995.
- JORNAL. Lerroville. **Jornal de Londrina**, Londrina-PR, p. 5, 19de abr. 1990.

LONG, N. Development sociology: actor perspectives. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.

_____. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociología del desarrollo. *Tiempos de Ciência. Revista de Difusión científica de la Universidad de Guadalajara*. 1988, abr./jun. p. 1-10.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, v. XXIX, 1989, p. 226-249.

_____. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. *Rethinking Social Development theory, research and practice*. England, Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

MARTELLI, J. M. **O uso da imagem na pesquisa educacional**. Manuscrito.

MATIELLO, J. B. **Cultura de café no Brasil: novo manual de recomendações**. Rio de Janeiro: MAPA/PROCAFE, 2005. 438 p.

MORALES, L. **Boletim de recomendações para o controle de bicho-mineiro do café, broca-do-café e da ferrugem do cafeeiro no Paraná**. Curitiba: EMATER-PR, 2004.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Revista Agriculturas São Paulo*. São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul/dez, 2004.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil**. 2004. (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Wageningen, Holanda, 2004.

NORDER, L. A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL - OCD. **Associativismo**. Brasília, 1996.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas-SP: Pontes, 1999.

PACÍFICO, D. A. **Registros de uma sociedade: contradições do cotidiano no contexto da Marcha da Produção**. 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2005.

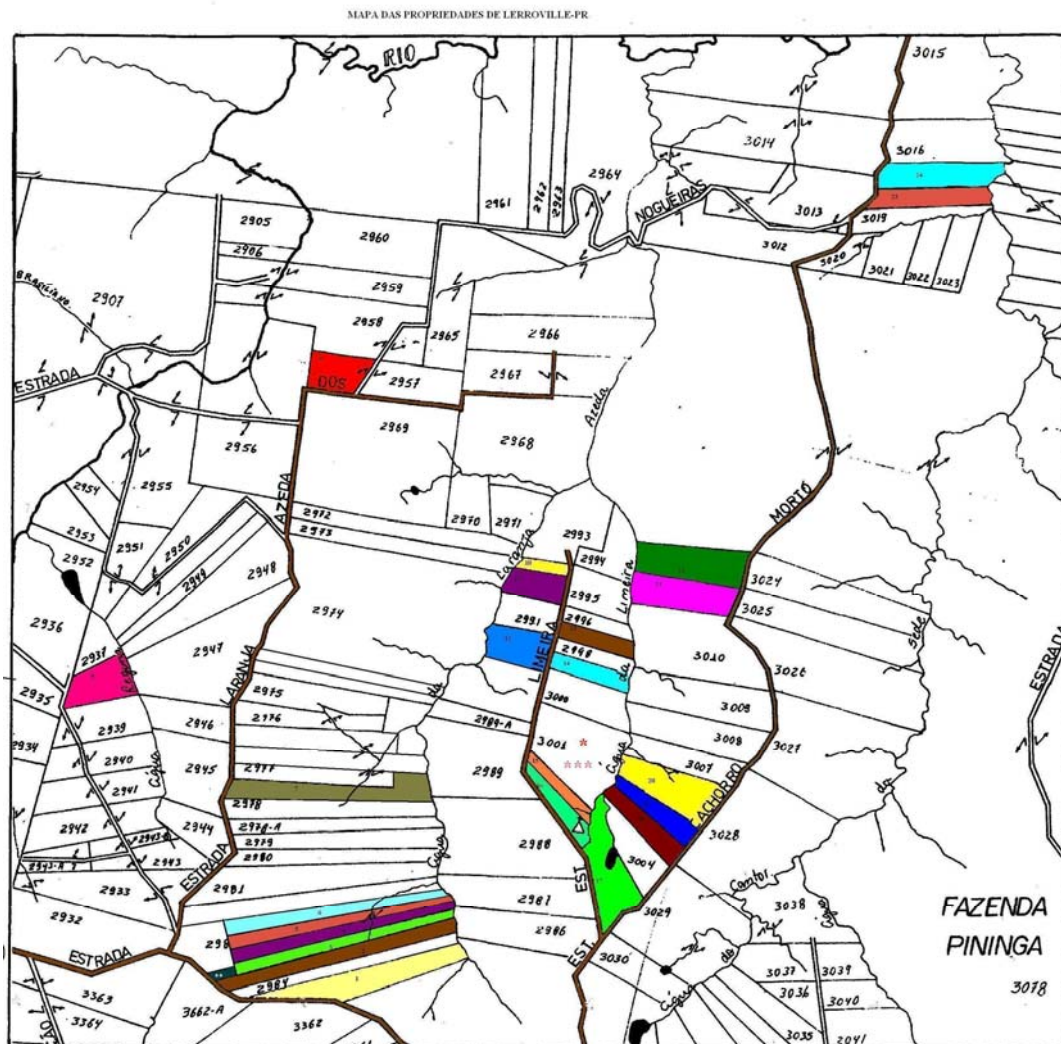
PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIS, J. M. **Vida cotidiana**. São Paulo: Cortez, 2003.

- PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Londrina: Secretária do Planejamento - DP/GPI, v.1, p. 1-146, 2006.
- PICINATTO, A. C., KRETZMANN M., PORSCHE P. A. Metodologia para a promoção da agricultura orgânica. Instituto Maytenus, 2002.
- PLOEG, J. D. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 2000.
- PROJETO DE PESQUISA. Os sentidos da Marcha da Produção: o acontecimento no texto do jornal. Departamento de Ciências Sociais UEL/Londrina, 2003.
- QUEIROZ. M. I. P. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.
- RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e de trabalho: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. 2006. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- RELATÓRIO DE ATIVIDADE, Instituto Maytenus (www.maytenus.org.br), 2002. SITE: <http://www.maytenus.org.br/index2.php> 24/4/2007 21:26:36).
- RUBERT, R. A. **Construindo tempos, recompondo tradições: um estudo etnográfico de memórias junto a velhos moradores de um contexto rural - região do médio alto Uruguai (RS)**. 2000. (Dissertação de mestrado em antropologia social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SCHMIDT, D; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SEVILLA GUZMÁN, Extensão rural inicia transição agroecológica. **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v.1, n.1, Jan./Mar. 2000.
- SHELDON, M. Juscelino Kubitschek e a política presidencial. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TEDESCO, J. C. **Paradigmas do cotidiano**. 2 edição. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Brasília: MDA, 2006.
- WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo: Hucitec, Brasília: Unb, 1995.

ZAMBOLIN, L. **Produção integrada de café**. Viçosa-MG: Editora da UFV. Departamento de fitopatologia, 2003.

APÊNDICE A – Mapa das propriedades familiares da Laranja Azeda e Limeira.



APÊNDICE B – Roteiro dos objetivos

Do objetivo I

ROTEIRO

•Resgate da memória acerca da região, modo de vida e cuidados com a lavoura



ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

-Há quanto tempo moras aqui?

-Como era o sitio, (geografia) quando eras criança? (se lembrar)

-Ias a escola? Quais as atividades comemorativas?

-O que os antigos (pais, avós) contavam sobre a produção?

-O que era produzido nesta época?

-O sitio, hoje, produz como antigamente?

-Pretendes ir para a cidade?

-Queres que seus filhos fiquem no sitio? Porque?

-Qual profissão gostaria para seu filho? Porque?

•Expectativas com o futuro



•Comparação entre as produções e dificuldades acerca do cultivo



-Qual a maior dificuldade encontrada para produzir na terra, hoje?

-Havia mais pessoas aqui no bairro antes?

•Relações sociais



-Porque elas foram embora?

-O que gostaria que fosse como antes?

Do objetivo II

ROTEIRO

• Início da associação



ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- Como surgiu a associação?

- Qual o objetivo da associação?

• Início da agricultura orgânica



-Porque entrastes na cafeicultura orgânica?

-O que gerou interesse por tal atividade?

• Impressões, dificuldades e facilidades



- Qual a diferença da agr. org. para a convencional?

- Quais as dificuldades da agricultura orgânica?

- Quais as facilidades?

•Aprendizado



- O que aprendestes com a agr. org. que ainda não era de seu conhecimento?

- Porque achas que não deu certo?

-O que aprendestes, e que ainda utilizastes? (da época do orgânico)

-Porque ainda utilizastes essa técnica?

-Pretendes, um dia, praticar a agr. org, outra vez?

Do objetivo III**ROTEIRO**

•Atividades cotidianas 

•Mão de obra externa a família 

•Comércio do café 

•Fontes de renda da família 

•Saneamento básico 

•Insumos agrícolas 

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

-Todos os dias vais para o café? E o que fazes?

-Vens almoçar em casa ou levas comida para roça?

-Vais a missa, novela e atividades da comunidade?

-Com que frequência contrata empregados?

-Quem ajuda nas tarefas do sítio?

-Para quem vendes o café?

-Como é feita a venda?

-Onde limpas seu café?

-Quais as fontes de renda da família?

-De onde vens a água?

-Tens fossa sanitária?

-O que fazes com o lixo de casa?

-Com que frequência usas agrotóxicos?

-Onde descartas as embalagens?

-Usas proteções?

Técnico

•Conhecimentos suficientes 

Faltam técnicas (de adubação, controle de invasoras e doenças) para o manejo orgânico?

-As técnicas existentes funcionam?

-Descobristes alguma coisa no meio ambiente com a sua observação? (controle biológico)

-Percebestes manifestações no meio ambiente que até então não havia percebido? (surgiu plantas e animais que haviam sumido?)

- o que ainda usas que aprendestes com o orgânico?

Sociocultural

•Organizações (associação e cooperativa) 

-As atividades em cooperativas dão certo?

-O que aprendestes com a cooperativa? (ideais comuns)

-As reuniões e as festas que foram feitas na comunidade, foram produtivas?

-A ação cooperada trás benefícios para a comunidade?

-O que influenciou para a experiência da cafeicultura orgânica não dar certo?

-O que deveria ter sido feito diferente do que foi?

APÊNDICE C – Quadro orientador

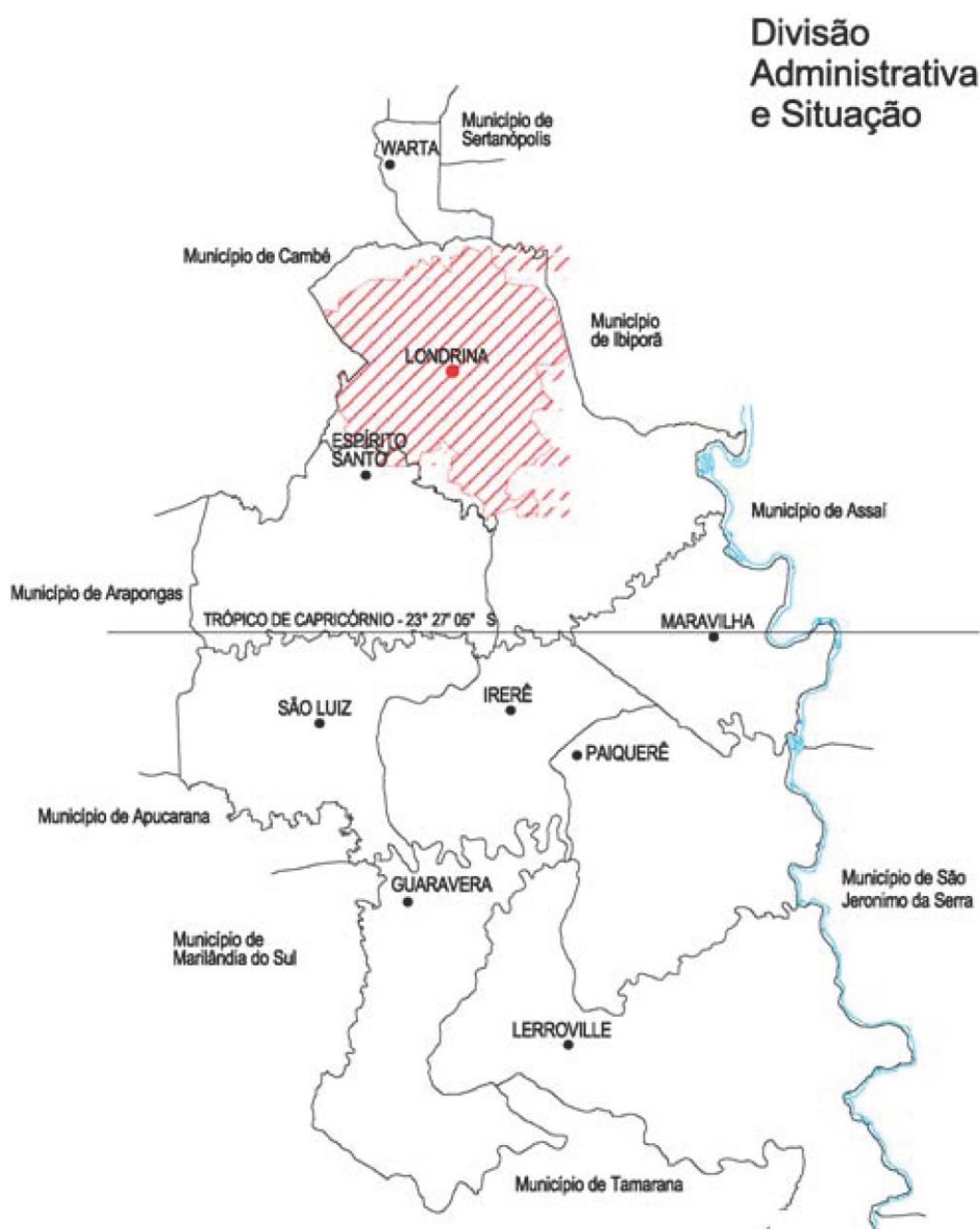
| QUADRO DE ORIENTADOR | | | | | |
|---|---------------|--|---|--|--|
| Questão: Como o processo de transição para uma agricultura de base ecológica é definido por aspectos socioculturais, econômicos e políticos? | | | | | |
| Objetivo Geral: questionar o modelo de transição para a agricultura orgânica e compreender como a experiência de Lerroville se tornou falácia do modelo de substituição de insumos | | | | | |
| Objetivo específico | Método | Técnicas | Fonte no campo | Fontes institucionais | Roteiro |
| 1 Apresentar o NP; Identificar práticas cotidianas e culturais [I] | Qualitativo | Entrevistas semi-estruturadas; Observação Participante | Homens, mulheres, crianças e jovens | Festas, atividades escolares e comunitárias | Modo de vida História de vida Administração da família Atividades coletivas |
| 2 Contribuir com políticas públicas em desenvolvimento rural [II] | | Síntese de material | | | Elaboração da Dissertação |
| 3 Identificar os atores sociais e os seus papéis no projeto café de Lerroville [CAP III] | Qualitativo | Investigação; Entrevistas semi-estruturadas | Agricultores, IAPAR, EMATER, Institutos Maytenus, Secretária da Agricultura | Materiais sobre o Projeto Café de Lerroville | Investigação com os atores |
| 4 a Analisar o processo de transição orgânica e as práticas introduzidas por este processo [IV] | Qualitativo | Entrevistas semi-estruturadas; Observação Participante | Agricultores que pertenceram às associações e a experiência de transição orgânica | EMATER, IAPAR, IAP, Secretaria da Agricultura e Prefeitura Municipal | Porque da mudança de sistema produtivo Motivos de desânimo Porque da volta ao sistema convencional Técnicas aderidas e incorporadas com a transição |
| 4 b Considerar o aprendizado dos técnicos e das famílias com a experiência do café orgânico [IV] | Qualitativo | Entrevistas semi-estruturadas; Observação Participante | Técnicos e famílias envolvidos no projeto de transição | Pesquisas desenvolvidas sobre o tema | O que foi feito Como foi feito E o que deveria ser mudado |
| 4 c Compreender as representações sociais de agricultura orgânica através da história e das práticas das famílias [IV] | Qualitativo | Entrevistas semi-estruturadas; Observação Participante | Pessoas que moram na região há muitos anos | Museus, bibliotecas, CDPH, teses e dissertações | Levantamento histórico Tradições e costumes Significados sociais de agricultura |

ANEXO A – Mesorregiões do Estado do Paraná



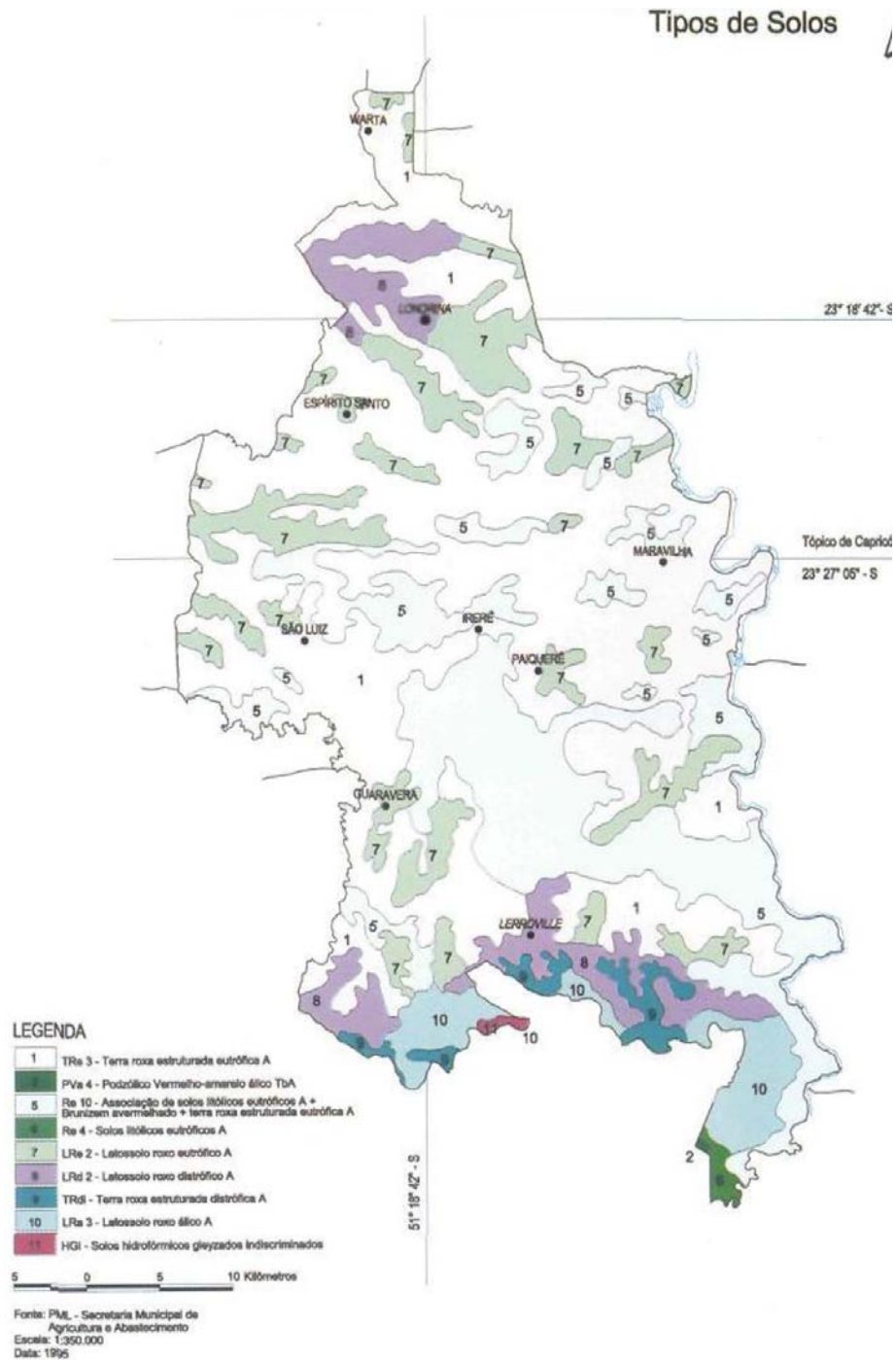
Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal. IN: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

ANEXO B – Divisão administrativa do Município de Londrina.



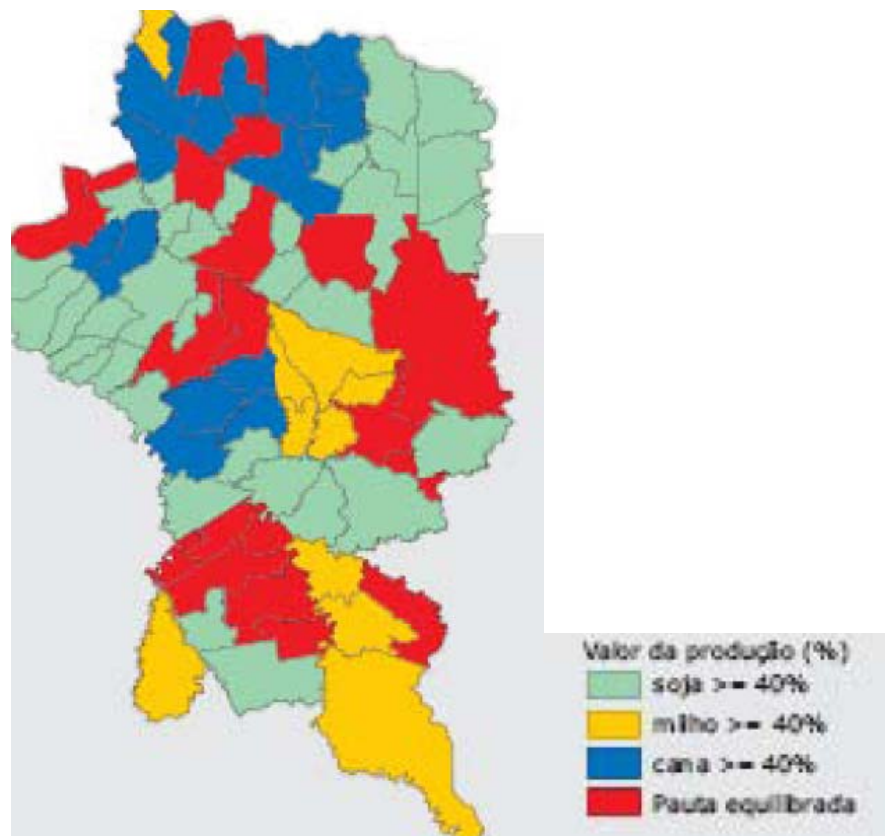
Fonte: PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Londrina: Secretária do Planejamento - DP/GPI, v.1, p. 1-146, 2006.

ANEXO C – Tipos de solo do município de Londrina.



Fonte: PERFIL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. Londrina: Secretária do Planejamento - DP/GPI, v.1, p. 1-146, 2006.

ANEXO D – Produção agrícola do município de Londrina.



Fonte: IBGE. Produção agrícola municipal. IN: IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004.

ANEXO E – Produção de orgânicos no Paraná.



Fonte: HAMERSCHMIDT, I. Panorama da agricultura orgânica no Paraná. Curitiba: EMATER-PR, 2006. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trab>. Acesso em: 09 fev. 2008.